

**RELATÓRIO SOBRE**  
**A SITUAÇÃO**  
**DOS DIREITOS DA**  
**CRIANÇA E DO**  
**ADOLESCENTE NO**  
**BRASIL**

2005

RELATÓRIO SOBRE  
A SITUAÇÃO  
DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE NO BRASIL

Impressão:  
Expressão Gráfica

Capa e Editoração Eletrônica:  
Saul Ferreira

Organização:

Brasil  
2005

# Sumário

RESUMO EXECUTIVO.....	4
APRESENTAÇÃO.....	8
O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO.....	10
1. DIREITO À PARTICIPAÇÃO: SISTEMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	13
2. A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL – ABORDAGEM DO PROBLEMA DA DESNUTRIÇÃO COMO VIOLAÇÃO.....	19
3. A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	24
4. SITUAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL.....	36
5. HOMICÍDIOS DOLOSOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	43
NOTAS.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	60
ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO RELATÓRIO.....	61
RELATÓRIO DOS ENCONTROS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	65
RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DOS DIREITOS DA CRIANÇA.....	74

# Resumo Executivo

Este é um relatório da sociedade civil a respeito da efetivação da Convenção sobre os Direitos da Criança pelo Brasil, sob iniciativa da ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente e do Fórum DCA - Fórum Nacional Permanente das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente.

O objetivo do Informe é apresentar à sociedade brasileira e, em especial, aos movimentos de defesa da criança e do adolescente os avanços e retrocessos da situação infanto-adolescente e juvenil do País, nestes últimos 14 anos. Pretende, ainda, chamar a atenção da comunidade internacional para as graves violações dos direitos desse público, num país de muitas dívidas em relação aos direitos humanos, especificamente, relacionados à raça, gênero, geração etc.

Em razão da amplitude dos direitos de crianças, da exigüidade de tempo e da carência de informações nacionais atualizadas, optou-se por elaborar um informe focado em quatro direitos, de modo que o presente texto está dividido em duas partes. A primeira se propõe a abordar analiticamente: 1) o direito à participação, tendo como enfoque a gestão; 2) o direito à sobrevivência, trabalhando o tema saúde, tendo como foco a desnutrição; 3) o direito ao desenvolvimento, discutindo a educação a partir do direito à qualidade no ensino fundamental; e 4) o direito à proteção, versando sobre o adolescente em conflito com a lei (acesso à Justiça/ garantia do devido processo legal na aplicação e na execução das medidas sócio-educativas) e apresentando o problema de assassinatos de jovens no Brasil. A segunda parte é a visão de crianças e adolescentes em situação de rua sobre seus direitos.

Escrever este Informe representou um grande desafio para a ANCED, ao se debruçar na análise da conjuntura dos direitos humanos da criança e do adolescente. “Afinal, não basta que o Brasil, desde a sua (re)democratização, venha ratificando instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos; é fundamental que o País estabeleça medidas claras e eficazes para a superação dos problemas relacionados a direitos humanos”.<sup>1</sup>

O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, com cerca de 170 milhões de habitantes, dos quais 61 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (IBGE - Censo 2000). É uma das 13 maiores potências econômicas, mas continua sendo um país injusto, um Estado onde reina a desigualdade. Basta olhar os números, que chocam ano a ano: enquanto os 20% mais ricos ficam com 63,8% da renda nacional, os 20% mais pobres detêm só 2,5% do total. Investigação feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA sobre “Políticas Sociais: acompanhamento e análise” (2000) mostra que 57 milhões de brasileiros (35% da população) vivem em estado de pobreza; ou seja, possuem renda familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo por mês (menos de 50 dólares). 15% dos brasileiros são extremamente pobres e dispõem de menos de 1 dólar por dia para sobreviver.

Esses números valem igualmente para as crianças e adolescentes no Brasil. Na avaliação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, os direitos de mais de 23% das crianças e adolescentes no Brasil (14 milhões) estão sendo completamente negados. São crianças pertencentes a cerca de 9 milhões de famílias brasileiras sobrevivendo com uma renda mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

No Brasil, ainda há 1 milhão de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola; 1,9 milhão de jovens analfabetos; 2,9 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalhando, das quais 220.000 até 14 anos como empregadas domésticas, e 45.000 nos lixões (Dados UNICEF, 2003).

No que diz respeito à saúde, em pleno ano de 2004, quase quinze anos após a assinatura da Convenção sobre os Direitos da Criança pelo Brasil, crianças e adolescentes brasileiros ainda passam fome, ainda usam entorpecentes para enganar a fome, ainda são privados de educação por não terem forças para ir à escola. Continuam a morrer de fome, nos primeiros anos do século XXI. A morte de crianças por privação de alimento no Brasil apresenta-se ainda mais grave se considerarmos que o Brasil é um país rico<sup>2</sup>.

Os índices de mortalidade infantil, apesar dos esforços governamentais, permanecem muito altos. No Censo de 2000 (IBGE), a média é de 29,6 mortes por mil, com 44,2 mortes por mil no Nordeste do País. A mortalidade entre bebês do sexo masculino é significativamente maior do que entre os do sexo feminino, uma diferença de 9,5 mortes por mil. Mais significativo ainda é o fosso entre as crianças brancas e as pretas e pardas<sup>3</sup>, no que diz respeito às taxas de mortalidade de crianças brancas e as de crianças pretas ou pardas. É o bem definido retrato de uma sociedade que está entre as mais desiguais do mundo, na qual a pobreza tem uma característica muito específica: é majoritariamente não-branca.

Quanto à desnutrição infantil, os dados do Inquérito de 1996 oferecem informações sobre o número de

crianças desnutridas e a gravidade desse estado, informando especificamente que a taxa de desnutrição de crianças até cinco anos era, à época, de 10,5%. Os dados mais recentes disponíveis não são estes do inquérito nutricional, mas os produzidos pelo Sistema Integrado de Atenção Básica (SIAB), a partir das informações dos Programas Saúde da Família (PSF) e Programas de Agentes Comunitários de Saúde (PAS)<sup>4</sup>.

Por estes programas, somos informados de que há estados do Nordeste em que a taxa de desnutrição infantil chega a 17%, como é o caso de Alagoas. Examinando as tabelas de desnutrição por município do Estado do Ceará, também localizado no Nordeste, onde a cobertura de atendimento do PSF é de 47% da população, vê-se que existem vários municípios com taxas de desnutrição de crianças entre doze e vinte e quatro meses acima de 25%.

Apesar de todo o aparato jurídico e de forte investimento na redução da mortalidade infantil, muitas crianças no Brasil ainda sofrem com a desnutrição ou morrem por falta de alimentos em quantidades e/ou qualidade adequadas.

No caso específico do direito à educação, a Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88) elevou a educação à condição de “(...) direito de todos e dever do Estado e da família (...)” (Art.205), abrangendo com isso todos os níveis e modalidades da educação escolar. Avanços significativos foram obtidos, como o reconhecimento do direito à educação infantil (creche e pré-escola), a ampliação progressiva do ensino obrigatório para 11 anos (abarcando o ensino médio) e a vinculação de 18% das receitas provenientes de impostos da União e de 25% oriundos de estados e municípios para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) repete os dispositivos constitucionais quanto à amplitude do dever de educar e incorpora aspectos fundamentais quanto ao reconhecimento do público infante-juvenil como sujeito de direito.

A política educacional executada nacionalmente, no entanto, principalmente após a reforma constitucional de 1996, privilegiou o acesso ao ensino fundamental através de uma subvinculação de 60% dos recursos orçamentários para este nível de ensino.

Dados oficiais apontam que chegamos a 2002 com 97% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas na escola e que também ocorreram melhorias nas taxas de aprovação de alunos, de transição para o ensino médio, de queda da distorção idade-série, além da qualificação docente. A massificação da matrícula, porém, não veio acompanhada da democratização do saber, pois houve uma estereotípica queda da qualidade do ensino e do aproveitamento dos conteúdos. Segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Ministério da Educação - MEC, 2001), somente 10,29% dos concluintes do ensino fundamental demonstram habilidades de leitura satisfatórias. Enquanto isso, cerca de ¼ dos concluintes encontram-se nos estágios crítico ou muito crítico, compatíveis, no máximo, com o nível esperado para os estudantes da 5ª série do ensino fundamental. Em Matemática, o resultado ainda é pior. Quase todos os estudantes (97,21%) estão aquém do nível adequado para a conclusão do ensino fundamental, sendo que a maior parte está situada no nível crítico (51,71%) ou muito crítico (6,65%).

O aparente avanço na efetividade dos direitos educacionais infante-juvenis esbarra em um sistema que mantém e aprofunda as desigualdades de oportunidades, de fato. Há verdadeira segmentação em função da renda das famílias. Enquanto somente 1,2% do 1/5 mais rico das crianças com idade entre 7 e 14 anos não freqüentam a escola, esse índice chega a alarmantes 9,2% no 1/5 mais pobre da população (IBGE. Censo Demográfico, 2000). Ao mesmo tempo, ainda são profundas as desigualdades regionais quanto ao acesso e à qualidade do ensino. Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, o fracasso escolar em Matemática é quase absoluto, uma vez que somente 0,63% e 1,36%, respectivamente, alcançam nível compatível com o esperado. Concentra-se também nessas regiões a maioria das crianças que estão fora da escola, havendo estados em que esse índice supera 16%.

Uma das razões freqüentemente apontadas para o enorme fracasso escolar é o baixo atendimento na educação infantil, praticamente estagnado na última década. Das 23.125.327 crianças com idade entre 0 e 6 anos somente 32,09% são escolarizadas. O ponto mais crítico está na população com idade até 3 anos, à qual é devido o atendimento em creches, que possui taxa de escolarização baixíssima (9,43%). Mais uma vez, a exclusão é maior entre os mais pobres. Enquanto 59,29% das crianças (0 a 6 anos) com renda nominal mensal familiar acima de cinco salários mínimos freqüentam creches, pré-escolas e escolas, as crianças de famílias sem rendimento e com renda de até ½ salário mínimo per capita têm taxa de escolarização de somente 21,47% e 27,18%, respectivamente (IBGE. Censo Demográfico, 2000).

O trabalho infantil tem sido identificado também como fator determinante no desempenho dos estudantes. Quase 27% dos alunos da última série do ensino fundamental estão trabalhando (SAEB, 2001). Dos alunos com desempenho classificado como muito crítico em Língua Portuguesa, 68% declaram que trabalham. Em Matemática, esse índice é de 59%. Na média geral, o desempenho dos que não trabalham é significativamente superior.

É no ensino médio, contudo, que esse fator se aprofunda. As dificuldades econômicas vivenciadas pela maior parte dos adolescentes, que se refletem no seu ingresso prematuro no mundo do trabalho, aliadas à ausência de

programas suplementares que assegurem a efetiva gratuidade da educação (transporte escolar, fardamento, livro didático e alimentação escolar) e a baixa qualidade do ensino ofertado (responsável pela ausência de perspectivas quanto ao acesso à universidade pública) elevam os índices de abandono nesse nível a 16,7% (MEC/INEP).

Em regra, o índice de crianças e adolescentes deficientes que freqüentam a escola é globalmente menor em relação à população sem deficiência declarada, mesmo quando não demandam necessidades educativas especiais. É baixo o atendimento entre aqueles com deficiência mental permanente, fruto do grande vácuo de cobertura na modalidade especial. Dos 6.795 estabelecimentos de educação especial catalogados em 2002 (MEC/INEP), somente 2.317 estavam vinculados às redes municipais, o que demonstra que a grande maioria dos mais de 5.000 municípios brasileiros sequer oferece essa modalidade de educação. Menor ainda é a freqüência das crianças e adolescentes com alguma ou grande dificuldade de locomoção, que, em regra, mesmo não demandando modalidade especial, são excluídas pelas barreiras arquitetônicas escolares e extra-escolares. Mesmo no ensino fundamental, é baixo o índice de atendimento desse público em relação ao geral: 68,31% na faixa de 7 a 9 anos e 71,29% na de 10 a 14 anos.

A persistência da exclusão educacional tem como motivadores os retrocessos no âmbito legal e orçamentário. A progressiva extensão do ensino obrigatório para 11 anos de escolaridade foi retirada em 1996, ficando novamente restrita aos 8 anos da modalidade regular do ensino fundamental. Ao mesmo tempo, há uma diminuição global dos recursos destinados à educação pública. Atualmente gastamos cerca de 4,3% do Produto Interno Bruto – PIB com a manutenção e desenvolvimento do ensino brasileiro. Em 1998, o gasto era de 5,2%. Enquanto estudos elaborados pelo próprio Ministério da Educação (MEC) estimam que para que sejam cumpridas as metas educacionais seriam necessários investimentos crescentes, chegando a 5,75% do PIB em 2006 e 7,95% em 2011, a Presidência da República, no governo anterior, vetou nove artigos do Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2011, dentre os quais os que possibilitavam a ampliação dos investimentos em educação, transformando o referido documento em mera “carta de intenções”. Nesse contexto, não é de se estranhar que a ampliação massiva de matrículas nos níveis fundamental e médio tenha sido acompanhada de queda no aproveitamento.

Quanto às medidas não privativas de liberdade, a aplicação e execução destas no Brasil continuam dissonantes do ideal de respeito à dignidade do adolescente autor de ato infracional. Superlotação, maus-tratos, tortura, falta de capacitação de recursos humanos e ambiência arquitetônica semelhante às prisões para adultos são algumas das situações que descrevem o sistema de internamento de adolescentes no Brasil.

Levantamento realizado pelo IPEA entre os meses de setembro e novembro de 2002 diagnosticou que havia naquele período cerca de 9555 adolescentes privados de liberdade no Brasil, dos quais mais de 90% eram do sexo masculino; 60% eram negros e 81% deles moravam com a família na data do cometimento do ato infracional; 51% não freqüentavam a escola e 49% não trabalhavam. A grande maioria dos adolescentes autores de atos infracionais atentou contra o patrimônio e quase metade deles estão em São Paulo, em instituições que ainda não incorporaram o paradigma da proteção integral, utilizando o amedrontamento e a violência física como meios de contenção e disciplina. Estas instituições também expõem seus internos a situações de extrema humilhação, fazendo-os raspar a cabeça, andar enfileirados com a cabeça baixa e as mãos para trás. Proíbem que falem e, aqueles que ousam romper o silêncio, são disciplinados com chutes e tapas. Não há nesses espaços qualquer preocupação com a saúde, a educação, o lazer, ou qualquer outro direito dos adolescentes, que passam o dia ociosos e, em muitos casos, apresentam visivelmente doenças de pele e reclamam da falta de atendimento médico.

Este tipo de violação também se repete em outros estados. No Rio de Janeiro, adolescentes infratores forçam a maioria para que, em vez de cumprir medida sócio-educativa em instituição própria para sua idade, sejam levados ao sistema penitenciário, onde a probabilidade de serem torturados parece menor.

Outro ponto de indignação é o fato de que não há responsabilização dos torturadores, agentes públicos incumbidos de evitar as situações a que eles mesmos dão causa, o que faz com que haja a repetição dessas circunstâncias. Há verdadeira banalização da vida do adolescente.

O relatório IPEA também conclui que 71% das 190 unidades de internação brasileiras não preenchem os requisitos das Nações Unidas para recolhimento de infratores. Mesmo as unidades havidas como adequadas foram assim consideradas por cumprirem o critério segurança e não por possuírem uma proposta pedagógica apropriada. Muitas delas, inclusive, possuem características tipicamente prisionais.

Também é real a pouca utilização das medidas não privativas de liberdade (prestação de serviços à comunidade, por exemplo) pela sua inexistência ou insuficiência, na grande maioria dos municípios brasileiros. Via de regra, apenas as capitais e as cidades maiores, de regiões metropolitanas, possuem o aparato de aplicação dessas medidas.

Não se pode perder de vista o fato de que, na luta contra o ato infracional, não são os adolescentes que

devem ser combatidos, mas a situação de desigualdade social que contribui para esse tipo de comportamento. O adolescente deve sempre ter respeitados os direitos inerentes à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Quanto aos assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal - CPI, que analisou os homicídios dolosos de crianças e adolescentes, faz uma estimativa de que, entre 1988 e 1990, foram mortas 4.661 pessoas com até 17 anos, o que significa cerca de quatro assassinatos por dia. 52% foram assassinados por policiais ou vigilantes da segurança privada. 82% dos adolescentes eram negros, 67% eram do sexo masculino, e a faixa de maior risco estava entre 15 e 17 anos. Complementando estes dados da CPI, alguns estudos indicam que a maior parte das crianças e adolescentes vítimas de homicídio não tinham envolvimento com a criminalidade e o tráfico de drogas<sup>5</sup>.

Segundo o Banco de Dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) sobre homicídios ocorridos em 2001, que teve como fonte notícias de jornal, dos 9.460 casos de homicídios praticados, 1.187 vitimaram crianças e adolescentes, representando um universo de 12,5% do total. Destes, 15,9% das vítimas são do sexo feminino e 83,4% do sexo masculino.

Sobre o padrão de mortalidade por homicídios no Brasil, a partir do boletim publicado pelo CLAVES/Fiocruz, conclui-se que: “Os homicídios, no seu conjunto, não formam uma totalidade homogênea, no entanto os resultados de investigações já realizadas reafirmam os fortes componentes de classe, de gênero, de idade, de ocupação de espaços degradados da cidade e de exclusão social de suas vítimas”<sup>6</sup>. Ainda assinala que “a causa externa específica que mais cresceu nos últimos 20 anos foram os homicídios, com um percentual 109% mais elevado no ano de 1998 do que em 1980. Além do viés de gênero, o perfil dos homicídios mostra, também, uma discriminação por classes sociais. Embora as informações do Sistema de Informações sobre Morbimortalidade (SIM) do Ministério da Saúde não permitam inferir renda, levantamentos geo-referenciados e por profissão, revelam que são os pobres, moradores de favelas e vivendo nas periferias urbanas, que compõem o perfil da maioria das vítimas”<sup>7</sup>.

No caso específico do marco legal interno, a Constituição de 1988 estabeleceu, especificamente, no seu art. 227 que: “...é dever da família e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Em 1990, a ordem jurídica interna integrou-se à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, com sua ratificação pelo Congresso Nacional e promulgação por decreto presidencial. Esta normativa internacional dispõe particularmente sobre os direitos humanos da criança<sup>8</sup> e estabelece que os estados-partes têm obrigação de respeitar e garantir a cada criança, dentro de sua jurisdição, os direitos estabelecidos na Convenção sem distinção de raça, cor, sexo, religião, opiniões públicas, nacionalidade etc.

Em 13 de julho de 1990, é promulgada a lei federal nº 8.069, chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente, surgida no mesmo ano da Convenção. O Estatuto proclama que essas crianças e adolescentes<sup>9</sup> são sujeitos de direito e normatiza o princípio da prioridade absoluta, consagrado na Constituição Federal. “A lei entende que a proteção à infância não deve ser apenas uma prioridade, mas que seja a primeira e mais importante das prioridades”<sup>10</sup>.

Apesar dos avanços legais, estes não têm sido suficientes para garantir os direitos dessa população infanto-adolescente e juvenil. Tentativas de mudar este quadro se mostram tímidas e muitas vezes beneficiando mais a classe média do que os mais pobres. Pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que, ao longo dos anos, a proporção de pobres no Brasil fica mais ou menos igual.

Por fim, a ANCED, em parceria com o Fórum DCA, acredita que estará cumprindo seu papel se o relatório alternativo for um instrumento que consiga ampliar as discussões com a sociedade civil sobre a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, bem como provocar o Estado brasileiro para que adote medidas claras e eficazes para superação dos problemas relacionados a esses direitos fundamentais.

# RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

## APRESENTAÇÃO

Este Relatório da sociedade civil a respeito da efetivação da Convenção sobre os Direitos da Criança pelo Brasil a ser enviado para análise do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, sediado em Genebra, é uma iniciativa da ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, entidade sem fins lucrativos, então com sede em Fortaleza, composta por 32 entidades, distribuídas em 14 estados da Federação, e do Fórum DCA – Fórum Nacional Permanente das Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente.

O objetivo deste é apresentar à sociedade brasileira e, em especial, aos movimentos de defesa da criança e do adolescente os avanços e retrocessos da situação infanto-adolescente e juvenil do País, nestes últimos quatorze anos. Pretende, ainda, chamar a atenção da comunidade internacional para as graves violações dos direitos desse público, num país de muitas dívidas em relação aos direitos humanos, especificamente, relacionados à raça, gênero, geração etc.

Escrever este Relatório representou um grande desafio para a ANCED, ao se debruçar na análise da conjuntura dos direitos humanos da criança e do adolescente. “Afinal, não basta que o Brasil, desde a sua (re)democratização, venha ratificando instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos; é fundamental que o país estabeleça medidas claras e eficazes para a superação dos problemas relacionados a direitos humanos”<sup>11</sup>. O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, com cerca de 170 milhões de habitantes, dos quais 61 milhões são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos (Censo 2000<sup>12</sup>). É uma das 13 maiores potências econômicas, mas continua sendo um país injusto, um Estado onde reina a desigualdade. Basta olhar os números, que chocam ano a ano: enquanto os 20% mais ricos ficam com 63,8% da renda nacional, os 20% mais pobres detêm só 2,5% do total. Investigação feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA sobre “Políticas Sociais: acompanhamento e análise” (2000) mostra que 57 milhões de brasileiros (35% da população) vivem em estado de pobreza; ou seja, possuem renda familiar *per capita* por mês inferior a 1/2 salário mínimo (50 dólares). 15% dos brasileiros são extremamente pobres e dispõem de menos de um dólar por dia para sobreviver.

Enquanto isso, 15% dos brasileiros são analfabetos, 24% não contam com rede de distribuição de água e 35,4% estão privados de redes de esgoto ou fossas sépticas. As discrepâncias regionais no Brasil são enormes. Para o Nordeste do Brasil, os números ora apresentados são ainda mais dramáticos: enquanto só 30% da população moram no Nordeste, esta região abriga 62% dos pobres brasileiros. Tentativas de mudar este quadro se mostram tímidas, muitas vezes beneficiando mais a classe média do que os mais pobres. Pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que, ao longo dos anos, a proporção de pobres no Brasil fica mais ou menos igual.

Esses números valem igualmente para as crianças e adolescentes no Brasil. Na avaliação do Fundo das Nações Unidas para a Infância –UNICEF, os direitos de mais de 23% das crianças e adolescentes no Brasil (14 milhões) estão sendo completamente negados. São crianças pertencentes a cerca de 9 milhões de famílias brasileiras com uma renda mensal *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo.

Isto explica por que, no Brasil, ainda encontramos 1 milhão de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola; 1,9 milhão de jovens analfabetos; 2,9 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalhando, das quais 220.000 até 14 anos como empregadas domésticas, e 45.000 nos lixões (UNICEF, 2003).

No caso específico do marco legal interno, a Constituição de 1988 estabeleceu, especificamente, no seu art. 227 que: “é dever da família e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como *prioridade absoluta*, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Em 1990, a ordem jurídica interna integrou-se à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, com sua ratificação pelo Congresso Nacional e promulgação por decreto presidencial. Esta normativa internacional dispõe particularmente sobre os Direitos Humanos da Criança<sup>13</sup> e estabelece que os estados-partes têm obrigação de respeitar e garantir a cada criança, dentro de sua jurisdição, os direitos estabelecidos na Convenção



sem distinguir raça, cor, sexo, religião, opiniões públicas, nacionalidade etc. Afirma a necessidade de realização do compromisso ético, político e jurídico dos direitos da infância como construção da universalidade e integridade dos direitos fundamentais e da dignidade humana. A Convenção é um dos tratados internacionais mais importantes da Humanidade.

Em 13 de julho de 1990, é promulgada a lei federal nº 8.069, chamada de Estatuto da Criança e do Adolescente, surgida no mesmo ano da Convenção. O Estatuto proclama que essas crianças e adolescentes<sup>14</sup> são sujeitos de direito e normatiza o princípio da prioridade absoluta, consagrado na Constituição Federal. “A lei entende que a proteção à infância não deve ser apenas uma prioridade, mas que seja a primeira e mais importante das prioridades”<sup>15</sup>.

Apesar dos avanços legais, estes não têm sido suficientes para garantir os direitos dessa população infanto-adolescente e juvenil.

A Convenção também dispõe, no artigo 44: “Os Estados-partes se comprometem a apresentar ao Comitê, por intermédio da Secretaria Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado, com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na Convenção e sobre os progressos alcançados no desempenho desses direitos: dentro de um prazo de dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado-parte a presente Convenção; a partir de então, a cada cinco anos”. Infelizmente, só depois de doze anos é que o Estado brasileiro apresenta o relatório sobre a Convenção.

Este Relatório está dividido em duas partes. A primeira se propõe a abordar analiticamente quatro direitos: 1) direito à participação, na perspectiva da gestão; 2) direito à sobrevivência, trabalhando o tema saúde, tendo como foco a desnutrição; 3) direito ao desenvolvimento, discutindo a educação a partir do direito à qualidade no ensino fundamental; e 4) direito à proteção, versando sobre o adolescente em conflito com a lei (acesso à Justiça/ garantia do devido processo legal na aplicação e na execução das medidas sócio-educativas) e apresentando o problema de assassinatos de jovens no Brasil.

A segunda parte é a visão de crianças e adolescentes sobre seus direitos, atendidos por projetos apoiados financeira e tecnicamente pela Fondation Terre des Hommes no Brasil, quais sejam: Rede Amiga da Criança, articulação de vinte e três entidades de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís, capital do Maranhão; Rede Rio Criança, articulação de treze entidades de atendimento a crianças e adolescente em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro; Associação Curumins, instituição de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e de exploração do trabalho infantil na cidade de Fortaleza, capital do Ceará; e o Projeto Circo Baixada, projeto de integração familiar e/ou comunitária de crianças e adolescentes em situação de rua/risco social, situado no Município de Queimados, na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro).

Outros direitos não foram contemplados neste Relatório em decorrência de dois problemas: o primeiro foi o curto tempo para concluir o documento, o que impediu uma boa análise em grande quantidade de material; o segundo, decorreu das imprecisões e carências de dados. No caso específico da violência no Brasil, falta uma definição precisa do conceito de violência e não existem indicadores adequados para mensurar tal conceito. As pesquisas de “vitimização” no Brasil não seguem um padrão de indicadores comuns.

As fontes trabalhadas são as oficiais e, no caso específico da análise da violência, utilizou-se também o banco de dados do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, que tem como fonte o jornal impresso.

É preciso ressaltar que a imprensa, isoladamente, não é uma fonte adequada para a coleta de dados sobre a violência, até porque apresenta uma grande taxa de sub-notificação dos homicídios efetivamente ocorridos. Diante da inexistência de um sistema unificado de estatística criminal, no entanto, a imprensa vem sendo a fonte colaboradora para a construção do perfil dos acusados e das vítimas dos crimes de homicídios. Infelizmente, no Brasil não há dados oficiais sobre violência e criminalidade que apresentem um padrão de coleta e permitam traçar com precisão o perfil dos suspeitos/acusados pelos crimes de homicídios.

Por fim, a ANCED, em parceria com o Fórum DCA, acredita que estará cumprindo seu papel se o relatório for um instrumento que consiga ampliar as discussões com a sociedade civil sobre a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, bem como provocar o Estado brasileiro para que adote medidas claras e eficazes para superação dos problemas relacionados a esses direitos fundamentais.

# O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO AO COMITÊ DOS DIREITOS DA CRIANÇA POR PARTE DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

A elaboração da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) foi um processo que contou com ampla participação da sociedade civil organizada no plano internacional e dos diversos países membros das Nações Unidas. O documento reflete uma significativa mudança na forma como crianças e adolescentes são percebidos na ordem jurídica internacional e nos papéis que eles podem assumir, celebrando princípios chave como o do melhor interesse da criança e o da participação. A CDC reafirma ainda a importância da efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais de crianças e adolescentes como condição necessária para a realização dos direitos da criança (art. 4<sup>o</sup><sup>16</sup>).

A atual legislação brasileira relativa a crianças e adolescentes já nasceu em consonância com a CDC. A Constituição Federal de 1988 (05.10.1988) e a lei federal 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 13.07.1990), foram elaborados sob a influência do documento internacional, retratando claramente seu espírito. Estas normas surgem em um período importante da história recente brasileira, porque é o momento da redemocratização política. Novos paradigmas legais são estabelecidos. No caso dos direitos de crianças e adolescentes, a nova estrutura legal é completamente diferente da anterior, consagrando dois princípios transformadores: o da proteção integral e o da prioridade absoluta. A inclusão do art. 227<sup>17</sup> na Constituição Federal de 1988 (CF/88) é o início legal deste processo. Trata-se da prioridade absoluta para crianças e adolescentes, e estende-se explicitamente aos menores de dezoito anos todos os direitos fundamentais previstos na Carta Magna. A elaboração do diploma legal específico, o Estatuto da Criança e do Adolescente, vai criar e organizar toda uma rede de atores e órgãos voltados para a efetivação dos direitos da criança. Estabelecida, então, a nova ordem legal, inicia-se o desafio de fazer com que os direitos de crianças e adolescentes sejam garantidos.

Internamente, o principal instrumento de controle é o Judiciário, através da existência de mecanismos legais para a exigibilidade dos direitos e também, como não poderia deixar de ser, por meio da compreensão da população sobre a existência dessas normas. Não é diferente com os direitos da criança e do adolescente. No plano internacional, o principal mecanismo institucionalizado para a efetivação destes direitos é o monitoramento feito pelo Comitê dos Direitos da Criança. A CDC prevê, em seu artigo 44, que os países signatários apresentem relatórios periódicos ao Comitê, no qual mostrem a situação dos direitos da infância no território do Estado-parte e prestem conta em relação aos esforços que estão sendo empreendidos para aumentar o nível de efetivação. Segundo a Convenção, o primeiro relatório é devido dois anos após a ratificação da mesma, devendo o Estado-parte apresentar, a partir de então, um relatório a cada cinco anos. Sendo o Brasil signatário desde 1990, deveria ter apresentado seu primeiro relatório em 1992, e os seguintes nos anos de 1997 e 2002. A cada documento apresentado, o Comitê, formado por especialistas de diferentes nacionalidades, apresenta suas conclusões ou observações finais, identificando avanços ou retrocessos, onde os houver, e fazendo recomendações para que o Estado-parte avance no respeito aos direitos de crianças e adolescentes.

Durante quatorze anos, o Estado brasileiro manteve-se silente acerca da implementação da CDC no país. Em 2003, o governo brasileiro comprometeu-se a apresentar um relatório que cobrisse a situação da infância no Brasil a partir de 1990, com o que concordou o Comitê, apreciando o primeiro relatório em setembro de 2004<sup>18</sup>.

O Comitê dos Direitos da Criança costuma ouvir também as organizações da sociedade civil sobre a situação dos direitos da infância em seus países de origem. Dentro desta perspectiva, setores da sociedade civil organizada, no Brasil, que atuam na defesa dos direitos da infância, vinham discutindo, há alguns anos, a possibilidade de submeter um relatório da sociedade civil ao Comitê, considerando, inclusive, requerer a este que considerasse o documento como oficial caso o governo brasileiro insistisse em não apresentar um relatório governamental.

No ano de 2003, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED, com apoio técnico e financeiro da Save the Children-Suécia na América Latina, estabeleceram uma parceria e deram início a um projeto de elaboração de um relatório para o Comitê dos Direitos da Criança da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Ficou estabelecido que a ANCED identificaria profissionais que pudessem se responsabilizar pela elaboração

do documento, os quais se encarregariam de fazer articulações com os movimentos e organizações que trabalham com e pela causa de crianças e adolescentes no Brasil, levantar dados, examiná-los e escrever o relatório. Formou-se, então, um Grupo de Trabalho (GT) composto por cinco advogados dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECAs), um assessor e um dos coordenadores da ANCED. Este GT começou a se comunicar em maio de 2003. Logo depois, aconteceu um seminário de dois dias com o sr. Luis Perdenera, do Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay e do Comité de los Derechos del Niño – Uruguai. O sr. Luis veio compartilhar com a equipe a experiência uruguaia, pois naquele país a sociedade civil organizada já havia apresentado um relatório, referente aos anos de 1996 a 2000, e mantém, desde então, uma rede de monitoramento das observações do Comitê dos Direitos da Criança para o país.

A partir deste aprendizado com a experiência uruguaia e do conhecimento de publicações de outros países, foi ficando claro que, a despeito de uma ânsia inicial de tratar de todos os temas, não seria possível fazê-lo. Seria melhor eleger alguns tópicos, mesmo sabendo que deixaríamos de fora questões extremamente importantes, e trabalhar com eles. A escolha de alguns temas, em detrimento da observação de todos os pontos da Convenção por parte da sociedade civil, se mostrou necessária, em especial no caso brasileiro, porque o relatório cobriria um período de tempo muito extenso. A escolha nos permitiria chamar atenção para questões específicas que impactam profunda e negativamente a vida de crianças e adolescentes no Brasil, fazendo com que essas questões não se percam dentro da enormidade do problema dos direitos da criança no Brasil.

O processo de discussão nos levou a definir quatro temáticas prioritárias: o direito à saúde (em especial a questão da nutrição, relacionando direito à saúde e direito à alimentação); o direito a uma educação de qualidade; os direitos de adolescentes em conflito com a lei (em especial os privados de liberdade); e, ainda, o direito à vida, a partir da perspectiva do crescente número de homicídios dolosos contra adolescentes no país. Optou-se ainda por abordar o direito à participação.

Definidas as temáticas e os responsáveis por cada uma delas, demos início ao processo de levantamento de dados e situações e aos contatos com outras organizações que atuam na área dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Uma grande dificuldade encontrada foi o curto tempo, já que a partir do momento em que o governo brasileiro anunciou que apresentaria um relatório oficial, o relatório da sociedade civil passava a ter um prazo, o que nos deixou com aproximadamente oito meses para trabalhar. Outro problema foi o acesso a dados seguros. Enquanto nas áreas de educação e saúde existem boas bases de dados e, portanto, informações pelo menos adequadas sobre a situação, no que diz respeito ao ato infracional e aos homicídios contra adolescentes, há enormes falhas. Esta realidade fez com que fôssemos levados a optar por outras fontes de informação, como é o caso das notícias de jornal e de depoimentos, e também que não pudéssemos, em muitos casos, usar dados sobre o país inteiro, mas apenas sobre algumas regiões ou estados. Em relação ao período abrangido pelo relatório, ao contrário do relatório governamental, que cobre todo o período de vigência da Convenção no Brasil, o relatório da sociedade civil não o faz. Cobrir um período de quatorze anos estava além das nossas possibilidades na elaboração deste primeiro relatório. Optamos por apresentar os dados mais recentes disponíveis sobre cada um dos temas abordados, o que fez com que este relatório que agora temos em mãos trate, em cada um de seus tópicos, de diferentes períodos de tempo, localizados entre o final da década de noventa e o começo da primeira década do século XXI.

Foram feitas entrevistas com diversas articulações e organizações brasileiras. Conversamos ainda com a Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal, com o Ministério das Relações Exteriores, com a representante no Brasil do Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef e com o Movimento Nacional de Direitos Humanos. Foi estabelecida uma parceria com a Terres des Hommes – Lausanne a fim de que se elaborasse um relatório com crianças e adolescentes, o que foi feito a partir de alguns grupos específicos em Fortaleza – CE, em São Luiz do Maranhão e no Rio de Janeiro – RJ. Fizemos apresentações coletivas do relatório para a Assembléia Nacional do Fórum DCA e para a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) contribuiu, inclusive, com um relatório específico sobre a situação da educação das crianças no país.

Em junho de 2004 apresentamos, durante a 36ª Sessão do Comitê dos Direitos da Criança, o relatório da sociedade civil brasileira. Foi um momento rico de debates, no qual os relatores examinaram exaustivamente a situação brasileira. As Ongs presentes à sessão tiveram a oportunidade de debater com os membros do Comitê as conclusões e as compreensões sobre a realidade da infância e da adolescência no Brasil. Estiveram presentes à sessão, trazendo suas próprias considerações sobre direitos da criança e do adolescente no Brasil, o Unicef, a OIT, a UNESCO e a assessoria da relatora especial sobre execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais, sendo, ainda, a sessão acompanhada pela assessora do relator especial para a independência de juízes e advogados.

A apresentação da sociedade civil brasileira e dos organismos das Nações Unidas contribuíram para a elaboração da lista de perguntas do Comitê ao governo brasileiro, apontando a urgência de ações concretas em relação aos temas levantados: saúde, educação, adolescentes em conflito com a lei, homicídios contra adolescentes, violência nas escolas, trabalho infantil doméstico, entre outros.

Houve uma ampla divulgação da apresentação do relatório da sociedade civil na mídia, a partir de uma parceria com a Rede ANDI – Agência de Notícias pelos Direitos da Infância. Esta difusão de informações sobre a apresentação permitiu que durante vários dias as políticas e a situação dos direitos da criança e do adolescente estivessem em pauta no país, impulsionando debates sobre questões centrais para a solução dos problemas.

Em setembro de 2004, em sua 37ª sessão, o Comitê ouviu a apresentação do relatório oficial. O governo brasileiro enviou a Genebra uma importante delegação, chefiada pelo Ministro Nilmário Miranda, responsável pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. A sociedade civil brasileira esteve presente a esta sessão, acompanhando a apresentação.

As observações finais feitas pelos membros do Comitê notam com clareza que, durante os últimos quatorze anos, o Brasil fez inúmeros avanços legais no que diz respeito aos direitos da criança. Além dos grandes marcos mencionados no início deste texto, a legislação ordinária também foi melhorada na tentativa de proteger crianças e adolescentes contra a violência, de tornar os procedimentos judiciais mais rápidos, de melhorar as condições de vida das crianças em geral. Também no âmbito internacional o país avançou, assinando dois protocolos facultativos à Convenção, ratificando a Convenção 138 da OIT<sup>19</sup> e a Convenção 33 de Haia<sup>20</sup>. Por outro lado, o Comitê chama a atenção para o impacto negativo das enormes desigualdades baseadas em raça, classe social, gênero e localidade geográfica. O Comitê conclui que os direitos humanos das crianças e adolescentes brasileiros são claramente impactados por estas condições específicas, sendo patente que as crianças pertencentes a minorias sofrem mais violações de direitos que as outras<sup>21</sup>.

O Comitê demonstrou, durante todo o processo, uma grande preocupação em torno da coordenação nacional das políticas de direitos de crianças e adolescentes, sugerindo que o governo estabeleça um sistema adequado. Apresenta ainda recomendações relativas ao direcionamento de recursos para a implementação de políticas e concernente a um melhor sistema de coleta e organização de dados sobre a situação da infância e da adolescência no país. Outro ponto importante levantado diz respeito à participação de crianças e adolescentes. O Comitê considera fundamental que estes sejam ouvidos nos mais diversos espaços, propondo que o governo providencie os meios para que isso se estabeleça.

Há uma ampla gama de recomendações relativas à situação de crianças com deficiência, visando sua plena integração na vida familiar e comunitária. O Comitê faz ainda sugestões explícitas relativas à qualidade da educação, apontando a necessidade de maior alocação de recursos e de aumento de cooperação técnica. O Comitê demonstra uma profunda preocupação com a situação dos adolescentes em conflito com a lei, fazendo extensas recomendações ao governo brasileiro. O Comitê propõe ainda que o país siga as recomendações específicas feitas pela relatora especial sobre execuções sumárias, arbitrárias e extrajudiciais, com o objetivo de diminuir a violação do direito à vida de crianças e, especialmente, adolescentes brasileiros.

Diante das graves violações de direitos de crianças no Brasil, as recomendações do Comitê não podem tornar-se letra morta. É necessário que a sociedade civil organizada monitore as ações do governo na implementação destes direitos. É preciso que, até o dia 23 de outubro de 2007, prazo para a próxima apresentação de relatório, a sociedade mantenha um controle claro e eficiente sobre as ações do governo, dentro do espírito de realização da democracia e com olhos firmes na efetivação dos direitos humanos, em geral, e de geração, em especial.

# 1. DIREITO À PARTICIPAÇÃO: SISTEMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Visando a adequar a ordem jurídica interna à Convenção sobre os Direitos da Criança e complementar os princípios programáticos da Constituição Federal<sup>22</sup>, a respeito dos direitos fundamentais específicos da criança e do adolescente, a lei federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), estabeleceu “normas gerais” para a “proteção à infância (...)”<sup>23</sup>, reconhecendo a criança e o adolescente como “sujeito de direitos” e, simultaneamente, sua “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”<sup>24</sup>. A partir daí, o Estatuto reconhece e explicita, em favor da infância (crianças e adolescentes), determinados direitos humanos, relativos à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, ao trabalho e previdência, à assistência social e às liberdades fundamentais, sem prejuízo do reconhecimento, em favor desse segmento da população, dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos e sociais) “inerentes à pessoa humana”<sup>25</sup>, conferidos pela Constituição Federal.

Além do mais, procurando garantir a efetivação desses direitos fundamentais (gerais e especiais), o Estatuto esboça *um sistema específico de proteção dos direitos humanos de geração*<sup>26</sup>, que deveria se inspirar no sistema regional e no internacional de proteção dos direitos humanos, em geral.

Segundo essa normativa, em consonância com a Convenção, tal sistema de proteção institucionaliza-se e deve ser implementado, assegurando-se sempre a *participação proativa das crianças e dos adolescentes e da população* (através de suas organizações representativas) e a obediência aos seguintes princípios paradigmáticos<sup>27</sup>:

- a) prevalência do melhor interesse da criança e do adolescente na efetivação do direito positivo e no desenvolvimento das políticas públicas;
- b) prioridade absoluta para o atendimento de crianças e adolescentes, pelo Estado e pela sociedade;
- c) descentralização político-administrativa na coordenação e execução dos programas e políticas públicas;
- d) manutenção de fundos públicos especiais para financiamento, especialmente de determinados programas de proteção;
- e) integração operacional de entidades governamentais e não governamentais, em casos específicos de atendimento inicial a determinado público infante-adolescente (adolescente em conflito com a lei, p.ex.); e
- f) mobilização social em favor da efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Tal sistema, a partir desses princípios, deverá ser operacionalizado por meio de determinados espaços públicos e de medidas administrativas e judiciais específicas. Nos termos do Estatuto, isso se dará através das linhas estratégicas da (a) *promoção*, (b) do *controle / monitoramento* e (c) da *garantia* dos direitos (com a conseqüente responsabilização do Estado e da sociedade por essa efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente).

O eixo estratégico da *promoção da realização dos direitos da criança e do adolescente*, dentro do sistema geral de proteção, consubstancia-se no desenvolvimento de uma “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”<sup>28</sup>, que integra o âmbito da política de promoção dos direitos humanos, estrategicamente cortando, de maneira transversal e intersetorial, todas as políticas públicas (institucionais, econômicas e sociais<sup>29</sup>) e reforçando a idéia de que a satisfação de necessidades básicas, por qualquer dessas políticas públicas, é um direito do cidadão-criança e do cidadão-adolescente e, ao mesmo tempo, um dever do Estado, da família e da sociedade.

Para operacionalizar a execução direta dessa política de promoção dos direitos humanos geracionais, em um primeiro momento e, emergencialmente, a lei<sup>30</sup> prevê a intervenção dos seguintes serviços/atividades e programas/projetos:

- a) protetivos especiais, isto é, de abrigo, de colocação familiar, de orientação e apoio sócio-familiar e de apoio sócio-educativo em meio aberto, de localização e identificação de desaparecidos, de prevenção e apoio médico e psico-social à vítimas de violências, explorações etc, de proteção jurídico-social - todos eles com conteúdos educacionais, securitários, assistenciais, destinados a todo público infante-adolescente com qualquer dos seus direitos ameaçados e violados<sup>31</sup> ou apenas ao público infantil que tenha praticado algum ato infracional ;
- b) sócio-educativos, isto é, de internação, de semiliberdade, de liberdade assistida, todos de natureza sancionatória, mas de conteúdo educacional, destinados aos adolescentes aos quais se atribua a prática de ato infracional.

Aos programas de proteção especial, a lei atribui a responsabilidade de desenvolver ações afirmativas em favor desses direitos e contra as violações a estes, tanto de natureza preventiva, quanto de cunho resolutivo para minimizar os efeitos dessas violações e cuidar de maneira efetiva da criança ou do adolescente, quando

vítimas de ameaças ou violações de direitos. Operacionalmente, os programas e serviços de proteção especial<sup>32</sup> deveriam funcionar como “núcleos de cuidados básicos iniciais” política e administrativamente descentralizados<sup>33</sup>. Igualmente, são eles as primeiras linhas de suporte para os órgãos e instituições de responsabilização pela garantia de direitos (judiciário, conselhos tutelares, Ministério Público, segurança pública etc.); isto é, são programas responsáveis pelo cumprimento das decisões desses órgãos e instituições. Em essência, deveriam advogar, em favor desse público credor de direitos,<sup>34</sup> por atendimentos complementares e definitivos, através de outros programas, serviços e de outras medidas das demais políticas públicas sociais, institucionais e econômicas,<sup>35</sup> sinergicamente.

Tais programas, serviços e agentes do primeiro círculo de atendimento do sistema de proteção de direitos humanos ficam incumbidos, em última instância, de promover a inclusão das crianças e adolescentes que têm seus direitos ameaçados e violados, nos programas e serviços das políticas públicas sociais (educação, saúde, assistência social, previdência, trabalho etc). Desse modo, como um segundo círculo de atendimento, complementar e definitivo, esses outros sistemas públicos citados seriam acionados para garantir direitos em suas áreas, respectivamente. Assim, o acesso ao serviço público em geral (escola e unidades de saúde, por exemplo) deve se tornar uma decorrência lógica e inafastável do sistema de proteção dos direitos humanos da criança e do adolescente. E a qualificação do atendimento nesses programas e serviços das políticas sociais, igualmente, se torna também objetivo do mesmo sistema especial – acesso com sucesso. Desta maneira, será possível falar-se em reconhecimento e garantia dos direitos civis e dos direitos econômicos e sociais da infância (criança e adolescentes).

Além desses serviços e programas públicos - tanto os sociais básicos, quanto os de proteção especial e os sócio-educativos - deveriam ser criadas entidades governamentais para planejar, coordenar, supervisionar as ações e atividades dessa política especial de proteção de direitos humanos geracionais, funcionando como verdadeiros “núcleos estratégico-conceituais”. Seriam as entidades que deveriam substituir as antigas fundações do bem estar do menor – FUNABEM (federal) e FEBEN’s (estaduais), oriundas do antigo sistema assistencial, normatizado pelo revogado Código de Menores - ambos dissonantes dos princípios da Convenção. A partir desse entendimento, na esfera federal, criou-se a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA, com seus escritórios nos estados. Enquanto isso, os estados e o Distrito Federal iniciaram um processo de reordenamento político-institucional das suas antigas FEBENs. Posteriormente, a Fundação CBIA foi extinta, restando parte de suas ações, hoje, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (através da sua Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente) da Presidência da República<sup>36</sup>.

Levando-se em conta as informações e os dados constantes de inúmeras pesquisas realizadas nesta última década por diversos estudiosos<sup>37</sup>, por organizações governamentais e não governamentais<sup>38</sup>, por agências e organismos internacionais e multinacionais<sup>39</sup>, dentre outros, constata-se que há um descompasso do “país-legal” em relação ao “país-real”, onde o funcionamento tanto desses órgãos públicos de coordenação, quanto dos seus programas e serviços de execução, ainda está longe do determinado pela norma jurídica. Passam, eles todos, por grandes dificuldades para se tornarem eficientes e eficazes, no sentido de efetivarem a Convenção e a ordem jurídica interna.

Assim, é de se registrar, neste Relatório (a partir dessas fontes indicadas exemplificativamente), que tais órgãos mencionados, criados para coordenar essa política de promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes (tanto na esfera federal, quanto na estadual e municipal), ainda não conquistaram o protagonismo necessário, na medida do exigido pelo processo de adequação à Convenção, do ordenamento institucional do País. No âmbito federal, o comando dessa política ficou com um órgão de pequena estrutura, com pouca força e visibilidade social e política e com um orçamento público risível, diante das reais necessidades. As experiências estaduais de substituição das FEBEN’s são heterogêneas: em algumas poucas unidades da Federação, o comando ficou com entidades razoavelmente organizadas e fortes, numa maior parte refletem o quadro nacional, e em determinados outros estados a situação beira a calamidade pública. No contexto municipal, a situação ainda é muito mais grave. Os órgãos de comando, próprios a essa política especial, ou não existem ou são distorcidos e fracos.

Por sua vez, o nível de implementação desses programas públicos de proteção especial é muito baixo, em todas as três esferas da Federação, segundo os dados e informações levantados e analisados. Por exemplo: tanto os juízes especializados quanto os conselhos tutelares encontram a sua disposição um pequeno número de entidades (governamentais e não governamentais) de abrigo, para colocar crianças e adolescentes com problemas na sua inserção familiar, enquanto não se garante o retorno delas à família natural ou se os coloca em famílias substitutas (adoção, guarda etc.). Os serviços de prevenção e apoio médico e psicossocial a vítimas de exploração sexual ou laboral (como o PETI, e o SENTINELAS, do Governo federal em convênios com os municípios) têm uma pequena cobertura no País (não atingem a metade dos municípios) e não são programas universais,

mas focalistas (número de vagas limitado e pré-definido).

De maneira semelhante, deveriam estar funcionando os programas sócio-educativos nessa linha do atendimento inicial breve e excepcional, da incompletude institucional e da completariedade em relação aos órgãos executores das demais políticas públicas<sup>40</sup>, como visto acima. Essa realidade é detalhada em outro bloco específico do presente Relatório.

Por sua vez, o eixo estratégico da *garantia dos direitos da criança e do adolescente e da responsabilização pela realização desses direitos*<sup>41</sup> (como parte do sistema geral de proteção dos direitos humanos geracionais) se consubstancia no “acesso à justiça”<sup>42</sup>, ou seja, na possibilidade de se recorrer aos espaços públicos institucionais e mecanismos jurídicos de “proteção legal” daqueles direitos humanos (gerais e especiais) e das liberdades fundamentais, da infância e da adolescência, para assegurar a impositividade daqueles direitos e sua exigibilidade em concreto.

Como preferenciais ‘portais’ dessa outra rede de proteção/responsabilização dos direitos da criança e do adolescente, deveriam estar, principalmente, as varas da infância e da juventude e os conselhos tutelares. E para apoiar esse “acesso à justiça”, essa “administração de justiça a quem dela necessita”<sup>43</sup>, o Estatuto prevê a intervenção essencial:

- do Ministério Público (da União e dos estados),
- dos órgãos da Segurança Pública (Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Polícia Judiciária Civil, Polícia Militar),
- da Defensoria Pública e de outras procuraturas sociais (Ordem dos Advogados do Brasil, Centros de Defesa e outras entidades sociais de defesa etc.)
- das equipes judiciais multiprofissionais; etc.

Por fim, para assegurar a efetivação dessa garantia dos direitos de crianças e adolescentes e dessa responsabilização jurídica dos violadores desses direitos, prevê ainda o Estatuto um elenco de medidas jurídicas:

- (a) medidas socioeducativas (judiciais não penais), aplicáveis a adolescentes infratores (artigo 112 e segs);
- (b) medidas especiais de proteção (judiciais ou administrativas), aplicáveis a crianças e adolescentes com direitos violados ou ameaçados;
- (c) medidas especiais de proteção (administrativas), aplicáveis a crianças às quais se atribua a prática de ato infracional (artigo 98 e segs.);
- (d) medidas responsabilizadoras (administrativas), pertinentes a pais e responsáveis (artigo 129 e segs.);
- (e) medidas sancionatórias (judiciais não penais), aplicáveis a dirigentes de entidades de atendimento a crianças e adolescentes, por irregularidades no exercício de suas funções (artigo 191 e segs.);
- (f) medidas sancionatórias (não penais), aplicáveis a qualquer pessoa, por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (artigo 194 e segs.);
- (g) indenizações e obrigações de fazer ou de não fazer, para proteção dos interesses individuais, difusos e coletivos de crianças e adolescentes, lesados pelo Poder Público, em decorrência de ações civis públicas;
- (h) ações mandamentais;
- (i) sanções penais, aplicáveis aos sentenciados pela prática de crimes contra crianças e adolescentes (artigo 228 e segs. e mais toda a legislação penal brasileira)<sup>44</sup>.

As varas judiciais especializadas na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente estão instaladas apenas nas capitais e em algumas raras cidades de grande porte. As varas judiciais criminais especializadas no julgamento de crimes contra esse público funcionam apenas em três capitais: Recife, Salvador e Fortaleza.

Os conselhos tutelares não atingem também metade dos municípios brasileiros, têm distribuição muito heterogênea, com situações de cobertura quase total (Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Paraná, por exemplo) e outras de baixíssima cobertura (um terço, aproximadamente: Amazonas, Bahia, Pernambuco, por exemplo).

Por fim, o eixo estratégico do *controle da realização dos direitos da criança e do adolescente*, dentro do multicitado sistema geral de proteção, deveria explicitar-se através de espaços públicos e mecanismos de monitoramento, avaliação e correção; isto é, (a) do controle social-difuso, pela sociedade civil organizada, especialmente, por via de seus foruns, comitês etc. e (b) do controle institucional, pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente<sup>45</sup>.

Especificamente, esses conselhos dos direitos, deliberativamente, por força da lei, deveriam exercer as seguintes atribuições, para dar conta da sua missão de controle:

- (a) normatização/formulação de diretrizes programáticas gerais, para assegurar a priorização do atendimento à infância e da adolescência em todas as políticas públicas (institucionais, econômicas e sociais) e para assegurar a articulação/integração dessas políticas em favor da infância e da adolescência;
- (b) normatização/formulação de diretrizes operacionais específicas, para o desenvolvimento dos serviços/programas de proteção especial e de socioeducação, especificamente previstos no Estatuto<sup>46</sup>;

(c) controle (monitoração e avaliação) particularmente das ações governamentais e não governamentais decorrentes dessa política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente (com especial destaque para o controle da execução orçamentária, na atual conjuntura).

Este subsistema de monitoramento e controle teria um campo de atuação dos mais prevalentes para assegurar a eficiência, eficácia e efetividade dos espaços públicos e dos mecanismos do citado sistema de proteção, mas, na verdade, nestes últimos 13 anos, o seu nível de implementação tem sido ainda insatisfatório, segundo os dados e informações levantados e analisados.

Quantitativamente, o quadro é o seguinte:

■ o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA foi criado e implementado (1991), tendo funcionamento regular, durante estes 13 anos, com reuniões ordinárias mensais e, principalmente, a (A) edição de 83 resoluções, normatizando administrativamente determinados aspectos da operacionalização da política especializada de promoção dos direitos humanos geracionais e (B) a gestão política do Fundo Nacional para os Direitos da Criança e do Adolescente;

■ os Conselhos Estaduais estão criados e em funcionamento, nas 27 unidades da Federação;

■ os Conselhos Municipais estão criados em dois terços dos municípios brasileiros.

Em termos qualitativos, exemplificando o ainda baixo nível de efetividade das ações controladoras (monitoramento) desses conselhos<sup>47</sup>, poder-se-ia constatar o seguinte, como avanços e obstáculos:

■ o controle, registro e monitoramento dos órgãos públicos e entidades sociais e dos seus programas<sup>48</sup>, pelos conselhos municipais dos direitos não é exercido por boa parte desses órgãos colegiados e, quando o fazem, é de maneira puramente formal;

■ há pouco desenvolvimento de ações de monitoramento, tanto da elaboração orçamentária quanto da sua execução, como se esperava, considerando-se que os recursos financeiros públicos, nos últimos anos, tenderam a diminuir, quando envolviam gastos com políticas públicas direcionadas ao público infanto-adolescente<sup>49</sup>;

■ é insuficiente o acompanhamento/avaliação do funcionamento dos programas sócio-educativos (unidades de internação e semiliberdade, unidades de acautelamento inicial, programas de liberdade assistida);

■ idem, quanto aos programas de proteção especial, previstos no Estatuto, especialmente os programas de abrigo;

■ os governos não priorizam nem valorizam a participação de seus representantes nesses conselhos<sup>50</sup>;

■ o papel mobilizador da opinião pública se desenvolveu de maneira satisfatória, com bom nível de eficácia e efetividade.

Hoje, pode-se afirmar que a implementação do chamado “sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente”, sob a égide da Convenção sobre os Direitos da Criança, decorreu de um relevante e prévio reordenamento normativo, especialmente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e de uma série de leis estaduais e municipais de adequação da ordem jurídica interna ao Estatuto e à própria Convenção. A implementação do sistema mencionado, por sua vez, entretanto, deveria implicar um radical reordenamento político-institucional, no País, resultando na criação e no funcionamento regular de espaços públicos (governamentais e não governamentais), que desempenhassem a contento esse papel de proteção de direitos humanos, tanto no campo de Justiça, quanto da Administração Pública, particularmente. Como consequência desse baixo nível de implementação de determinados órgãos, serviços e programas não houve melhoria do atendimento protetivo especial ao público infanto-adolescente em situações de risco, no nível desejado e necessitado. Isto decorreu de violações dos direitos à sobrevivência e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes e da ainda baixa participação proativa desse segmento da população na vida pública.

Em conclusão, falar-se hoje em “proteção de direitos humanos da criança e do adolescente” no Brasil tem um novo sentido: acentua-se, com isso, a vinculação das normas reguladoras e do sistema institucional de efetivação dessas normas, ao sistema mundial e nacional de proteção de direitos humanos. Significa a assunção de um compromisso maior com a ótica do Direito dos direitos humanos, afastando toda a tentação de se criar um ramo de Direito e um sistema de proteção, autônomos e isolados, afastando ainda a tentação de desvincular o movimento local e global da luta pela emancipação de crianças e adolescentes, do movimento maior pela emancipação dos cidadãos, especialmente dos “dominados”, em desvantagem social: mulheres, sem-terra, sem-tetos, negros, homossexuais, índios, marginalizados, por exemplo. Ao lado, porém, dessa salutar tendência de inserção da luta pelos direitos da criança e do adolescente no movimento geral de luta pelos direitos humanos em geral (sem perda das peculiaridades específicas), ainda persistem, no País, discursos e práticas em sentidos antagônicos e equivocados: ou no sentido da pura negação das peculiaridades da luta específica pelos direitos infanto-adolescentes, ou no sentido da desvinculação absoluta entre as duas lutas (geral e específica), ou no sentido da desarticulação com outros movimentos pela emancipação de determinados segmentos sociais discriminados,



explorados e violentados (mulheres, negros, minorias étnicas etc.).

## RECOMENDAÇÕES

**1.** Promover a construção, no âmbito da sociedade e do Governo, de um discurso e uma prática político-institucional de reconhecimento da necessidade de inserção da luta pelos direitos da criança e do adolescente, na luta pelos direitos humanos, em geral, sem perda das peculiaridades específicas dos direitos da criança e do adolescente e com maior articulação com os movimentos sociais de luta pelos direitos de outros segmentos sociais discriminados, explorados e violentados (mulheres e negros, por exemplo).

**2.** Tornar mais efetiva e prioritária a ação de controle (monitoramento) dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, ao molde das instâncias assemelhadas, em funcionamento nos planos regional e internacional (comitês criados por convenções dos sistemas da Organização das Nações Unidas - ONU e da Organização dos Estados Americanos - OEA), através principalmente das seguintes estratégias:

- construção prévia de indicadores da gestão e desempenho para uma ação sistemática de monitoramento e avaliação, por esses conselhos, das ações governamentais e não governamentais na promoção dos direitos da criança e do adolescente;

- apoio institucional ao Sistema de Informações para a Infância e Adolescência – SIPIA, nos três níveis, para que se torne irreversível e fortalecido, fornecendo permanente e continuamente dados precisos e atualizados sobre violações de direitos da infância a esses conselhos (e outras instâncias públicas governamentais e não governamentais);

- apresentação obrigatória, pelos governos (nos três níveis), a esses conselhos de relatórios periódicos sobre a efetivação das normas da Convenção e do Estatuto, com a previsão de sanções pelo descumprimento;

- mobilização das organizações da sociedade (especialmente das suas instâncias articuladoras, isto é, fóruns, comitês, frentes), em favor da proteção dos direitos humanos especiais da infância e adolescência, através de pactos, agendas, campanhas, como nos primeiros tempos da elaboração e aprovação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**3.** Disseminar, com “prioridade absoluta”, por um número maior de municípios (de preferência nos grandes centros e regionalizando o atendimento, no possível) a implementação, pelo Poder Público (especialmente na esfera municipal), dos programas e serviços de proteção especial, minimamente previstos no Estatuto<sup>51</sup>, sob pena de assim fazê-lo através de ações judiciais.

**4.** Promover, em especial, a implementação de programas de colocação familiar<sup>52</sup>, pelo Poder Judiciário, em cooperação com o Poder Executivo, especialmente com o incentivo da adoção, na forma do Estatuto, a ser reformado para garantia da simplificação dos procedimentos, evitando-se porém fraudes e comercializações; e, igualmente, promover a colocação familiar, através da guarda, deferida por magistrado competente, alterando-se artigo específico do Estatuto, para que não sirva de oportunidade para dar foros de legalidade a formas exploratórias de trabalho doméstico de crianças e adolescentes.

**5.** Reformar as leis de organização judiciária dos estados para prever a criação dos seguintes órgãos e implementá-los, pelos tribunais de justiça, com “prioridade absoluta”, no prazo de dois anos:

- varas da infância e da juventude especializadas, em todas as comarcas que correspondam a cidades de grande e médio porte;

- equipes multiprofissionais, vinculadas a essas varas e mantidas com recursos do Poder Judiciário, nos termos do Estatuto, evitando-se procedimentos viciosos como transformação dos conselhos tutelares em sucedâneos dessas equipes judiciais;

- varas criminais, especializadas no processamento e julgamento de crimes praticados contra crianças e adolescentes, minimamente em todas as comarcas da Capital e nas cidades de grande porte, cujas estatísticas criminais justifiquem isso, priorizando o processamento e julgamento nos tribunais do júri dos processos que tenham crianças e adolescentes como vítimas de crimes contra a vida.

**6.** Reforçar o papel fiscalizador e correcional do Ministério Público em relação a toda a máquina estatal, garantindo-lhe independência e condições materiais para apuração direta de fatos não delituosos, através dos inquéritos civis e para o exercício do controle externo sobre as atividades de polícia judiciária.

- 7.** Implementar efetivamente a Defensoria Pública no País:
- assegurando que em cada comarca haja defensores públicos em número proporcional à demanda;
  - assegurando que sejam lotados especificamente defensores públicos especializados junto às varas da infância e da juventude, também em número suficiente;
  - assegurando que nenhum ato do procedimento para apuração de ato infracional atribuído a adolescentes seja praticado sem presença ou oitiva do defensor público (ou de advogado regularmente constituído ou dativo, conforme o caso); e
  - assegurando a presença de defensores públicos, inclusive na fase de apuração policial, nos procedimentos dessa natureza.
- 8.** Ampliar o número de delegacias de polícia especializadas, tanto na apuração de ato infracional atribuído a adolescente quanto na apuração de delitos praticados contra crianças e adolescentes, garantindo-lhes condições mínimas de funcionamento (instalações, equipamentos, material, pessoal, veículos etc.).
- 9.** Coibir prioritariamente a tortura praticada por agentes policiais, responsabilizando penalmente os autores do delito e civilmente o Estado nos casos comprovados. Para tanto, necessário se torna criar um sistema de “disque-denúncia”, amplamente divulgado e onde se garanta o sigilo das informações.
- 10.** Ampliar a criação e instalação, nos serviços públicos essenciais dos três poderes do Estado, de ouvidorias, independentes, como órgãos de controle interno, fortalecendo-se mais o papel de controle externo da sociedade sobre os órgãos dos três Poderes, sem exceção.

## 2. A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL – ABORDAGEM DO PROBLEMA DA DESNUTRIÇÃO COMO VIOLAÇÃO

"(...) no Brasil, onde há terra fértil, riqueza e um clima tropical, a fome é um genocídio. (...) Quem morre de fome no Brasil é assassinado."  
Jean Ziegler<sup>53</sup>

### ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INTERNA

O legislador brasileiro assumiu, na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e nas leis federais nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nº 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), o desafio de adequar o ordenamento jurídico interno referente ao direito à saúde às determinações contidas na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) concernentes à temática.

O Estado deverá promover programas de assistência integral à saúde de crianças e adolescentes (CF art. 227, §1º) e alargar a atenção prestada no sentido de fomentar a assistência materno-infantil (CF art. 227, §1º, I), além de conceder especial energia à prevenção de deficiências e à inclusão plena de crianças e adolescentes com deficiência no convívio social, desfrutando integralmente de seus direitos (CF art. 227, §1º, II).

A Constituição Brasileira garante proteção integral à saúde de crianças e adolescentes, como direito fundamental de caráter absoluto e prioritário, estando, pelo menos neste ponto, à frente do que prescreve a CDC, que – em consonância com o arcabouço normativo do sistema internacional de proteção dos direitos humanos (*inter alia* o Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais) – tem uma atitude mais tímida em relação ao momento de exigibilidade de qualquer direito econômico, social e cultural.

Dentro do espírito da CF/88, o Estatuto da Criança e do Adolescente, do art. 7º ao 14, traz prescrições específicas em relação ao direito à saúde, enfatizando o atendimento à gestante, a importância do período de aleitamento materno e a atenção especial a crianças e adolescentes com deficiência. É ainda a lei explícita em relação à obrigação que tem o Estado de prestar assistência integral a crianças e adolescentes tendo como objetivo o pleno gozo do direito à saúde<sup>54</sup>.

A Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8742/93, também traz determinações que viabilizam a implementação da proteção de crianças e adolescentes e a efetivação dos direitos sociais, dentre os quais se encontra o direito à saúde. Seria relevante anotar nesta normativa o benefício da prestação continuada, instituto que se propõe a melhorar as condições de vida de pessoas com deficiência, através da concessão de um salário mínimo mensal, e que tem tido um impacto positivo na vida de crianças e adolescentes com deficiência<sup>55</sup>.

Existe, de fato, a partir principalmente da CF/88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma organização jurídica perfeitamente adaptada à normativa internacional e voltada para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, isto é, para a promoção, garantia e controle/monitoramento da realização desses direitos fundamentais, específicos da área da saúde.

### REALIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE

Optou-se, neste Relatório, por abordar um aspecto dentro do vasto campo de violações ao direito à saúde - o da desnutrição. Os problemas da desnutrição não constituem o todo da problemática que aflige as crianças brasileiras; se fossem, já se teria problemas suficientes. O direito à saúde é cotidianamente desrespeitado, nas mais diversas formas: a cobertura de atenção pré-natal é baixa, assim como a escolaridade das gestantes, que não compreendem a importância do acompanhamento médico pré-parto para o bebê; os índices de mortalidade infantil e de desnutrição continuam muito altos; o acesso ao saneamento básico é muito aquém do saudável, assim como a médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde; há frequentemente denúncias de mortes em UTIs neonatal (causadas principalmente pela superlotação de leitos

públicos); falta de medicamentos para a realização correta de tratamento etc. O desconhecimento da população em relação aos direitos e os obstáculos ao acesso à justiça também contribuem para o descumprimento desses direitos<sup>56</sup>. Entre as crianças e adolescentes afrodescendentes, o UNICEF chama a atenção para o problema da anemia falciforme, que as acomete em grande número. Outro segmento que ainda tem muito a conquistar é o de crianças e adolescentes com deficiência que, além de não terem, na sua maioria, acesso aos instrumentos adequados que garantam a sua inclusão, têm, constantemente, em razão da deficiência, negados vários direitos, como à educação, ao lazer e ao pleno desenvolvimento, entre outros.

A opção por trabalhar o tema da desnutrição foi feita por estar esta violação do direito à saúde ligada a outro direito do qual nenhum ser humano deveria estar privado em um mundo tão rico e tão criativo: a segurança alimentar, o direito de comer. Ademais, considera-se que se trata de um direito posto em risco também por uma cultura crescentemente consumista, que deseduca no que diz respeito à alimentação e à nutrição, incentivando refeições com altos teores de gordura e com baixas quantidades de alimentos efetivamente nutritivos.

A situação no ano de 2004, quatorze anos após a ratificação da CDC pelo Brasil, é de que crianças e adolescentes brasileiros continuam a passar fome, ainda usam entorpecentes para enganar a fome e permanecem privadas de educação por não terem forças para ir à escola; ainda morrem de fome, nos primeiros anos do século XXI. A morte de crianças por privação de alimento no Brasil apresenta-se de tal modo mais grave ao se considerar que se vive em um país rico<sup>57</sup>.

## CARACTERÍSTICAS DA DESNUTRIÇÃO

A desnutrição é um resultado possível da má nutrição<sup>58</sup>, ou seja, da ingestão de alimentos em quantidade e/ou qualidade inadequadas. O tipo de desnutrição que interessa aqui especificamente é o protéico-calórico<sup>59</sup>.

Independentemente da origem, a desnutrição pode manifestar-se em três níveis de gravidade:

- Desnutrição de 1º grau ou leve - o percentual fica situado entre 10 e 25% abaixo do peso médio considerado normal para a idade;
- Desnutrição de 2º grau ou moderada - o déficit situa-se entre 25 e 40 %; e
- Desnutrição de 3º grau ou grave - a perda de peso é igual ou superior a 40%, ou desnutridos que já apresentem edema, independentemente do peso<sup>60</sup>.

Segundo especialistas da área, a maior parte da população brasileira desnutrida está no nível de desnutrição leve:

“Em termos populacionais há um predomínio da desnutrição de 1º grau, onde o organismo adapta-se a uma alimentação abaixo de suas necessidades, que, em geral, predomina por toda vida. Com isso, há uma parada no crescimento. É por isso que “em estudos populacionais a estatura é tão valorizada, sendo encarada como indicador do estado nutricional atual ou, principalmente, progresso”. Estudos já comprovaram que as camadas mais pobres da sociedade têm uma alimentação geralmente equilibrada, sob o aspecto qualitativo, porém em quantidade insuficiente<sup>61</sup>.”

A desnutrição infantil acarreta a chamada estatura baixa nutricional, o raquitismo nutricional e o retardo físico decorrente da desnutrição, além de poder ocasionar deficiências mentais.

Enfrenta-se no Brasil a desnutrição em vários níveis. Ela ataca algumas crianças antes mesmo do seu nascimento, porquanto já nascem com baixo peso em virtude da desnutrição das genitoras. Ainda se tem alto índice de mortalidade infantil, causada principalmente por insuficiência de alimentos e por problemas da gestante repassados ao feto e, surpreendentemente, tem-se, hoje, altíssimos índices de desnutrição de crianças até 60 meses, embora os dados disponíveis não sejam tão precisos quanto seria importante.

## DADOS SOBRE MORTALIDADE INFANTIL

Conquanto a mortalidade infantil tenha sido reduzida de modo considerável nos últimos anos<sup>62</sup>, ainda se tem índices alarmantes, muito acima do desejável. De qualquer modo, é fato que o Estado brasileiro tem investido consideráveis recursos humanos e financeiros para a redução da mortalidade de crianças até um ano de vida, mormente com investimentos na área de atenção básica, com incentivo ao pré-natal e com estímulo ao aleitamento exclusivo até os seis meses de idade, conforme orientado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Além de os índices permanecerem muito altos, é patente o fosso entre crianças brancas e crianças pretas e pardas<sup>63</sup>. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza, no momento, de forma completa, os dados relativos aos anos de 1993/1994, mas já apresenta os resultados preliminares do Censo de 2000. Estes dados, ainda que antigos, são relevantes em função de possibilitar se perceber as diferenças na qualidade de vida de crianças das diversas etnias e de regiões distintas do País e, também, porque conduzem a uma questão diretamente relacionada ao problema da desnutrição: a mortalidade de crianças até cinco anos de idade (60 meses).

Brasil e Regiões	Taxa de Mortalidade infantil e de menores de 5 anos de idade (1) por cor e sexo			
	Taxa de Mortalidade infantil / mil		Taxa de mortalidade p/ menores de 5 anos de idade /mil (2)	
	Homens	Mulheres	Homem	Mulher
Brasil	39,4	30,0	65,5	56,0
Norte	37,8	27,3	-	-
Nordeste	58,9	46,3	105,7	86,1
Sudeste	29,7	21,5	41,4	32,0
Sul	25,9	19,6	36,2	29,6
Centro-Oeste	28,8	23,4	46,1	34,9

	Branca	Preta e Parda	Branca	Preta e Parda
Brasil	37,3	62,3	45,7	76,1
Norte	-	-	-	-
Nordeste	68,0	96,3	82,8	102,1
Sudeste	25,1	43,1	30,9	52,7
Sul	28,3	38,9	34,8	47,7
Centro-Oeste	27,8	42,0	31,1	51,4

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRA-SIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sociodemográficos. (1) Estimativas obtidas aplicando-se técnicas demográficas indiretas de mortalidade às informações sobre sobrevivência de filhos nascidos vivos, fornecidas pelas mulheres e coletadas pela PNAD 1996. Por questões inerentes à técnica utilizada, os resultados dessas estimativas referem-se, em média, ao período 1993/1994 e não ao ano de 1996. (2) Permanecem os dados de 1996.

A mortalidade entre bebês do sexo masculino é significativamente maior do que entre os bebês do sexo feminino, uma diferença de 9,5 mortes por mil. Mais significativa ainda é a diferença entre as taxas de mortalidade de crianças brancas e as de crianças pretas ou pardas: 25 por mil. É o claro retrato de uma sociedade que está entre as mais desiguais do mundo, na qual a pobreza tem uma característica muito específica - é majoritariamente não branca.

Este quadro não apresenta dados específicos sobre a situação de crianças indígenas, mas há informações dando conta de que os índices de mortalidade infantil entre crianças indígenas também são especialmente altos, num reflexo do estado de exclusão em que vivem os povos originários do Brasil.

Embora ainda não esteja disponível oficialmente, foram repassados à Sociedade Brasileira de Pediatria, pelo IBGE, os números relativos à mortalidade infantil entre crianças indígenas, que é quase o dobro da taxa nacional.

A mortalidade infantil indígena no Brasil é de 55,9 por mil nascidos vivos – quase o dobro dos números do conjunto da população apurados pelo Censo 2000 e divulgados pelo IBGE em 2002, de 29,6 óbitos por mil nascidos vivos. Os dados sobre os indígenas se referem a 2002 e foram fornecidos à Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) pela FUNASA. Estes dados são preliminares e mostram uma pequena queda no índice, que em 2001 era de 57,2. Sabe-se, no entanto, que em algumas comunidades indígenas a taxa é ainda maior<sup>64</sup>.

Esta informação acerca da mortalidade entre crianças indígenas e a ausência de uma política específica que considere os altos índices de mortalidade entre a população não branca permitem afirmar-se que, apesar da redução geral do índice de mortalidade infantil, são as *populações indígenas, afrodescendentes e pardas que mais morrem até um ano de idade*, num claro desrespeito ao direito de crianças e adolescentes de receberem um tratamento igualitário e de terem oportunidades iguais (CDC art. 2º).

Por fim, as diferenças históricas entre as grandes regiões brasileiras se mostram abertamente: enquanto a

mortalidade de crianças brancas no rico Sudeste brasileiro era, em 1993/1994, de 25,1 por mil, a mortalidade de crianças pretas e pardas no sempre pobre Nordeste era de 96,3 por mil.

Os dados mais recentes de mortalidade infantil, ainda não desmembrados por cor e sexo, são relativos ao ano de 2000. Também fornecidos pelo IBGE, demonstram uma redução real na taxa de mortalidade infantil entre os anos de 1993/1994 e o ano 2000, mas ainda trazem números muito altos. Infelizmente, estes dados não ensejam se perceber a diferença brutal entre crianças brancas e crianças afrodescendentes; nem dão oportunidade de olhar a mortalidade infantil e captar possíveis diferenças de taxa a partir do sexo das crianças, porque ainda não foram desmembrados. De qualquer modo, já é possível observar os dados por região, ficando claro que permanecem as enormes diferenças já apontadas: enquanto a mortalidade no Sul é de 19,7 por mil, no Nordeste ainda se convive com taxas de 44,2 por mil, existindo no País picos de até 62,54 mortes por mil nascidos vivos, como é o caso do Estado de Alagoas.

**Taxa de Mortalidade Infantil no Brasil – Censo 2000**

Região	Taxa de mortalidade infantil
Norte	29,2
Nordeste	44,2
Sudeste	20,6
Sul	19,7
Centro-Oeste	21,2
Brasil	29,6

Fonte: IBGE

Ainda hoje, existe uma diferença de mais de 20/1000 mortes de nascidos vivos até doze meses entre as regiões Nordeste e Sul.

## DESNUTRIÇÃO

O último inquérito nutricional conduzido no Brasil, e já divulgado, data de 1996. Neste inquérito há informações relativas ao estado nutricional de crianças até cinco anos de idade (60 meses). No momento, estão sendo trabalhados os dados de um inquérito nutricional feito em 2000, que ainda não estão disponíveis.

Os dados do Inquérito de 1996 oferecem informações sobre o número de crianças desnutridas e a gravidade, informando especificamente que a taxa de desnutrição de crianças até cinco anos era, à época, de 10,5%.

Os dados mais recentes disponíveis não são estes do Inquérito nutricional, mas os produzidos pelo Sistema Integrado de Atenção Básica (SIAB), a partir das informações do Programa de Saúde da Família (PSF) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PAS). Estes dois programas contribuíram enormemente para o aumento da cobertura e melhoria da qualidade da atenção primária no País, mas, ainda têm abrangência bem abaixo da desejada<sup>65</sup>, variando de uma cobertura de pouco mais de 3% da população no Distrito Federal e nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, a quase 50% no estado do Ceará, pioneiro nos projetos.

Em função desta disparidade na cobertura, e mesmo em virtude do tamanho da população atendida, os dados de desnutrição provenientes destes programas não podem ser considerados um retrato preciso da realidade, mas são, certamente, dados que apontam com clareza a atual situação, em especial porque há uma boa cobertura nos estados do Nordeste e do Norte, as duas regiões mais pobres do País, onde as taxas de desnutrição e mortalidade infantil permanecem as mais altas.

Outra informação importante é que os dados do PSF/PAS referem-se apenas a crianças até dois anos (24 meses), o que é relevante, porquanto a faixa de risco e o padrão internacional para levantamento de desnutrição infantil vão até os cinco anos (60 meses). Vale frisar, ainda, que as políticas de saúde e atenção básica também são divididas em duas faixas: as políticas destinadas a crianças até um ano de vida, focadas, portanto, no combate à mortalidade infantil, e as voltadas para crianças de até cinco anos, cujo falecimento não é considerado nas taxas de mortalidade infantil. Assim, dados que trazem o estado nutricional de crianças até dois anos compreendem um período no qual há uma série de programas e projetos governamentais voltados para o bem-estar e a sobre-

vivência destas crianças (o período até doze meses), e um período no qual os programas e projetos são escassos e não prioritários (o período que vai de doze a vinte e quatro meses).

Desmembrados os dados desta tabela, há informação de que há estados do Nordeste em que a taxa de desnutrição infantil chega a 17%, como é o caso de Alagoas. Examinando as tabelas de desnutrição por município do Estado do Ceará, também no Nordeste, por exemplo, onde a cobertura do PSF é de 47% da população, vê-se que existem vários municípios com taxas de desnutrição de crianças entre doze e vinte e quatro meses acima de 25%; ou seja, muitos municípios do Estado do Ceará, que tem uma taxa de desnutrição geral de 12,99%, têm um quarto de suas crianças entre um e dois anos de idade desnutridas. Existem ainda alguns municípios com 35% e mais das crianças nesta faixa etária desnutridas e, no Município de Ararendá, metade da população entre

um e dois anos de idade apresenta déficit ponderal<sup>66</sup>. Isto quer dizer que, embora seja inegável a melhoria nos índices de desnutrição de crianças até um ano, passado o período da vida em que há um alto investimento estatal na saúde, as crianças voltam a ficar desnutridas, ocorrendo, na maioria dos casos, significativo aumento percentual de desnutrição quando se sai da faixa de 0 a 12 meses para a faixa de 12 a 24 meses.

Esta situação relativa ao Ceará não é diferente da dos demais estados do Nordeste do País. Houve importante e bem-sucedido investimento na redução da mortalidade infantil; mas, como muitos profissionais e organizações não governamentais têm tentado mostrar, as crianças sobrevivem para morrer, muitas vezes de fome, após um ano de idade.

#### % crianças desnutridas por ano segundo Região Período: Jun/2000

Região	2000
TOTAL	10,78
Região Norte	8,67
Região Nordeste	13,14
Região Sudeste	7,94
Região Sul	6,72
Região Centro-Oeste	5,94

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todo o aparato jurídico vigente, como demonstrado na parte inicial desta seção, e de um forte investimento na redução da mortalidade infantil, muitas crianças no Brasil ainda sofrem com a desnutrição ou morrem por falta de alimentos em quantidades e/ou qualidade adequadas, como se pode aferir dos dados aqui apresentados. É imoral o fato de que, em um país com um Produto Interno Bruto considerável e com oito milhões de hectares de terras agricultáveis, exista pelo menos um município no qual 50% das crianças são desnutridas.

É comum que a desnutrição passe de geração em geração, porque mulheres mal nutridas tendem a dar à luz crianças debilitadas que terão seu desenvolvimento físico e mental prejudicados, a menos que se tomem as medidas necessárias desde antes do nascimento<sup>67</sup>. Após o nascimento com vida, o aleitamento exclusivo é central para o bom desenvolvimento da saúde. O Governo brasileiro tem feito esforços no pré-natal e no período até doze meses, como afirmado há pouco, mas é preciso não abandonar o investimento após os doze meses, sob pena de que o investimento anterior se torne inútil.

## RECOMENDAÇÕES

- 1.** Aumento do investimento em programas de nutrição infantil, com ênfase na faixa entre doze e sessenta meses de idade;
- 2.** Investimentos em programa de combate à mortalidade infantil;
- 3.** Investimento na melhoria da qualidade e no aumento da quantidade da alimentação da população em geral, com vistas, também, à melhoria das condições das gestantes;
- 4.** Investimento em campanhas de aleitamento exclusivo;
- 5.** Investimento em programas de geração de emprego e renda para garantia de qualidade de vida das famílias.

# 3. A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

## ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INTERNA

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88) elevou a educação à condição de “(...) direito de todos e dever do Estado e da família (...)” (Art.205), abrangendo a garantia de ensino fundamental, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; ensino médio; creche; pré-escola e ensino superior. Aos dois primeiros níveis foi ainda reservado o caráter de ensino obrigatório, sendo que no nível médio este seria progressivamente implantado. A CF/88 assegurou também a oferta da modalidade especial (destinada a crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais), além de, no ensino fundamental, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Para isso, foram vinculadas 18% das receitas provenientes de impostos da União e 25% das provenientes de estados e municípios.

O Estatuto da Criança e do Adolescente repete os dispositivos constitucionais quanto à amplitude do dever de educar e incorpora aspectos fundamentais quanto ao reconhecimento do público infanto-juvenil como sujeito de direito. Passam a ser reconhecidos direitos como “(...) ser respeitados por seus educadores (...) e de contestar critérios avaliativos (...)” (Art.53). Após o Estatuto da Criança e do Adolescente, também se torna exigível que a escola seja próxima da residência dos estudantes.

É, porém, a partir da reforma constitucional e legal de 1996 que se delinea a política educacional a ser implantada no País. Sua principal estratégia é a massificação do ensino fundamental sem o aporte de novos recursos, mesmo que isto aconteça em detrimento da qualidade e de outros níveis de ensino. A Emenda Constitucional nº14 inaugura esta fase. A progressiva extensão do ensino obrigatório, que deveria chegar a 11 anos, é retirada, ficando a obrigatoriedade restrita aos 8 anos da modalidade regular do ensino fundamental. Este recuo constitucional representa um retorno à situação estabelecida pela Lei nº 5698, de 1971, em um contexto no qual a comunidade internacional pressiona pela ampliação do ensino obrigatório. Com a reforma, fica assegurado ao ensino fundamental regular a maior parte dos recursos orçamentários de estados e municípios, através de um mecanismo de subvinculação de 60% dos gastos educacionais. À União caberia complementar os recursos, exercendo papel redistributivo.

Rosa María Torres, ao analisar o estágio de efetividade dos compromissos assumidos na Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien,1990), acentua: “a educação para todos encolheu”<sup>68</sup>. O mecanismo central de execução da nova política é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério – FUNDEF, instituído pela Lei nº 9.424/1996. Trata-se de um fundo redistributivo dos gastos sub-vinculados ao ensino fundamental em cada estado, tendo como referência um valor mínimo anual, por aluno, estabelecido nacionalmente. Nos estados onde este valor não fosse alcançado com recursos próprios, haveria complementação da União Federal. Além de estar antenado à determinação de universalizar o ensino fundamental regular, o FUNDEF se propunha a enfrentar as gritantes desigualdades regionais na oferta e na qualidade deste nível. Os seguidos descumprimentos dessas determinações legais por parte da União, contudo, ao estabelecer valores mínimos anuais menores do que os devidos, limitou o alcance deste objetivo, além de acumular uma dívida, até o exercício de 2002, de R\$12,7 bilhões justamente com os estados mais pobres.

É, porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) que estrutura juridicamente a nova política educacional. Organiza a educação escolar em dois níveis: educação básica, compreendendo a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio; e educação superior, distribuindo as competências para o seu oferecimento. Estabelece a necessidade de se definir padrões mínimos de qualidade, de recenseamento dos educandos, de avaliação do ensino e de constituição dos sistemas municipais e estaduais de educação, com seus respectivos planos decenais. Ao dispor sobre a qualificação docente, estabelece que, após 2007, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou equivalente. Por fim, determina o envio, ao Legislativo, do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172), que entra em vigor a partir de 2001, com vigência até 2011, estabelecendo metas quantitativas para a implementação desse direito, às quais deveriam ser vinculadas as futuras disposições orçamentárias.

Mais uma vez, o Governo central demonstra por atos concretos sua determinação em sustar qualquer progressão



nos gastos com educação: veta 9 (nove) artigos do PNE, argumentando sua incompatibilidade com as metas de ajuste fiscais. O mais significativo dos artigos vetados foi justamente o que era considerado pela sociedade civil e por especialistas a base mínima para a execução do PNE – a aplicação progressiva de, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.

A despeito do impacto do FUNDEF em muitos municípios, a constituição dos sistemas e dos planos educacionais municipais e estaduais ainda se encontra em estágio de implementação. Um grande desafio assumido pela sociedade civil diz respeito à exigência de uma construção democrática desses processos, que leve em conta os reais interesses da comunidade escolar, a superação das desigualdades regionais e a ampliação dos gastos educacionais. Ressalte-se que, em todo o recente processo de reforma, os atores sociais, por mais envolvidos e capacitados que estivessem, viram-se quase absolutamente alijados dos processos decisórios. A LDB e o PNE atualmente em vigor foram aprovados em prejuízo de propostas historicamente construídas pelos que se organizam em defesa da educação pública no País.

A partir dos avanços e retrocessos na formulação legal, percebe-se que a efetivação do direito à educação no Brasil envolve movimentos complexos e, aparentemente, contraditórios. Ao passo que se tem ampliado o acesso ao ensino fundamental, os níveis de oferta da pré-escola permaneceram praticamente estagnados. Quanto mais pessoas concluem o ensino fundamental, menos têm acesso a uma educação de qualidade. Enquanto 97% das crianças de 7 a 14 anos foram matriculadas na escola (MEC/Inep, 2002), somente 2,79% e 10,29% das que concluem esse nível atingem patamares adequados em Matemática e Língua Portuguesa, respectivamente (MEC/Inep, 2001). Nesse contexto, vemos diminuir, em termos reais, os recursos públicos destinados à educação nos últimos orçamentos federais.

## EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)

Na atual estrutura educacional brasileira, a educação infantil compõe a primeira etapa da educação básica, constituída por creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 6 anos). Devem estar inseridos nos sistemas de ensino, notadamente nas exigências de parâmetros curriculares, controle, credenciamento e corpo docente qualificado.

Estas exigências trouxeram modificações significativas, principalmente para a educação infantil em creches. Historicamente, as creches estiveram vinculadas à assistência social; preocupavam-se, por isso, basicamente com os aspectos relativos aos cuidados com saúde e alimentação, possibilitando o trabalho externo dos pais. Apesar da previsão da LDB, que estabelecia o ano de 1999 como prazo final para sua inclusão nos sistemas de ensino, esta ainda se encontra em andamento. Boa parte dos municípios e estados oferece ainda as duas modalidades de creches ou não as credenciaram aos seus respectivos sistemas. Em função disso, os dados sobre o atendimento nos primeiros anos de vida das crianças são pouco seguros. Sabemos que há mais crianças em creches do que os números registrados nos censos escolares, contudo, não há qualquer garantia de que estas recebam educação de fato, uma vez que não existe qualquer controle do sistema sobre estes estabelecimentos.

Com a LDB, acelerou-se a municipalização do atendimento em educação infantil, diminuindo-se significativamente a participação de estados nesse nível. Em 2002, a rede municipal efetuou 60,6% das matrículas iniciais em creche e 68,4% em pré-escola. A rede privada de ensino respondeu por 37,8% e 25,5% do atendimento em creche e pré-escola, respectivamente. Um avanço significativo que não pode ser esquecido é o reconhecimento constitucional de que as crianças têm direito à educação nos primeiros anos de vida (CF/88, art.208, IV). Apesar de não compor o campo da educação obrigatória, é direito subjetivo, devendo estar disponível a todos os que tenham interesse. O próprio PNE reconhece ser essencial o oferecimento de educação infantil, por sua influência determinante no conjunto do processo educacional. Reconhece ainda que é nesse nível que há maior retorno qualitativo do investimento realizado. Há, portanto, um reconhecimento oficial de que a elevação do atendimento nesse nível poderia influir, determinadamente, na superação do crítico aproveitamento de nossos alunos nos níveis posteriores. Esse não foi, contudo, o caminho trilhado. O FUNDEF provocou verdadeira corrida para o atendimento no ensino fundamental, levando a um baixo crescimento das matrículas em pré-escolas.

### Educação Infantil - Matrícula Inicial por Nível/Modalidade de Ensino – 1991/2002

Nível/Modalidade	1991	1994*	1996	1998	2000	2002
Creche	-	-	-	381.804	916.864	1.152.511
Pré-escola	3.628.285	5.676.279	4.270.376	4.111.120	4.421.332	4.977.847
Classe de Alfabetização	1.655.609		1.443.927	806.288	674.044	607.815

Fonte: MEC/INEP

\* Em 1994 os dados da pré-escola foram coletados junto com os das classes de alfabetização.

Como já se relatou, há pouca segurança nos dados oficiais a respeito do atendimento em creches. Estes expressam mais a crescente inclusão de estabelecimentos já existentes no recenseamento, não sendo possível perceber em que medida um quantitativo maior de crianças passou a ser atendido. Em 1998, o Censo contabilizou 10.519 creches no País; em 2000, esse número quase dobrou, chegando a 20.917; e, em 2002, havia 26.832 estabelecimentos em registro. Uma preocupação que tem sido constantemente levantada por instituições da sociedade civil diz respeito à vontade de saber em que medida a inclusão dessas creches no recenseamento representa de fato sua regularização nos respectivos sistemas de ensino.

No nível pré-escolar, os dados a respeito do número de matrículas são mais representativos. Após um crescimento de 17,7% no início da década (1991/1996), há um ligeiro recuo logo após a implantação do FUNDEF, retomando-se somente em 2000 a linha ascendente. Se levar em conta os 6 (seis) primeiros anos da “Década da Educação”, iniciada em 1997, o crescimento nesse período foi de 16,57%. Na modalidade de classes de alfabetização houve um recuo de 63,29% no número de matrículas entre 1991 e 2002<sup>69</sup>.

São baixas as taxas de escolarização infantil. Das 23.125.327 crianças com idade entre 0 e 6 anos, somente 32,09% são escolarizadas (IBGE. Censo Demográfico, 2000). O ponto mais crítico está na população com idade até três anos, à qual é devido o atendimento em creches, que possui taxa de escolarização baixíssima (9,43%). Na outra ponta, encontram-se as crianças de 6 anos, com taxa de 81,74%, sendo que cerca de 1/3 já se encontram matriculadas no ensino fundamental, uma vez que a LDB o permite. Esforços significativos deverão ser despendidos no sentido de alcançar as modestas metas de cobertura estabelecidas no PNE: 50% da população até 3 anos e 80% da população de 4 e 5 anos até 2011.

### População residente e escolarizada, de 0 a 6 anos, segundo o nível ou modalidade escolar que freqüenta –2000

	Até 6 anos	Até 3 anos	4 anos	5 anos	6 anos
População total	23.125.327	13.035.007	3.351.232	3.427.516	3.311.502
População escolarizada		1.229.133	1.375.149	2.109.535	2.706.851
Creche		790.035	324.236		
Pré-escola		439.098	962.940	1.649.808	1.287.529
Classe de alfabetização			87.973	231.444	452.359
Ensino fundamental				228.282	966.963
Escolarização média (%)	32,09	9,43	41,03	61,55	81,74

Fonte: Censo Populacional 2000 – IBGE.

Há prevalência da população branca na ocupação das vagas em creches e pré-escolas, representando 57,75% e 51,35% do total, respectivamente. Enquanto isso, 5,06% das vagas em creches e 5,01% em pré-escolas são ocupadas por crianças negras. Os pardos ocupam 35,88% das vagas em creches e 42,16% em pré-escolas. Em relação à população com idade entre 4 e 6 anos, que não freqüenta creche, pré-escola ou escola, 36,1% das crianças brancas estão nessa situação, contra 41% das crianças pretas e pardas. No tocante à divisão de vagas entre os gêneros, há equilíbrio, sendo a aparente vantagem em favor dos meninos fruto da maior população masculina nesta faixa etária.

O quadro da exclusão educacional se aprofunda de forma alarmante ao se verificar a taxa de escolarização da população entre 0 e 6 anos em função da renda das famílias. Os mais necessitados são também os mais excluídos. Enquanto 59,29% das crianças, com renda nominal mensal familiar acima de cinco salários mínimos, freqüentam creches, pré-escolas e escolas, as crianças de famílias sem rendimento e com renda de até ½ salário mínimo *per capita* têm taxa de escolarização de somente 21,47% e 27,18%, respectivamente (IBGE. Censo Demográfico 2000).

Com isso, vê-se que a segmentação excludente do sistema educacional brasileiro tem suas raízes já nos primeiros anos de escolarização. A esmagadora maioria das crianças de baixa renda que não têm acesso à creche e à pré-escola transformar-se-á nos adolescentes que, mesmo após oito anos de ensino fundamental obrigatório, terão aproveitamento escolar crítico, constituindo-se em verdadeiros analfabetos funcionais frente às demandas e potencialidades contemporâneas. Serão também os excluídos do sistema produtivo, isso para não falar das remotíssimas possibilidades de acesso ao ensino superior. Fecha-se dessa forma o ciclo de exclusão.

## ENSINO FUNDAMENTAL – ACESSO E RENDIMENTO

É no ensino fundamental que se expressam as maiores contradições do sistema educacional. É também nesse nível que se aprofundam as diferenças regionais e de classes sociais. Ao passo que se massificou, em regra, o acesso da população com idade entre 7 e 14 anos com a implantação do FUNDEF - o que foi acompanhado de melhorias nas taxas de aprovação, de transição para o ensino médio, de queda da distorção idade-série e de qualificação docente - ocorreu na rede pública uma significativa piora na qualidade do ensino e no aproveitamento dos conteúdos. Aumento da demanda sem correspondente acréscimo no financiamento, aprofundamento do número de desempregados e excluídos, trabalho infantil e baixo atendimento na educação infantil são freqüentemente apontados como razões para o distanciamento dos objetivos da educação consagrados na Convenção.

De 1991 a 2000, houve um crescimento de 22,31% no número de matrículas no ensino fundamental, chegando, neste ano, a 35.717.948 estudantes. A partir daí, com a melhoria nos índices de progressão e transição, inicia-se um processo de recuo no número de matrículas, chegando a 2002 com 35.150.360 alunos neste nível. Há ainda uma progressiva tendência de recuo das matrículas nos primeiros anos do ensino fundamental (1ª a 4ª), ao passo que há crescimento nas séries finais (5ª a 8ª).

**Ensino Fundamental - Matrícula Inicial, Brasil e Regiões  
1991/2000/2002 e Variação 1991/2000**

País/Região	1991	2000	Variação (%)	2002
Brasil	29.203.724	35.717.948	22,31	35.150.362
Norte	2.246.339	3.273.693	45,73	3.320.488
Nordeste	8.650.474	12.509.126	44,61	12.323.338
Sudeste	11.965.480	12.936.313	8,11	12.571.486
Sul	4.201.369	4.416.528	5,12	4.372.890
Centro-Oeste	2.140.062	2.582.288	20,66	2.562.160

Fonte: MEC/INEP.

A ampliação do acesso ocorreu, basicamente, nas regiões Norte (45,73%) e Nordeste (44,61%), onde o estabelecimento de um valor mínimo nacional por aluno levou a uma verdadeira corrida pela matrícula e, conseqüentemente, por mais recursos. Em regra, a rápida ampliação das matrículas não foi acompanhada de investimentos públicos que possibilitassem a construção de novas escolas, por isso, prédios alugados passaram a ser anexados à rede como forma de atender a crescente demanda. Atualmente, em função da defasagem do valor anual, o FUNDEF é mantido basicamente pelos recursos próprios dos estados, o que tem trazido sérias dificuldades para a manutenção do atendimento, principalmente nas regiões cuja ampliação foi significativa. Em 2003, somente 4 (quatro) estados receberam recursos do Governo federal através desse fundo: Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí.

Um indicador importante da carência estrutural do parque escolar é o quantitativo de equipamentos pedagógicos à disposição dos estudantes. Ainda é grande a carência de bibliotecas e laboratórios de ciências no País, mas é nas regiões Norte e Nordeste que a situação se mostra mais crítica. Os dados de 2001 indicam que 55,6% das escolas de ensino fundamental brasileiras possuem biblioteca, enquanto somente 19,2% possuem laboratório de ciências. No Nordeste, o índice de escolas com biblioteca cai para 35,2% e com laboratório para 5,9%. No Norte, a cobertura é de 43,1% e 4,5%, respectivamente. Uma realidade bem diferente se apresenta na região Sul, onde a grande maioria das escolas de ensino fundamental tem biblioteca - 83,4% e 39,5% contam com laboratório de ciências.

O crescimento da oferta elevou a taxa de escolarização, principalmente da população com idade entre 7 e 14 anos, mas ainda estamos longe da universalização do acesso. O último censo populacional apontou a existência de 1.495.643 crianças fora da escola (IBGE, 2000), o que corresponde a 5,50%<sup>70</sup> da população nessa faixa etária. Mesmo com o significativo crescimento de oferta na última década, as regiões Norte e Nordeste concentram juntas 59,82% da exclusão do ensino fundamental. Nesse ponto, manifestam-se claramente as imensas disparidades brasileiras. Convivemos com duas realidades antagônicas: enquanto São Paulo (Sudeste) e Rio Grande do Sul (Sul) aproximam-se de países desenvolvidos com taxas de escolarização da população dos 7 aos 14 anos de 3,21% e 2,71%, respectivamente, estados como Amazonas, Acre (ambos do Norte) e Alagoas (Nordeste) estão bem distantes, com taxas, respectivamente, de 16,81%, 16,03% e 10,93%.

## População de 7 a 14 anos fora da escola em relação ao total Brasil e Regiões

BRASIL / REGIÕES	População (7 a 14 anos)	Nº de crianças fora da escola	Crianças fora da escola (%)	Participação regional em relação à população brasileira de 7 a 14 anos fora da escola (%)
Brasil	27.188.217	1.495.643	5,50	100,00
Norte	2.506.985	279.765	11,16	18,71
Nordeste	8.615.463	614.861	7,14	41,11
Sudeste	10.443.510	385.948	3,70	25,80
Sul	3.757.069	131.881	3,51	8,82
Centro-Oeste	1.865.190	83.188	4,46	5,56

Fonte: IBGE, 2000.

Nacionalmente, a taxa de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos fora da escola é maior entre o sexo masculino – 5,85%, contra 5,15% do feminino. É também maior entre a população preta e parda – 6,9%, em relação à população branca nessa faixa etária – 3,8%. É nas diferenças de cobertura em relação à renda das famílias, porém, que a exclusão educacional ganha caracteres estruturais de reprodução das históricas desigualdades brasileiras. Ironicamente são os mais pobres os mais excluídos. Enquanto somente 1,2% do 1/5 mais rico das crianças com idade entre 7 e 14 anos não freqüentam a escola, esse índice chega a alarmantes 9,2% no 1/5 mais pobre da população (IBGE. Censo Demográfico 2000).

Diversas políticas de correção de fluxo foram adotadas na última década, o que efetivamente provocou uma melhoria nas taxas de rendimento escolar, com queda da reprovação e do abandono. Caiu também a distorção entre idade e série no ensino fundamental. Se em 1991 esta alcançava 64,1%, chega-se a 2000 com um índice de 41,7% (MEC/INEP,2003). Uma parcela ainda significativa das matrículas no ensino fundamental regular, contudo, é constituída pelo público fora da idade apropriada para este nível: a taxa de escolarização bruta (relação entre o número de matrículas em determinado nível e a população em idade adequada para ele) no ensino fundamental é de 130% (MEC/INEP,2002). Apesar dos avanços nos índices de rendimento em todo o País, persistem as profundas desigualdades regionais. São alarmantes ainda os índices de abandono escolar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

### Taxa de aprovação, reprovação e evasão no ensino fundamental - 1991/1996/2002

Região/Ano	1991			1996			2000		
	Ap	R	Ab	Ap	R	Ab	Ap	R	Ab
Brasil	63,6	18,1	18,3	71,8	13,9	14,3	77,3	10,7	12,0
Norte	58,6	19,4	22,0	60,9	18,4	20,7	68,7	13,6	17,7
Nordeste	55,7	21,8	22,5	61,8	17,0	21,2	68,4	14,0	17,6
Sudeste	70,0	17,2	12,8	80,9	10,0	9,1	86,9	6,6	6,5
Sul	65,0	13,3	21,7	76,8	14,7	8,5	83,3	10,8	5,9
Centro Oeste	65,9	16,9	17,2	69,1	14,5	16,4	73,7	11,2	15,1

Legenda: Ap – Aprovação(%); R – Reprovação(%); Ab - Abandono(%). Fonte: MEC/INEP.

## ENSINO FUNDAMENTAL – A INEFICÁCIA QUANTO AO APRENDIZADO

A melhoria dos índices de acesso e de rendimento dos alunos, e de qualificação e de salários dos docentes não melhorou a efetividade do sistema de ensino. A democratização do acesso não veio acompanhada da democratização do conhecimento. Na verdade, os dados oficiais colhidos através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) apontam que a massificação provocou uma queda no aproveitamento escolar. O resultado da avaliação de aprendizagem dos concluintes do ensino fundamental (8ª série) mostra um quadro estarrecedor de violação massiva dos princípios da Convenção. O aparente avanço na efetividade dos direitos educacionais infante-juvenis esbarra em um sistema que mantém e aprofunda as desigualdades de oportunidades de fato.

Somente 10,29% dos concluintes demonstram habilidades de leitura compatíveis com a 8ª série. Enquanto isso, cerca de ¼ dos concluintes encontram-se nos estágios crítico ou muito crítico, compatíveis, no máximo, com o nível esperado para os estudantes da 5ª série do ensino fundamental. Em Matemática, o resultado é ainda pior. Quase todos os estudantes (97,21%) estão aquém do nível adequado para a conclusão do ensino fundamental, sendo que a maior parte está situada no nível crítico – 51,71% (desenvolvem algumas habilidades elementares de interpretação de problemas, mas não conseguem transpor o que está sendo pedido no enunciado para uma linguagem matemática específica). Há ainda 6,65% no nível muito crítico (não conseguem responder a comandos operacionais elementares compatíveis com a 8ª série). Apesar do quadro geral desolador, neste ponto também são determinantes as desigualdades regionais. Nas regiões Norte e Nordeste, o fracasso escolar em Matemática é quase absoluto, uma vez que somente 0,63% e 1,36%, respectivamente, alcançam nível compatível com o esperado.

#### Percentual de Alunos nos Estágios de Construção de Competências em Língua Portuguesa - 8ª Série – SAEB 2001 – Brasil e Regiões

Estágio	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Muito Crítico	4,86	4,06	7,30	4,58	2,47	2,96
Crítico	20,08	22,69	26,27	18,19	13,60	18,98
Intermediário	64,76	67,98	60,61	64,02	71,39	69,48
Adequado	10,23	5,22	5,78	13,14	12,48	8,51
Avançado	0,06	0,05	0,05	0,07	0,06	0,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

#### Percentual de Alunos nos Estágios de Construção de Competências em Matemática - 8ª Série – SAEB 2001 – Brasil e Regiões

Estágio	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Muito Crítico	6,65	7,31	10,53	5,76	2,81	4,66
Crítico	51,71	59,58	60,09	48,07	43,13	52,68
Intermediário	38,85	32,48	28,01	42,08	51,48	40,56
Adequado	2,65	0,61	1,29	3,88	2,49	1,96
Avançado	0,14	0,02	0,07	0,21	0,09	0,13
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MEC/Inep.

Os dados demonstram também que a ineficácia é maior na rede pública de ensino, responsável pelo atendimento de quase 90% das matrículas no ensino fundamental. Assim, 98% dos estudantes com estágio muito crítico em Língua Portuguesa e Matemática são da escola pública. No extremo oposto, entre os estudantes com estágio adequado em Língua Portuguesa, 55,64% são da rede pública; já em Matemática este quantitativo não passa de 25%.

#### Média de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática na 8ª Série do Ensino Fundamental por Rede – Brasil – 1995-2001

Ano	1995	1997	1999	2001
<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b>				
Rede Particular	283,0	286,5	270,6	282,0
Rede Pública	251,3	243,4	227,3	
<b>MATEMÁTICA</b>				
Rede Particular	292,8	300,6	293,7	
Rede Pública	245,8	240,8	239,3	

Fonte: Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb. MEC/Inep.

Ademais, a projeção das médias de desempenho entre 1995 e 2001 mostra tendência de agravamento da segmentação educacional. Neste período, houve melhora no desempenho da rede privada, cada vez mais restrita a pequenas parcelas da população; e piora na rede pública.

O trabalho infantil tem sido identificado também como fator determinante no desempenho dos estudantes. Quase 27% dos alunos da 8ª série estão trabalhando (SAEB, 2001). Dos alunos com desempenho classificado como muito crítico em Língua Portuguesa, 68% declaram que trabalham. Em Matemática esse índice é de 59%. Na média geral, o desempenho dos que não trabalham é significativamente superior.

## ENSINO MÉDIO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A ampliação do acesso no ensino fundamental ensejou pressão positiva pelo aumento de vagas no ensino médio. De fato, este foi o nível no qual as matrículas mais cresceram – entre 1991 (3.770.230 matriculados) e 2002 (8.710.584 matriculados), houve uma ampliação de 131% (MEC/INEP). A maior parte dos estudantes desse nível é composta por adultos, o que é fruto dos entraves no fluxo escolar. Somente 33,3% da população de 15 a 17 anos estavam efetivamente matriculados no ensino médio em 2000, enquanto quase 50% permaneciam no ensino fundamental (MEC/INEP).

O último Censo Demográfico (IBGE, 2000) apontou grande quantidade de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola – 2.391.112 - o que corresponde a 22,29%<sup>71</sup> da população nessa faixa etária. Desses, 77,75%<sup>72</sup> têm rendimento *per capita* mensal familiar de, no máximo, 1 (um) salário mínimo.

Atualmente, quase todas as vagas ofertadas no ensino médio são vinculadas às redes estaduais de ensino, restando à iniciativa privada cerca de 13% da cobertura. A prioridade operacional e orçamentária destinada ao ensino fundamental, as dificuldades econômicas vivenciadas pela maior parte desses jovens, a ausência de programas suplementares que assegurem a efetiva gratuidade (transporte escolar, fardamento, livro didático e alimentação escolar) e a baixa qualidade do ensino ofertado elevam os índices de abandono no ensino médio em todo o País – 16,7% (MEC/INEP). Até as regiões mais desenvolvidas têm altos índices de abandono. No Sudeste (menor taxa), chega a 13,9% e no Norte (maior taxa) a 21,2%. Também são significativas as taxas de repetência e evasão no ensino médio, chegando a médias nacionais, respectivamente, de 18,6% e 8%.

Há, na verdade, uma dispersão geral desses jovens que, em sua imensa maioria, chegam ao nível médio sem os conhecimentos necessários para o seu aproveitamento adequado. Daí a ausência de perspectivas dos jovens de escolas públicas quanto ao acesso à universidade pública, que, aliada às necessidades de sobrevivência e à falta de incentivos estatais, tendem a afastá-los do sistema de ensino. Atualmente, há um movimento que busca jogar a culpa da “elitização do saber acadêmico” nas próprias universidades públicas, que dificultariam o acesso dos estudantes de escolas públicas. Na verdade, se há elitização do acesso ao ensino superior, é porque, na educação básica, construiu-se uma profunda segmentação entre os que têm renda suficiente para aprender o que determinam os parâmetros curriculares, e, portanto, estudam em escolas privadas de boa qualidade (que, de tão poucas, quase não influenciam o quadro geral de desempenho dos estudantes nos testes de aprendizagem), e a imensa massa que frequenta a escola pública ou está fora dela, a qual, de um modo ou de outro, não adquire os conhecimentos escolares adequados para a sua idade, o que impede o seu pleno desenvolvimento humano e profissional.

Os dados do SAEB (2001) relativos aos concluintes do ensino médio reafirmam a ineficácia da educação escolar brasileira. Apenas 5,99% dos estudantes do último ano do ensino médio (3º ano) reúnem as habilidades adequadas em Matemática. A grande maioria, 29,29% e 38,15%, situa-se, respectivamente, entre os que agregam pouco conhecimento para além do exigido para a 8ª série do fundamental ou não chegam a isso. Em Língua Portuguesa, o fracasso é equivalente – somente 5,35% dos concluintes têm nível adequado para o ensino médio. Há ainda 20,43% dos estudantes situados no nível intermediário, com razoável capacidade de leitura, porém abaixo do esperado. No extremo da exclusão, estão 41,13% dos concluintes, com habilidade em Língua Portuguesa incompatível com o esperado para o nível médio e 32,11% com habilidades mais consolidadas, porém incapazes de efetuar uma leitura minimamente crítica.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL E ACESSIBILIDADE DOS DEFICIENTES FÍSICOS

No sistema jurídico brasileiro, as crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais têm direito à educação, preferencialmente, na rede regular de ensino, coerentemente com o princípio da não-segregação. Quando se menciona uma modalidade educacional como “especial”, a referência é procedida tão somente a determinadas

condições físicas e pedagógicas que possam ser necessárias para alguns alunos, uma vez que os direitos e deveres educacionais já mencionados contemplam todos os cidadãos. Outro aspecto diz respeito às crianças e adolescentes com alguma dificuldade permanente de locomoção que, em regra, não demandam modalidade especial, e sim, condições adequadas de acesso. Nesse ponto, aprofunda-se a exclusão educacional (extensível a todos), tanto pela pequena oferta de educação especial e carência de recursos pedagógicos, como pelas barreiras arquitetônicas e culturais que dificultam ou impedem o acesso dessa população.

Os dados oficiais, apesar de imprecisos, por não estimarem a população que efetivamente demanda uma modalidade especial e a que poderia ser incluída no sistema regular, apontam no sentido do baixo atendimento e atestam o caráter segregacionista da política pública. A maioria dos educandos com necessidades educativas especiais<sup>73</sup> se encontra em estabelecimentos exclusivos ou em salas especiais dentro das escolas. O Censo Escolar 2002 (MEC/INEP) aponta 337.897 matrículas iniciais em educação especial, sendo 259.544 (76,81%) em estabelecimentos exclusivos e 78.353 (23,19%) em salas especiais. Integrados em salas regulares, encontravam-se, segundo o Censo Escolar, 110.704 estudantes, sendo que 55,74% não dispunham de recursos pedagógicos especiais. Além disso, 28,4% dos docentes da educação especial não haviam recebido formação específica para atuar nessa modalidade.

Outro dado que chama a atenção é a prevalência do ensino privado nesta modalidade, respondendo por mais de 60% das matrículas. Muitas dessas escolas, na verdade, são mantidas com orçamento público repassado pelos governos. Este fato tem sido objeto de reflexões da sociedade civil identificada com a temática, uma vez que a prioridade no direcionamento de recursos para escolas privadas de atendimento especializado não se coaduna com o princípio da inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino. Não se trata de condenar o trabalho das instituições privadas (filantrópicas, beneficentes ou comunitárias), hoje responsáveis pela manutenção desse serviço no País, mas sim de afirmar que a execução de uma política verdadeiramente inclusiva demanda prioridade de investimentos nas escolas públicas, adaptando-as fisicamente e qualificando seus profissionais e equipamentos pedagógicos.

Depara-se, ainda, com verdadeiros vácuos de oferta. Dos 6.795 estabelecimentos de educação especial catalogados (MEC/INEP. Censo Escolar 2002), somente 2.317 estavam vinculados às redes municipais, o que demonstra que a grande maioria dos mais de 5.000 municípios brasileiros sequer oferece essa modalidade.

Os dados do Censo Demográfico (IBGE,2000) aprofundam alguns aspectos, principalmente sobre a relação do tipo de deficiência com a taxa de escolarização. Em regra, o índice de crianças e adolescentes deficientes que freqüentam a escola é globalmente menor em relação à população sem deficiência declarada, mesmo quando não demandam necessidades educativas especiais. Os impactos da política de priorização do nível fundamental também podem ser aqui percebidos, uma vez que os maiores índices de atendimento estão concentrados no público de 7 a 9 anos (88,82%) e de 10 a 14 anos (88,55%), abaixo do índice geral de 96,4%.

### Crianças e adolescentes com alguma deficiência, total e freqüência à creche ou escola – Brasil, 2000

Faixa de idade	Pelo menos uma das deficiências enumeradas		Deficiência mental permanente		Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente		Falta de membro ou de parte dele	
	Total	Em creche ou escola <sup>74</sup>	Total	Em creche ou escola	Total	Em creche ou escola	Total	Em creche ou escola
0 a 4	370.530	56.922 (15,36%)	104.048	16.376	24.907	2.261	10.620	1.743
5 e 6	216.499	150.398 (69,47%)	57.698	30.227	13.209	4.149	5.465	3.637
7 a 9	491.265	436.348 (88,82%)	102.272	67.988	2.216	9.666	8.852	8.171
10 a 14	1.083.039	958.992 (88,55%)	218.007	144.839	39.642	19.141	17.882	16.485
15 a 17	689.272	492.097 (71,39%)	135.855	66.017	24.350	9.463	13.740	9.738
Total	2.850.604	2.094.757	617.880	325.448	23.324	44.680	56.560	39.774

## Crianças e adolescentes com alguma deficiência, total e frequência à creche ou escola – Brasil, 2000

Faixa de idade	Com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar		Com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir		Com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	
	Total	Em creche ou escola	Total	Em creche ou escola	Total	Em creche ou escola
0 a 4	93.792	22.090	49.139	12.182	181.807	12.919
5 e 6	100.783	76.737	51.930	35.404	43.666	22.305
7 a 9	292.247	273.807	104.297	90.478	70.591	48.219
10 a 14	686.833	639.747	201.222	175.032	142.008	101.237
15 a 17	440.565	337.990	112.872	77.335	93.935	53.141
Total	1.614.220	1.350.371	519.460	390.431	532.007	237.821

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

É a partir da leitura da escolarização por tipo de deficiência que se nota onde está localizada a exclusão com seus motivos. Dentre as deficiências elencadas, é significativamente maior o índice de atendimento das crianças e adolescentes com dificuldades de enxergar, de ouvir ou com falta de membro ou parte dele, mas que não declararam dificuldade de locomoção. Por outro lado, é baixo o atendimento entre aqueles com deficiência mental permanente, o que aponta a já referida carência de vagas em educação especial, visto que é este público o que mais demanda atendimento e recursos pedagógicos especializados. Menor ainda é a frequência das crianças e adolescentes com alguma ou com grande dificuldade de locomoção, que, em regra, mesmo não demandando educação especial, é excluída pelas barreiras arquitetônicas escolares e extra-escolares. Mesmo no ensino fundamental, é baixo o índice de atendimento desse público em relação ao geral: 68,31% na faixa de 7 a 9 anos e 71,29% na de 10 a 14 anos. Os dados também apontam que é significativamente baixo o atendimento de tetraplégicos, paraplégicos e hemiplégicos, mas a ausência de informações específicas sobre cada uma dessas modalidades dificulta uma análise detida das razões para além das mencionadas barreiras arquitetônicas.

## QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A qualificação e a valorização docente são freqüentemente tratadas como indicadores de melhoria da qualidade da educação e, portanto, da eficácia do sistema. É intrigante, portanto, o fato de, no Brasil, o avanço na formação dos professores ao longo dos últimos anos vir acompanhado de queda na qualidade do ensino público, o que obriga a que se reflita em que medida a titulação dos docentes veio acompanhada de qualificação de fato, e que outros fatores têm determinado a má qualidade do ensino.

A LDB (1996) definiu que até 2007 só seriam admitidos profissionais habilitados em nível superior, sem tratar, no entanto, dos professores já admitidos às redes de ensino. A Lei que regulamenta o FUNDEF é que vai determinar o ano de 2001 como prazo máximo para que os professores já admitidos à educação infantil e às séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série) concluam no mínimo o ensino médio, enquanto os que já trabalham nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série) e no ensino médio deveriam concluir o nível superior.

Dentre as funções docentes presentes nas creches credenciadas em 2002, havia 14,7% com nível superior, estando mais de 4/5 desses concentrados nas regiões Sul e Sudeste; 71,3% possuíam diploma de nível médio e 14% não haviam atingido a titulação mínima exigida em Lei, e tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental, encontravam-se 23,9% dos docentes da zona rural do Nordeste. No nível pré-escolar, chegou-se a 2002 com índice superior a 95% dos docentes com a titulação mínima exigida - 68,2% com nível médio concluído e 27,4% com nível superior terminado (INEP/MEC, Censo Escolar 2002).

Foi no ensino fundamental que se concentrou a maior parte dos recursos públicos voltados para a formação docente através do FUNDEF. Mesmo assim, esse nível enfrenta difícil realidade, uma vez que ainda é muito alto o índice de professores sem titulação mínima lecionando nas séries finais (5ª a 8ª) – 24,9%, o que é fruto da insuficiência dos investimentos realizados, principalmente nas regiões mais pobres do País, onde cerca de metade dos docentes se encontra nessa situação.



## Ensino Fundamental: percentagem de funções docentes por grau de formação – Brasil e Regiões, 1991/1996/2002

1ª a 4ª série									
Região/Ano	1991			1996			2002		
Nível	F	M	S	F	M	S	F	M	S
Brasil	17,4	63,4	19,2	15,2	64,5	20,3	2,8	66,9	30,3
Norte	39,3	57,5	3,2	33,3	64,0	2,7	5,6	87,8	6,6
Nordeste	31,8	62,1	6,1	27,6	64,6	7,8	5,1	80,0	14,9
Sudeste	3,6	67,5	28,9	3,0	65,7	31,3	0,8	56,0	43,2
Sul	8,9	59,5	31,6	5,5	62,4	32,1	1,1	53,6	45,3
Centro Oeste	17,3	63,8	18,9	11,4	62,4	26,2	1,7	55,7	42,6

5ª a 8ª série									
Região/Ano	1991			1996			2002		
Nível	F	M	S	F	M	S	F	M	S
Brasil	0,8	25,4	73,8	1,0	25,3	73,7	0,3	24,6	75,1
Norte	1,8	53,8	44,4	2,1	54,7	43,2	0,6	52,0	47,4
Nordeste	1,5	49,5	49,0	1,3	45,8	52,9	0,4	44,3	55,3
Sudeste	0,3	13,9	85,8	0,6	13,3	86,1	0,2	10,2	89,6
Sul	0,8	17,0	82,2	0,8	15,1	84,1	0,4	13,3	86,3
Centro Oeste	1,4	32,5	66,1	1,5	33,2	65,3	0,4	30,7	68,9

Legenda: F – Fundamental Incompleto e Completo; M – Médio Completo; S – Superior Completo (%). Fonte: MEC/INEP.

O pequeno e lento avanço nas séries finais do ensino fundamental também é motivado pela migração de parte dos professores com título de nível superior para o ensino médio, no qual os salários são, em geral, maiores. Mesmo assim, mais de 10% dos docentes do nível médio não possuíam titulação adequada em 2002.

## Ensino Médio: percentagem de funções docentes por grau de formação – Brasil e Regiões, 1991/1996/2002

Ensino Médio									
Região/Ano	1991			1996			2002		
Nível	F	M	S	F	M	S	F	M	S
Brasil	0,3	16,2	83,5	0,3	13,3	86,4	0,1	10,6	89,3
Norte	0,4	28,2	71,4	0,4	20,2	79,4	0	15,5	84,5
Nordeste	0,8	31,8	67,4	0,6	24,4	75,0	0,1	19,9	80,0
Sudeste	0,3	10,2	89,5	0,2	8,1	91,7	0	4,7	95,3
Sul	0,2	9,5	90,3	0,2	8,7	91,1	0,1	8,2	91,7
Centro Oeste	0,5	22,4	77,1	0,3	20,3	79,4	0,1	20,6	79,3

Legenda: F – Fundamental Incompleto e Completo; M – Médio Completo; S – Superior Completo (%). Fonte: MEC/INEP.

## FINANCIAMENTO

Muitas das violações atestadas neste documento têm como fundamento a diminuição global dos recursos destinados à educação pública. Atualmente gasta-se com manutenção e desenvolvimento do ensino cerca de 4,3% do Produto Interno Bruto – PIB. Em 1998, o gasto era de 5,2%. Por outro lado, estudo elaborado pelo próprio Ministério da Educação (MEC) estima que, para que sejam cumpridas as metas qualitativas e quantitativas do PNE, seriam necessários investimentos crescentes, chegando a 5,75% do PIB em 2006 e 7,95% em 2011 – último ano de vigência do Plano. Na contramão das expectativas geradas em torno da aprovação do PNE em 2000 e em nome do ajuste fiscal, a Presidência da República vetou nove de seus artigos, dentre os quais o que possibilita a ampliação dos investimentos em educação para 7% do PIB, transformando-o em mera “carta de intenções”, como se externou noutra passagem deste texto.

Na verdade, a trajetória da política educacional tem demonstrado que, muitas vezes, até as determinações legais e constitucionais são ineficazes na função de vincular a ação dos governantes. É fato que a criação do FUNDEF não representou aporte de novos recursos para a educação pública, mas é seu seguido descumprimento que tem impossibilitado avanços efetivos na superação das desigualdades regionais. Impossibilita também que se

avance no sentido de estabelecer um valor/aluno/ano relacionado à garantia de padrões mínimos de qualidade, que assegure a educação efetiva de crianças e adolescentes, para além do simples acesso. Documentos do MEC, do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal apontam haver uma crescente defasagem entre o que seria o valor legal por aluno do FUNDEF e o valor que vem sendo estabelecido pelo Governo Federal. O valor legal em 2002 seria de R\$ 706,35, mas o decretado foi somente R\$ 418,00, expressando diferença de 40,82%. Em 1998, a defasagem era de 21,14%. A consequência imediata disso é que muitos dos estados com baixa cobertura educacional e estrutura escolar precária não têm recebido recursos da União, o que acumulou uma dívida de R\$ 12,7 bilhões até 2002 – equivalente a um orçamento federal anual para a educação.

Em função disso, constata-se que os mecanismos de financiamento da educação pública brasileira, sobretudo o FUNDEF, operam na contramão da implementação progressiva do princípio da equidade, expresso na Convenção e recepcionado pela legislação brasileira. Hoje, o Estado com maior valor *per capita* assegura às suas crianças, com o FUNDEF, recursos três vezes maiores do que o mínimo nacional.

Um dos fundamentos da persistência dessas violações está relacionado à política macroeconômica de ajuste fiscal. A própria vinculação constitucional de recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino tem sido vítima da redução de gastos e investimentos nas áreas sociais. Mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União – DRU, que tem como finalidade impossibilitar a aplicação de 20% das receitas tributárias em educação e saúde, significam flagrante desrespeito à Constituição de 1988 e aos princípios da prioridade absoluta de crianças e adolescentes e da progressividade na implementação de seus direitos. Somente em 2003, há previsão de que a educação perca com a DRU nada menos do que R\$ 3,6 bilhões. Além disso, estão em curso propostas de reprodução da desvinculação de receitas também nos estados, com a possibilidade de se retirar da educação R\$ 7 bilhões em 2003.

A política tributária também tem trazido perdas para a educação. Os aumentos da carga tributária não têm resultado em mais recursos para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, pois se deram, estrategicamente, por meio de mecanismos imunes constitucionalmente à vinculação de 18% na União e de 25% em estados e municípios - basicamente as contribuições sociais e econômicas. Especialistas atestam que, enquanto a receita tributária e de contribuições cresceu 187%, de 1995 a 2002, a despesa do MEC cresceu apenas 84% nesse período.

Nesse contexto, não é de se estranhar que a ampliação massiva de matrículas nos níveis fundamental e médio tenha sido acompanhada de queda no aproveitamento. Ao passo que se está consciente de que nem só de recursos financeiros vivem as escolas, sabe-se que não há como se estabelecer padrões aceitáveis de qualidade sem os insumos materiais e pedagógicos necessários. A criticidade da realidade brasileira também pode ser percebida na comparação dos seus gastos por aluno com os de outros países. No ensino fundamental, apesar do FUNDEF, o gasto público médio de R\$ 668,00 por aluno está abaixo do de países como a Malásia (R\$ 717) e o México (R\$ 778). Também aqui as disparidades regionais são determinantes. Enquanto o Distrito Federal (R\$ 2.228) aproxima-se do gasto na Coreia do Sul (R\$ 2.353) e na Espanha (R\$ 2.548), estados como Maranhão (R\$ 401) e Goiás (R\$ 442) têm gasto médio inferior ao Paraguai (R\$ 446). No ensino médio, a rápida expansão sem investimentos compatíveis nos levou a menores valores em termos comparativos. O gasto público médio por aluno nesse nível (R\$ 701) é inferior ao do Paraguai (R\$ 739)<sup>75</sup>.

## RECOMENDAÇÕES<sup>76</sup>

- 1.** Aumento do gasto em educação para, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto;
- 2.** Recomposição e ampliação da vinculação constitucional para a educação; através da revogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), da vinculação, de 25% em estados e municípios e 18% na União, das receitas de contribuições (sociais e econômicas) e da retirada dos investimentos e custeios educacionais das metas de superávit primário;
- 3.** Criação de um fundo nacional de financiamento do ensino básico (creche, pré-escola, fundamental e médio), que possibilite a ampliação do atendimento, melhoria da qualidade e redução das desigualdades regionais;
- 4.** Revogação dos vetos presidenciais ao Plano Nacional de Educação (PNE);

- 5.** Fortalecimento do acompanhamento e controle social da totalidade dos recursos destinados à educação, através de Conselhos com ampla participação da sociedade civil, que sejam responsáveis pela aprovação das propostas orçamentárias educacionais antes de seu envio ao legislativo e pela fiscalização dos gastos educacionais;
- 6.** Criação de um sistema eficaz, ágil e confiável de acompanhamento dos gastos educacionais da União, dos estados e dos municípios;
- 7.** Implementação de um custo-aluno-qualidade nacional em cada nível de ensino;
- 8.** Cumprimento do valor mínimo legal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental de Valorização do Magistério e ressarcimento da dívida acumulada com os estados mais pobres;
- 9.** Melhoria das condições estruturais e democratização do acesso aos equipamentos escolares, com massificação de bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios de informática e de ciências;
- 10.** Oferta de educação especial em todos os municípios da Federação, prioritariamente em escolas públicas regulares adaptadas, com recursos pedagógicos e quadro técnico-docente com formação específica;
- 11.** Ajustamento da política pública de educação especial aos princípios inclusivos, com prioridade orçamentária para o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais em escolas públicas regulares adaptadas, com recursos pedagógicos e quadro técnico-docente com formação específica, sem prejuízo do atendimento em estabelecimentos especiais, quando necessário;
- 12.** Realização de conferências de educação em âmbito municipal, estadual e federal, nacionalmente articuladas e democráticas, responsáveis pela avaliação do estágio de implementação do Plano Nacional de Educação e formulação dos planos decenais municipais e estaduais;
- 13.** Eliminação de todas as barreiras arquitetônicas escolares ou extra-escolares que impeçam ou dificultem o acesso de deficientes à educação escolar;
- 14.** Adaptação administrativa e pedagógica das creches aos sistemas de ensino e garantia de ininterrupção do serviço;
- 15.** Implementação da efetiva gratuidade do ensino público, através do oferecimento gratuito, em todos os níveis, de material didático-escolar, transporte escolar, alimentação, fardamento e serviços de saúde médica e odontológica; e
- 16.** Melhoria da formação docente principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de instituições de ensino superior de reconhecida qualidade.

# 4. SITUAÇÃO DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL

## ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INTERNA

A consagração do princípio de que a infância é um período diferenciado da vida humana, e, ainda, de peculiar desenvolvimento, fez com que a legislação brasileira não mais considerasse o adolescente em conflito com a lei como mero objeto de intervenção tutelar do Estado por inadequação ou inadaptação a um modelo social, mas o destinatário da proteção integral de seus direitos, com absoluta prioridade, pelo Poder Público, família e sociedade em face da sua condição cidadã.

Diante deste entendimento, o papel do Estado brasileiro se mostra proeminente, visto ser ele o responsável pela adequação da legislação interna aos preceitos consagrados pela normativa internacional ratificada pela formulação e execução de políticas sociais e pela criação de condições para a defesa judicial dos direitos e interesses individuais, coletivos e difusos.

O resultado disso é a opção da legislação brasileira por um modelo de responsabilização do adolescente infrator que se harmoniza aos princípios insertos nos artigos 3º, 37 e 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)

Em síntese, este modelo estabelece a imputabilidade penal de menores de 18 anos, que ficam sujeitos, a partir dos 12 anos, a um sistema de responsabilização cuja ênfase é a sócio-educação.

Este sistema jurídico define o ato infracional como sendo a conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal da qual decorre a possibilidade de aplicação das medidas de advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação; todas, à exceção da advertência, mediante prévio procedimento de apuração da autoria e materialidade da infração, garantindo-se, sob a égide do devido processo legal, o contraditório e a isonomia processual.

Estas medidas constituem um rol taxativo e podem ser aplicadas cumulativamente com outras medidas de proteção (como matrícula escolar, tratamento para alcoólatras e toxicômanos, entre outras), bem como podem progredir do regime fechado para o aberto, tudo isso em respeito à condição peculiar de desenvolvimento dos seus destinatários.

Quanto à defesa técnica por advogado, convém esclarecer que o Estatuto da Criança e do Adolescente somente a considera imprescindível na fase judicial do procedimento, sendo que este possui duas fases anteriores: fase policial (investigativa) e audiência informal, junto ao representante do Ministério Público, na qual pode este órgão firmar acordo com o adolescente para aplicação de remissão<sup>77</sup> simples ou cumulada com medida sócio-educativa não privativa de liberdade, o que o situa na condição de desvantagem em relação ao órgão remetente. Porquanto poderá recair-lhe o ônus de cumprimento de uma medida, aceita, muitas vezes, não por liberalidade, mas pela coação, pelo medo de receber depois uma medida mais severa por não aceitar o acordo. Trata-se, por conseguinte, de falha da legislação, que abre espaço para que adolescentes, em nome da celeridade processual, cumpram medidas sem que a eles se assegure o devido processo legal.

## REORDENAMENTO INSTITUCIONAL

Há de se considerar que o panorama legal apresentado não é outorga dos poderes constituídos, mas surge da legítima pressão dos movimentos sociais fortalecidos e reorganizados a partir da reabertura democrática vivenciada no Brasil desde os anos 80, que clamavam pela adoção de um novo paradigma de infância e de atendimento aos seus interesses que pudesse incorporar a *absoluta prioridade* preconizada pelo art. 227 da Constituição da República promulgada em 1988, que corresponde ao princípio do *interesse superior* da infância preconizado na CDC.

Malgrado, porém, o avanço da legislação brasileira, demasiadamente enfatizada pelo Governo nacional em seu Relatório a esse Comitê, o modelo institucional de aplicação e execução de medidas sócio-educativas no Brasil continua dissonante do ideal de respeito à dignidade do adolescente autor de ato infracional.

Os adolescentes brasileiros continuam sendo tratados como uma patologia social, jovens em situação irregular, privados de seus direitos elementares, enquanto irregular está o Estado, que desampara sua infância e que já é reconhecido por ser campeão das desigualdades sociais.<sup>78</sup>

Assim, não é satisfatório apenas o advento de uma nova e avançada legislação, mas a sua real aplicação.

## MEDIDA DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES NO BRASIL

Dar-se-á especial ênfase à medida de privação de liberdade, em virtude da fragilidade de dados oficiais nacionais consolidados acerca das medidas em meio aberto, o que de certa forma demonstra o descaso do Poder Público em diagnosticar o grau de implementação da Convenção no Brasil.

Por outro lado, a internação é a medida mais grave, de caráter excepcional, devendo ser aplicada somente de forma breve em situações nas quais outra medida se mostraria ineficaz.

O mapeamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre os meses de setembro e novembro de 2002, concluiu que naquele período pesquisado havia no Brasil cerca de 9.555 adolescentes privados de liberdade, um número relativamente baixo, se considerarmos que a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o decênio de 1992/2001, apontava uma população nacional de 23,3 milhões de adolescentes. A questão principal, contudo, não é o número de adolescentes internados, mas a real necessidade e motivação da privação de liberdade desses adolescentes e as condições nas quais essa medida está sendo executada.

Entre os internos, 76% tinham entre 16 e 18 anos, 6% entre 19 e 20 anos e 18% entre 12 e 15 anos. Note-se que a faixa etária na qual se encontra o maior número de adolescentes coincide com o auge das transformações biológicas e psicológicas, bem como o período de maior busca pela construção da identidade do adolescente. Isto deixa claro que não passa de um mito acreditar que o ato infracional é uma conduta intrínseca da personalidade de seu autor. Na verdade, trata-se de um evento que ocorre no período de maior vulnerabilidade do desenvolvimento humano, o que autoriza uma visão diferenciada a este segmento.

Quanto à questão de gênero, o universo das internações é predominante masculino. Apenas 6% dos internos são do sexo feminino. Esta situação acaba tendo um impacto na superlotação de algumas unidades e na precariedade das condições de funcionamento.

Dados do mapeamento mostram também que 60% desses adolescentes são da raça negra, o que mostra a maior vulnerabilidade dos negros em uma sociedade em que são historicamente os mais atingidos pela desigualdade social.

Dados do IBGE mostram que há maior pobreza nas famílias de adolescentes não brancos em todas as faixas de renda. A título de exemplo, enquanto aproximadamente 40% dos adolescentes brancos estão em famílias cuja renda mensal é superior a cinco salários mínimos, apenas 18% dos adolescentes não brancos vivem em famílias com essa situação de rendimento mensal.

Em relação à escolaridade e ocupação, 51% não freqüentavam escola na data do ato infracional, 49% não trabalhavam e metade dos internos não havia concluído o ensino fundamental, embora a grande maioria, entre 16 e 18 anos, já devesse estar cursando ou ter concluído o ensino médio.

Dados sobre o rendimento familiar mostram que 66% dos internos são procedentes de famílias cuja renda mensal varia entre menos de um até dois salários mínimos vigentes no Brasil à época<sup>79</sup>. Mesmo não dispondo de informações sobre a renda *per capita*, levando-se em consideração a média nacional da família brasileira de quatro pessoas, é de se supor que este rendimento não seja suficiente para garantir as necessidades básicas.

Quanto à convivência familiar, 81% dos adolescentes moravam com a família quando praticaram o ato infracional. Esta informação é importante para desfazer o mito de que o infrator é o menino em situação de rua ou de abandono.

Em relação ao uso de drogas, 85,6% dos adolescentes já eram usuários antes da internação. As drogas mais citadas são a maconha (67,1%), o álcool (32,4%), a cocaína/crack (31,3%) e os inalantes (22,6%).

Quanto à estrutura física e de atendimento das unidades, superlotação, maus-tratos, tortura, falta de capacitação de recursos humanos e ambiência arquitetônica semelhante ao sistema de aprisionamento para adultos são algumas das conclusões do mapeamento.

Ao contrário do que se possa imaginar, a superlotação das unidades não resulta da existência de um número exorbitante de adolescentes em conflito com a lei, como demonstrado, mas da violação do princípio da excepcionalidade da medida de privação de liberdade, que tem sido aplicado indiscriminadamente, sem considerar a possibilidade da aplicação de outra medida em meio aberto que possa atender à função pedagógica à qual se destina.

A realidade brasileira tem mostrado acentuada ênfase na privação de liberdade, principalmente em relação aos adolescentes que cometem crimes contra o patrimônio. Esta realidade também é um forte indicador de que os magistrados estão aplicando as medidas de privação de liberdade sob a lógica da retributividade penal, inaplicável ao Direito da Criança e do Adolescente, onde o castigo, a retribuição pelo mal praticado estigmatiza

o infrator e desrespeita a sua situação de peculiar desenvolvimento.

Justifica-se a excepcionalidade da medida, também porque a privação de liberdade, em verdade, acaba por dificultar o exercício de alguns direitos básicos, já que tem sua rotina de vida alterada. A própria convivência familiar fica prejudicada, já que os centros de internamento costumam funcionar nas capitais e principais centros urbanos, o que dificulta a visita dos pais que moram mais distante. Evoquem-se a extensão territorial do Brasil, de quase nove milhões de quilômetros quadrados, e o fato de que são apenas 190 unidades em todo o País, a maioria na região Sudeste.

A esse respeito, Gabriel Chalita, secretário estadual de educação de São Paulo, declara que 30 a 40% dos internos daquele Estado têm condições de serem mantidos em *liberdade assistida*<sup>80</sup>.

Considere-se o fato de que praticamente metade dos adolescentes brasileiros privados de liberdade está naquele Estado. São eles em número de 4.429<sup>81</sup>.

O relatório IPEA informa os principais delitos praticados por 70% dos internos de São Paulo. Demonstra que 2.042 cometeram atos infracionais contra o patrimônio, sendo que 1851 executaram roubo<sup>82</sup>; 172 furto e apenas 19 praticaram latrocínio (roubo seguido de morte). O número de internações por homicídio é de apenas 287 e por estupro o número é menor ainda: 85.

Esta realidade não destoa do restante do Brasil, pois o relatório evidencia que o principal ato infracional praticado é o roubo (29,5%), seguido de homicídio (18,6%), furto (14,8%) e tráfico de drogas (8,7%).

Embora o roubo possa em tese ensejar a internação, pois que o art. 122 do Estatuto estabelece que atos infracionais praticados mediante violência ou grave ameaça à pessoa constitui hipótese dessa medida, o mesmo artigo conclui estabelecendo que, *em nenhuma hipótese será aplicada a internação havendo outra medida adequada*. Cabe assim ao julgador, antes de verificar a adequação do caso às hipóteses legais de internação, verificar o cabimento de outra medida.

Registre-se, também, que, segundo o mapeamento IPEA, o alvo preferencial da infração atribuída a adolescentes é roupas, bonés, tênis, relógio, enfim, tudo o que representa *status* de consumo do mundo contemporâneo.

Oportuno é frisar que, no procedimento de apuração, o juiz pode determinar estudo social do caso por equipe multiprofissional, formada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, dentre outros, o que confere ao magistrado maior visibilidade das circunstâncias sociais do adolescente e do ato praticado, entretanto, esta não é uma prática rotineira, visto que os juizados em sua maioria não disponibilizam deste serviço e também por não haver obrigatoriedade legal dessa determinação. O juiz decide baseado na sua liberdade de convencimento diante das provas levadas ao processo; aliás, mesmo existindo o estudo social, o juiz pode desconsiderá-lo por completo.

Cabe ainda questionar o completo descabimento desta medida aos quase 15% de casos de furto.

Verifica-se, com efeito, uma assimetria entre os atos praticados e as medidas aplicadas a cada caso concreto.

Considere-se ainda que a superlotação, que em si já é uma violação, dificulta e até impede que as unidades cumpram com o papel pedagógico a que se destinam<sup>83</sup>. Aliás, segundo o IPEA, 71% das 190 unidades de internação no Brasil, não atendem aos requisitos das Nações Unidas para o recolhimento de infratores. Os principais problemas encontrados foram a falta de espaço para atividades esportivas e de convivência, péssimas condições de limpeza e manutenção. Mesmo as unidades havidas como adequadas, foram assim consideradas por cumprirem com o critério segurança e não por possuírem uma proposta pedagógica apropriada, muitas das quais inclusive possuem características tipicamente prisionais.

Não se quer dizer com isso que o Brasil precise apenas construir mais unidades de atendimento. Talvez esta até seja uma necessidade real, mas não é a questão central. O que de fato merece uma reflexão é a aplicação indiscriminada de medida de privação de liberdade a situações nas quais outra medida se mostraria mais eficaz e o papel pedagógico que devem assumir as executoras dos programas sócio-educativos.

Em relação aos maus-tratos e à tortura, até mesmo o Governo brasileiro, ainda que de forma eufêmica, reconhece este fato; a saber:

De qualquer modo, é real a existência, ainda que não generalizada, de sessões de castigo que envolvem tortura e espancamento em alguns estabelecimentos destinados à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei. Em alguns Estados da Federação, quando há fortes indícios de que houve a prática de tais atos, o Governo afasta os funcionários suspeitos e, em certos casos, os demite. Como é muito difícil produzir prova individualizada de crime dessa natureza, raríssimos são os casos de apenamento na esfera judicial. (Relatório Governamental sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança 2003)

O relatório da *Human Rights Watch* também conclui que maus-tratos e tortura contra os internos é uma prática rotineira. Cita, inclusive, um episódio ocorrido nos dias 05 e 06 de abril de 2002, quando a ação da polícia militar para contenção de uma rebelião no Centro de Internação Espaço Recomeço, no Pará, deixou vários feridos, quando havia a possibilidade de contornar a situação sem ocasionar violação à integridade física dos internos. Esse tem sido, porém, um instrumento intimidador bastante usado e difundido no Brasil como se educativo fosse.

Essa violação é tamanha que, no Estado do Rio de Janeiro, adolescentes infratores forjam a maioria para que, em vez de cumprirem medida sócio-educativa em instituição própria para sua idade, sejam levados ao sistema penitenciário, onde a probabilidade de serem torturados parece menor<sup>84</sup>.

Outro ponto de indignação é o fato de que não há responsabilização dos torturadores, agentes públicos incumbidos de evitar as situações a que eles mesmos dão causa, o que faz com que seja repetida essa situação. Há verdadeira banalização da vida do adolescente.

Quanto à educação, embora 99% das unidades brasileiras ofereçam ensino fundamental e 63% ofereçam ensino médio, 14% delas não oferecem certificação e ainda são frequentes a inadequação da escola às peculiaridades dos internos, a falta de professores, a insuficiência de salas de aula e a desarticulação da educação no que se relaciona a outras atividades da unidade.

No tocante à profissionalização, o mapeamento do IPEA demonstra que 85% das unidades pesquisadas oferecem atividades dessa natureza, contudo, de forma muito precária, sem contar com um plano sistemático que possa atender às reais necessidades do mercado de trabalho e do adolescente. Outrossim, não há um critério de encaminhamento do adolescente para os cursos profissionalizantes em 42% das unidades brasileiras. As vagas são ofertadas como um “prêmio” para os “bem comportados”, mesmo se tratando de um direito de todos.

Quanto ao atendimento à saúde dos internos, pelo fato de que 94% das unidades utilizam os serviços de saúde local, os problemas relacionados a esse atendimento acabam sendo os mesmos enfrentados pela população em geral, como a dificuldade de marcação de consultas, falta de médicos especialistas e falta de acesso a exames de maior complexidade. A maioria das unidades também não possui programas específicos para tratamento dos dependentes químicos, embora o percentual de usuários de drogas seja muito elevado.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS EM MEIO-ABERTO

Não se pode negar também que as medidas não privativas de liberdade são pouco utilizadas pela sua inexistência ou insuficiência na grande maioria dos municípios brasileiros. Via de regra, apenas as capitais e as cidades maiores de regiões metropolitanas possuem o aparato de aplicação dessas medidas, e, ainda assim, de forma equivocada, os próprios juizados se encontram operando sua execução<sup>85</sup>, como acontece em Recife, Fortaleza e Salvador.

Em vários estados, há também o convênio com ONG's para a execução dessas medidas. A parceria do Poder Público com entidades da sociedade civil é uma iniciativa interessante, até porque é uma forma de mostrar a viabilidade do sistema sócio-educativo, em parte desacreditado porque o Estado não o prioriza.

O que vem paulatinamente acontecendo, porém, é o distanciamento do Estado da sua responsabilidade de implementação de programas sócio-educativos; e a sociedade civil, por seu turno, cada vez mais assume um papel que a princípio tinha o caráter de experiência exemplar.

Esse fenômeno afasta a sociedade civil daquilo que lhe é peculiar - a fiscalização da implementação de políticas públicas. Cria-se também a falsa idéia de que o Estado, dessa forma, enseja a participação democrática.

Some-se a isso o fato de que os poderes públicos estaduais exercem uma relação de clientelismo com a maioria dos municípios, dificultando sobremaneira a municipalização das medidas em meio aberto, embora esta seja uma diretriz já determinada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

## O SISTEMA FEBEM EM SÃO PAULO: UM CASO EXEMPLAR DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

O Sistema FEBEM - SP, Fundação do Bem Estar do Menor de São Paulo, é uma herança da revogada doutrina da situação irregular, que vigorou no Brasil até o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de julho de 1990.

Criada em 1976, em pleno período de ditadura militar, tem sua história de quase três décadas marcada por violações aos mais elementares direitos de seus internos e ainda não se adequou ao modelo de atendimento preconizado pelo Estatuto da Criança do Adolescente e pela CDC.

Palcos de tortura e maus-tratos, as unidades 15 do Tatuapé e 30 de Franco da Rocha, além da Unidade de Atendimento Inicial (UAI) e da Unidade de Internação Provisória (UIP 6), foram visitadas em 2001 pela IV Caravana Nacional de Direitos Humanos.

Formada por uma comissão de promotores de justiça da infância e da juventude, deputados, jornalistas e representantes da sociedade civil, a caravana percorreu cinco estados brasileiros, onde visitou, ao todo, 18 unidades de internamento. Foram priorizadas visitas sem prévio aviso, feita análise das condições de alojamento e entrevistas com os diretores e, principalmente, foram ouvidos os adolescentes.

Este Relatório limitar-se-á às informações coletadas em São Paulo, uma amostra do que é a realidade vivida pelos adolescentes privados de liberdade em todo o Brasil.

A primeira unidade visitada foi a de atendimento inicial (UAI), por onde passam todos os adolescentes que entram na FEBEM. Esta unidade oferece 62 vagas, no entanto, no dia da visita estava com 248, sendo que, 15 dias antes, o Ministério Público tinha constatado a presença de 360 adolescentes.

João José Sady<sup>86</sup>, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, em recente entrevista para o Jornal do Advogado de São Paulo, fez a mesma constatação. Denuncia que a Unidade de Atendimento (UAI), no bairro do Brás, tem lotação média de 400 adolescentes enquanto sua capacidade é para apenas 60 internos<sup>87</sup>.

Esta unidade também foi recentemente visitada pela relatora especial da ONU, Asma Jahangir, que, após ter tido sua visita vetada pela direção da FEBEM – SP, conseguiu autorização de Cláudio Lembo, vice-governador de São Paulo. A impressão não poderia ter sido outra. Vejam o que afirmou a relatora: “*Horrível, horrível, horrível!!!*”

O relatório da caravana constata também que a UAI é a pior das instituições visitadas. Descreve que naquela instituição todos os meninos de 12 a 18 anos têm suas cabeças raspadas e usam uma roupa padronizada: calção azul, camiseta branca e chinelos. Deslocam-se na unidade em fila indiana, com a cabeça baixa e as mãos para trás. Não possuem autorização para falar nada além de “licença senhor” sempre que se aproximam de algum funcionário e todos aqueles que ousam quebrar o silêncio são prontamente punidos com chutes, tapas e vassouradas. A unidade é conhecida como “aqui se apanha quieto”. Não há separação dos adolescentes por critério de idade, compleição física ou gravidade do ato infracional, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos ficam misturados, sentados o dia inteiro sem terem o que fazer. Permanecem ali por mais de quarenta dias, prazo máximo permitido por lei.

A Unidade de Internação Provisória (UIP 6), também visitada, possui o mesmo perfil de atendimento da UAI. Todos os internos têm suas cabeças raspadas, usam uniformes e não possuem autorização para falar. O atendimento à saúde é muito precário. Um dos internos relatou à Comissão que ele mesmo teve que arrancar um dente em razão de fortes dores, após haver solicitado atendimento. Outro, há mais de um mês na unidade, mostrou uma bala alojada sob a pele, que precisava ser retirada. Vários internos descreveram sessões de tortura nas quais foram asfixiados com sacos plásticos em delegacias.

O Tatuapé é um complexo com 23 unidades. A caravana visitou a unidade 15, apontada pelos promotores de justiça como uma das piores. O prédio encontrava-se mal conservado, com um mau cheiro constante. Os internos reclamaram da violência da guarda externa, que, quando solicitada para contenção, sempre os espanca. Reclamaram também da comida. Relatam que já encontraram pregos, fios e insetos na refeição. Quanto à saúde, quase todos apresentam visivelmente doenças de pele. Outro fato que chama a atenção é o relato da Comissão de que as janelas dos alojamentos são lacradas por chapas compactas de metal, o que impede a ventilação e a entrada de luz natural, além de criar um clima de total insalubridade.

Franco da Rocha, quarta visita da caravana, é um outro complexo de unidades. Foi construída para os adolescentes com perfil agravado, forma como são chamados aqueles que o sistema de internamento considera



perigosos. A unidade escolhida para visita foi a 30, a maior do complexo. Os alojamentos são celas sem janelas e é neles que os adolescentes passam todo o dia deitados no chão, pois pela manhã os monitores recolhem os colchões e mantas. Todas as refeições, inclusive o café da manhã, são feitas nas celas. Vários monitores batem nos internos com canos e após a surra o interno deve ficar em baixo da água fria por até uma hora, para fazer desaparecer os hematomas. Os adolescentes não recebem aula e não há qualquer tipo de atividade de esporte, cultura ou lazer. O relatório da caravana também denuncia que muitos internos possuíam marcas espalhadas pelo corpo. Os adolescentes relatam que a recepção dos novatos é feita com um espancamento inicial para que saibam qual é o “regime disciplinar”. No dia 03 de maio de 2000, um adolescente perdeu seis dentes depois de uma paulada. Em 07 de julho daquele ano, houve um espancamento geral e o pátio teve que ser lavado, tamanha a quantidade de sangue.

Ressalte-se que, no ano de 2003, Franco da Rocha contabilizou 17 rebeliões, com um saldo de oito mortes, que são, em verdade, um grito de socorro e de denúncia da realidade do sistema sócio-educativo no Brasil. Em dezembro de 2003, houve determinação judicial para sua desativação.

## A QUESTÃO DA INIMPUTABILIDADE PENAL DE ADOLESCENTES NO BRASIL

Amplo processo de intolerância aos adolescentes infratores está sendo organizado principalmente nas capitais brasileiras. Criou-se no imaginário coletivo a falsa idéia de que nossos adolescentes não estão sendo suficientemente responsabilizados, que o Estado tem sido brando em relação a eles, e que a criminalidade é um fenômeno que os tem como os grandes algozes.

Tem-se difundido a idéia, principalmente nos meios de comunicação, de que o adolescente autor de ato infracional é alguém perigoso que deve ser tão-somente segregado. Desconsidera-se por completo a história de vida desse adolescente, que, embora não justifique a prática infracional, denuncia a própria crise do Estado brasileiro, a insuficiência e ineficiência de suas políticas sociais.

Vale registrar que recente levantamento da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo demonstra que é pequena a participação de adolescentes em crimes graves.

Eles são responsáveis por cerca de 1% dos homicídios intencionais em todo o Estado. Eles também estão envolvidos em 1,5% do total de roubos, maior motivo de internação na FEBEM, e 2,6% dos latrocínios (roubo com a morte da vítima).

Não se pode perder de vista o fato de que, na luta contra o ato infracional, não são os adolescentes que devem ser combatidos, mas a situação de desigualdade social que contribui para esse tipo de comportamento. O adolescente deve ser percebido como pessoa sujeita às vicissitudes da vida.

## RECOMENDAÇÕES

- 1.** Que, em respeito à faixa etária estabelecida pela Convenção para a proteção integral, e levando-se em conta o interesse superior da infância e sua condição peculiar de desenvolvimento, seja mantida a inimputabilidade penal de menores dos 18 anos de idade, com sua sujeição a um regime especial de responsabilização e sancionamento jurídico e de atendimento sócio-educativo;
- 2.** Respeito aos princípios da excepcionalidade e brevidade da medida sócio-educativa de internação;
- 3.** Incremento da aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto e qualificação dos programas públicos correspondentes;
- 4.** Respeito ao limite máximo de 40 adolescentes por unidade de internação, como preceitua o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e para que possa atender à sua finalidade pedagógica;
- 5.** Criação de plano nacional de execução de medidas sócio-educativas estabelecendo orientações quanto à ambiência arquitetônica das unidades, realização de atividades de profissionalização, educação, esporte, lazer e cultura nas instituições, bem como do atendimento inicial ao adolescente ao qual se atribui a prática de ato infracional e de apoio ao egresso do sistema;

- 6.** Garantia da defesa técnica a todo adolescente ao qual se atribua autoria de ato infracional em todas as fases do procedimento de apuração através de defensoria pública qualificada para o atendimento;
- 7.** Manutenção dos programas sócio-educativos por órgãos da administração pública (Poder Público), cabendo ao Poder Judiciário, Ministério Público, conselhos tutelares e à sociedade civil o controle e a fiscalização dessas medidas;
- 8.** Criação de unidades de internação provisória em espaço físico distinto das unidades de internação definitiva, em respeito à sua natureza acautelatória e não sancionatória;
- 9.** Capacitação permanente dos profissionais que atuam na aplicação e na execução das medidas sócio-educativas para que incorporem o paradigma da proteção integral.
- 10.** Desativação paulatina dos grandes complexos de internação e implementação de unidades descentralizadas que facilitem ao adolescente a realização de atividades externas quando privado de liberdade;
- 11.** Realização de campanha de divulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança para que se promova a efetiva mudança na concepção social de criança e adolescente em conflito com a lei, contribuindo assim com o rompimento do paradigma da patologia social;
- 12.** Que os programas sócio-educativos ao adolescente infrator da política de promoção dos direitos humanos não estejam desarticulados das políticas sociais básicas e sejam percebidos na sua integralidade;
- 13.** Controle social democrático dos meios de comunicação acerca de informações da situação da infância no Brasil, especialmente dos adolescentes em conflito com a lei.

# 5. HOMICÍDIOS DOLOSOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

*“Adulto é muito ignorante”*

Declaração de Patrícia Correia Regina, aos 11 anos, ex-moradora da favela de Vigário Geral, após a chacina ocorrida em agosto de 1993, quando deixou a comunidade e passou a viver nas ruas<sup>88</sup>.

## INTRODUÇÃO

Os homicídios dolosos cometidos contra crianças e adolescentes no Brasil são tratados nesta seção. O tema merece destaque porque, dentre outras razões, as fontes utilizadas demonstram que há, no Brasil, uma “sobrevitimização” de jovens, grupo no qual se incluem os adolescentes protegidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança. Antes disso, todavia, diversos dados indicam ser o Brasil um país violento, especialmente contra jovens<sup>89</sup>.

É importante frisar que a dita “sobrevitimização” atinge o jovem com idade até 24 anos, e não apenas o adolescente. Nota-se, porém, uma linha ascendente de incidência deste tipo de violência, percorrendo a faixa etária que inclui adolescentes e, principalmente, os que se aproximam da maioridade. Não foi possível distinguir os índices de incidência em jovens de até 17 anos, como seria ideal, pela ausência de dados oficiais específicos para adolescentes vítimas de homicídios dolosos.

## ANÁLISE DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS COMO CAUSA DE MORTALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

O grupo etário compreendido entre 10 e 19 anos corresponde a 35.302.972 (quase 21% da população do Brasil) em um universo de 169.872.856 habitantes<sup>90</sup>. A UNESCO, em estudo intitulado Mapa da Violência 3 (MV3)<sup>91</sup>, realizado com dados do SIM/DATASUS e IBGE, para o ano de 2000, denuncia a existência de uma “sobrevitimização” de jovens (15 a 24 anos) pela prática de homicídios (aqui entendidas como mortes por agressões intencionais<sup>92</sup>). Segundo traz o citado documento sobre a década de 90, “nestes 10 anos, aumentou em 77% o número de jovens vítimas de homicídios, enquanto que na população total, esse número cresceu 50,2%”<sup>93</sup>. Ainda informa que, “Se na população total, só 4,7% dos óbitos devem-se a homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39,2% das mortes”, atingindo, ainda, em algumas capitais de estados, como Rio de Janeiro, Vitória e São Paulo, a cifra de 50% dos óbitos de jovens. A seguinte tabela indica a porcentagem média da participação dos homicídios no total de óbitos por idade simples, a partir dos índices isolados das capitais brasileiras:

Brasil (2.000)	
15 anos	31,3%
16 anos	40,1%
17 anos	47,3%
18 anos	49,8%
19 anos	49,9%
20 anos	45,8%

Fonte: Mapa da Violência II - UNESCO

De acordo com esse estudo, o índice de mortalidade por homicídio atinge seu auge nas idades de 17 a 20 anos, decrescendo após essa faixa. Segundo o Mapa da Violência 3, “considerando as idades das vítimas, pode ser observado que a partir dos 14 anos o número de vítimas por homicídio vai crescendo rapidamente até atingir o pico de 2.220 mortes na idade de 20 anos. A partir desse ponto, o número de homicídios vai caindo gradualmente.” Apesar de não se levar em conta, para efeitos de monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Criança, a faixa que se inicia aos 18 anos e termina aos 24, a tabela acima permite inferir-se que há uma localização desta forma de violência na faixa de 17 a 20 anos, o que justifica a relevância de trazer para este Relatório outros dados encontrados no mapa da Violência 3. Vejamos as seguintes tabelas:

<b>Jovens – mortes por causas externas</b>	
1980	52,9%
2000	70,3%

Fonte: Mapa da Violência II - UNESCO

Destaca-se, no Mapa da Violência 3, no quadro de homicídios como causa de mortalidade mais relevante de jovens, a utilização de arma de fogo, como o meio mais freqüentemente utilizado. Os homicídios, segundo esta fonte, “são, de longe, o principal motivo de utilização de armas de fogo”.

A taxa de mortalidade por arma de fogo, na qual incluídos acidentes, homicídios, suicídios, têm crescido, como demonstra a seguinte tabela:

<b>Taxa de mortalidade por arma de fogo (15 a 24 anos)</b>	
1998	35,1%
2000	41,9%

Fonte: Mapa da Violência II - UNESCO

Fica demonstrada a seguir a concentração do emprego de armas de fogo em homicídios cometidos contra jovens:

<b>Taxa de homicídios por PAF (15 a 24 anos)</b>	
1998	66,1%
2000	74,2%

Fonte: Mapa da Violência II - UNESCO

Ao mesmo tempo, é interessante a constatação, veiculada pelo Mapa da Violência 3, de que 90,3% das mortes causadas por PAF correspondem à categoria homicídios, em 2000, para o total da população brasileira.

De acordo com estudo realizado pelo CLAVES/Fiocruz<sup>94</sup>, um dos mais graves fenômenos que a sociedade brasileira enfrenta hoje é o crescimento das taxas de violência fatal e dos efeitos das lesões e traumas derivados das mais diferentes formas de agressão que sofre a juventude brasileira. O CLAVES, utilizando-se de dados sobre mortalidade de jovens entre 15 e 24 anos de idade, por causas externas para todo o País, no período de 1990 a 1998, oriundos do SIM, indica haver uma situação endêmica, dada a manutenção de altos índices desde o início dos anos 80. Observa, ainda, que há curva ascendente de homicídios nesta faixa de idade<sup>95</sup>.

É importante também registrar que, segundo dados levantados por esse centro de pesquisa, no Brasil como um todo, em 1998, 65,8% dos homicídios de jovens envolveram armas de fogo, o que corrobora o afirmado pelo Mapa da Violência. Por fim, conclui que “todos os indicadores com os quais se analisa essa realidade no país chamam atenção para o fato de que, consciente ou inconscientemente, as taxas de homicídio apontam para uma forma tardia de seleção da espécie”.

## AUTORIA

### Impunidade: identificar e responsabilizar

O grau de impunidade de homicídios dolosos contra crianças e adolescentes no Brasil decorre da omissão do Poder Público em identificar e responsabilizar os autores de homicídios cometidos contra a criança e o adolescente, o que acontece principalmente em função de falhas ocorridas durante o inquérito policial e a ação penal.

Pesquisadores e entidades de defesa de crianças e adolescentes denunciam a impunidade dos autores de homicídios dolosos contra este segmento da população no Brasil. Um deles, Sérgio Adorno, criou índice para calcular a taxa de impunidade desses crimes. Entre 1991 e 1996, a probabilidade de uma pessoa que matou criança ou adolescente ser punida em São Paulo era de 1,72%<sup>96</sup>. “Para que essa taxa tivesse sido reduzida (nos últimos anos), teria sido necessária uma grande mudança na Polícia e no Poder Judiciário e isso não aconteceu”<sup>97</sup>.

O Centro de Justiça Global, organização não governamental, em relatório publicado no ano de 2003, intitulado “Execuções Sumárias no Brasil – 1997-2003” relata: em União dos Palmares, Alagoas, no ano de 2002, foram executados, com tiros na nuca e na cabeça, quatro adolescentes, que voltavam de uma discoteca. Encerrado o inquérito policial, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)<sup>98</sup> de Alagoas, inconformada com o resultado, que concluía pela não identificação de autoria, requereu a sua reabertura, pois identificou fortes indícios da participação de policiais, membros dos grupos de extermínio “Movimento Ninja” e “Justiceiros da União”.

Não se pode precisar o perfil do autor de homicídios em virtude das lacunas derivadas das falhas do processo de identificação e responsabilização de autores de homicídios dolosos contra crianças e adolescentes no Brasil. Algumas das fontes utilizadas, entretanto, afirmam que, em 1993, 50% dos assassinatos contra crianças e adolescentes eram de autoria de grupos de extermínio, 40% de traficantes e 8,5% de policiais<sup>99</sup>. Ainda é importante ressaltar que a ideologia de “limpeza social” é impunemente propagada, inclusive por autoridades públicas, como cita recente relatório da organização não governamental Anistia Internacional, no qual reproduz discurso público de um deputado do Rio de Janeiro, elogiando a chacina da Candelária<sup>100</sup>.

CANDELÁRIA<sup>101</sup>: 23 de julho de 1993 - Uma tragédia que chocou o mundo. Em 23 de julho de 1993, um grupo de homens encapuzados abriu fogo contra um grupo de mais de 50 crianças de rua que dormiam ao relento perto da Igreja da Candelária no centro da cidade do Rio de Janeiro. Sete crianças e um jovem adulto morreram. O assassinato dos meninos de rua em um dos pontos mais conhecidos do Rio de Janeiro causou protestos nacionais e internacionais. Em consequência, as autoridades realizaram rapidamente as investigações das mortes e três policiais militares e um civil foram acusados pelos assassinatos logo depois da chacina. As acusações contra os quatro homens eram baseadas principalmente no depoimento de sobreviventes do massacre. Apesar dos repetidos apelos feitos na ocasião pela Anistia Internacional e por outras organizações não-governamentais às autoridades estaduais e federais para que providenciassem proteção e um local seguro para as crianças que testemunharam o massacre, muitas testemunhas continuaram dormindo nas ruas, onde foram repetidas vezes ameaçadas, segundo consta, por membros da polícia militar. Somente uma das testemunhas, Wagner dos Santos, obteve proteção federal completa, depois de um novo atentado contra sua vida em dezembro de 1994. Em outubro de 1995, Wagner dos Santos identificou por fotografias quatro outros policiais militares, suspeitos de envolvimento no massacre. Em abril de 1996, foram emitidos os mandados de prisão para esses quatro homens. Três foram levados sob custódia e um quarto policial, Nelson Oliveira dos Santos Cunha, apresentou-se à justiça, confessando sua participação no massacre. Segundo informações, ao todo nove homens foram

quarto policial, Nelson Oliveira dos Santos Cunha, apresentou-se à justiça, confessando sua participação no massacre. Segundo informações, ao todo nove homens foram implicados no massacre da Candelária: três policiais militares e um civil indiciado em 1993; quatro outros policiais militares detidos em abril de 1996 depois de serem identificados por Wagner dos Santos, dois dos quais foram indiciados mais tarde; e um outro policial militar que foi morto em 1994, em um incidente não relacionado com o caso. Em junho de 1997, haviam sido realizados três julgamentos sobre o caso Candelária. Os julgamentos resultaram na condenação de dois policiais militares: Marcos Vinícius Borges Emanuel em abril de 1996, e Nelson Oliveira dos Santos Cunha em novembro de 1996, ambos tendo confessado seu envolvimento no massacre. Nelson Oliveira dos Santos Cunha foi inicialmente condenado a 261 anos de prisão. Tendo recorrido em junho de 1997, no entanto, ele foi absolvido de todas as acusações de assassinato e acabou recebendo uma sentença de apenas 18 anos pela tentativa de homicídio de Wagner dos Santos. O advogado de defesa caracterizou as vítimas como autores de pequenas infrações e roubos, perguntando ao júri, “*Quantas vezes vocês já não foram assaltados nesta maneira?*”, dando a entender que seu destino havia sido uma conseqüência natural e justificável de suas atividades. Marcos Vinícius Borges Emanuel foi condenado a 300 anos de prisão. Dois policiais militares e um civil acusados logo depois do massacre foram absolvidos em dezembro de 1996. Dois outros policiais militares, um dos quais havia sido identificado por Wagner dos Santos como sendo o que lhe deu o tiro no rosto, foram soltos sem acusações em maio de 1996. Em 25 de agosto de 1998, o policial militar Marco Aurélio Dias Alcântara foi condenado a um total de 204 anos de prisão. Apesar do fato de que os julgamentos da Candelária resultaram em algumas raras condenações de policiais militares do Rio de Janeiro acusados de violações de direitos humanos, o massacre deixou um rastro de violência e tragédia. (...) pouca coisa mudou para as centenas de crianças, adolescentes e jovens que vivem nas ruas do Rio. Wagner dos Santos tem duas balas alojadas na cabeça, sofre de paralisia facial parcial e tem a audição danificada. Testes recentes demonstraram que ele está sofrendo de envenenamento por chumbo em conseqüência das balas na cabeça, que por suas posições não podem ser removidas. Recentemente, ele iniciou um tratamento médico que, espera-se, poderá eliminar o envenenamento por chumbo. (...) O massacre que nunca acabou: Um estudo realizado em 2001 por uma conhecida artista carioca, que acompanhou as crianças da Candelária antes e depois dos assassinatos de 1993, estima que 39 das 72 crianças que dormiam na Candelária à época do massacre morreram por causas violentas nas ruas da cidade.

## GRUPOS DE EXTERMÍNIO

Organizações da sociedade<sup>102</sup> civil e pesquisadores<sup>103</sup> têm denunciado o envolvimento de policiais civis e militares, isoladamente, ou em grupos de extermínio, em homicídios contra crianças e adolescentes no Brasil<sup>104</sup>.

O Centro de Justiça Global<sup>105</sup> constata a perpetuação, até a atualidade, da ação homicida de “esquadrões da morte” ou grupos de “comerciantes, empresários e outros segmentos da sociedade”, para abolir grupos sociais indesejados, que supostamente são constituídos de criminosos. Informa que o perfil das vítimas é primordialmente constituído de jovens do sexo masculino e homens pobres moradores da periferia de grandes cidades, de idade entre 14 e 30 anos. Este relatório se respalda em casos distribuídos por todo o Território nacional. Na Bahia, relata caso em que deputados estaduais elaboraram relatório sobre a ação de ‘Grupos de Extermínio’ no estado, revelando que tem se intensificado anualmente: “1995: 104 casos, 1999: 135 casos registrados, 2002: 302 casos registrados”.<sup>106</sup>

Explica Sérgio Adorno<sup>107</sup> que, na década de 80, os grupos de extermínio eram formados por justiceiros urbanos, que caçavam bandidos nas periferias, e por grupos de policiais militares, que agiam como civis<sup>108</sup>. O Centro de Justiça Global corrobora a hipótese do pesquisador sobre a mudança do perfil dos grupos de extermínio, durante os anos 90, indicando que, atualmente, passaram a prestar serviços também ao narcotráfico. Conclui, porém, que os grupos de extermínio continuam a existir com a missão de promover a limpeza social, ou extinção de grupos sociais considerados por si indesejáveis, atuando, especialmente, em periferias de centros urbanos.

Importante é destacar a contribuição do narcotráfico para o aumento dos índices de homicídios contra crianças e adolescentes, especialmente onde é fortemente organizado, como na cidade do Rio de Janeiro, conforme ilustra relato da Anistia Internacional.<sup>109</sup>

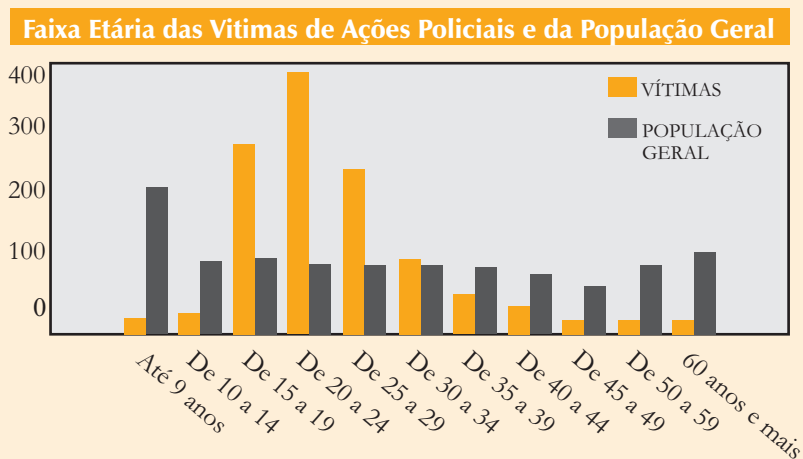
### O crescimento dos grupos armados do narcotráfico.

Grupos criminosos vêm disputando violentamente território no Rio desde o início dos anos 80. Na década de 90 esses grupos consolidaram-se e aumentaram seu controle sobre as operações do tráfico de drogas na maioria das comunidades pobres do Rio. Nas favelas, onde geralmente há pouca ou nenhuma presença oficial do Estado, os grupos do narcotráfico tornaram-se forças muito poderosas dentro da comunidade. A maioria dos líderes capturados são mantidos em presídios de segurança máxima, de onde eles dão ordens a uma hierarquia flexível de “gerentes”, que ganham altos salários supervisionando equipes de “olheiros”, “soldados” e “aviões” - entregadores para locais de distribuição de cocaína e maconha, as “bocas de fumo”. Em um relatório recente descobriu-se que durante a década de 90 os grupos tornaram-se militar e tecnologicamente melhor equipados e desenvolveram estruturas administrativas mais avançadas. Também adotaram estratégias de policiamento cada vez mais violentas e repressivas dentro das favelas, e têm recrutado um número crescente de crianças. O relatório documenta casos de espancamentos, tiros (nas mãos ou pés) e execuções realizadas pelos grupos, não apenas de rivais, mas também de supostos criminosos e infratores dentro da comunidade na qual operam. Essas punições se transformam em “limpeza social”, permitindo, ao livrar a comunidade de pessoas indesejáveis e eliminar rivais, que os grupos aumentem seu poder. Dada a ausência de presença oficial do Estado em tais regiões, estas atividades conseguem prosperar. O relatório cita estimativas de que aproximadamente 10.000 traficantes de drogas armados, incluindo 6.000 crianças, trabalham no tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

## AÇÃO DA POLÍCIA

A participação de policiais em grupos de extermínio ou isoladamente, em ações violentas e fatais que têm como alvos crianças e adolescentes, tem sido demonstrada por diversos trabalhos de pesquisa.

Em estudo sobre a violência policial no Estado do Rio de Janeiro, Ignácio Cano<sup>110</sup> traça o panorama sobre a violência policial, concentrando-se nos mecanismos em que se respalda esse fenômeno na sociedade brasileira. Muito embora este estudo<sup>111</sup> não esteja voltado unicamente para o público infante-adolescente juvenil, resta demonstrado que os jovens são as principais vítimas de execuções extrajudiciais de autoria policial, conforme o seguinte gráfico<sup>112</sup>.



Fontes: R. Os, IPMs, Pr. Bravura (ISERY Anuário Estat. RJ, 1995-1996)

A polícia é responsável por grande parte dos homicídios registrados no País. Nesse estudo, o autor identifica no interior da instituição da Polícia Militar do Rio de Janeiro a existência de grupo de policiais sobre o qual recai a autoria de grande parte das ocorrências de homicídio por armas de fogo, em situações de falsos “confrontos armados”.

A Polícia Militar justifica as execuções cometidas pela simulação destes ‘confrontos armados’, encaminhando os corpos das vítimas fatais aos hospitais, ameaçando de morte as testemunhas e registrando as ocorrências nas delegacias de polícia como autos de resistência.<sup>113</sup>

Ignácio Cano examina as características destes falsos confrontos armados, reunindo elementos que demonstram que há no Município do Rio de Janeiro uma rotina de execuções extrajudiciais. Indica que há “intenção deliberada de matar o oponente quando este já está preso ou dominado; existem outros meios óbvios de prendê-

lo sem acabar com sua vida; não representa uma ameaça que justifique o uso de arma de fogo. Qualquer destes três elementos caracteriza uma execução”<sup>114</sup>.

A Anistia Internacional publicou relatório recentemente<sup>115</sup>, no qual constata a existência de uma prática constante de execuções em periferias da cidade do Rio de Janeiro, região conhecida como Grande Rio: “de acordo com os números fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado, 521 civis teriam sido mortos em confrontos com a polícia apenas na Grande Rio nos cinco primeiros meses de 2003, em comparação a um total de 900 em todo o Estado do Rio de Janeiro para todo o ano anterior. Durante esses cinco meses, 22 policiais foram mortos em serviço na cidade do Rio de Janeiro.” Um grande número de casos documentados pela Anistia Internacional em 2003, que levantaram denúncias de acobertamentos e interferências nas investigações por membros da polícia, sugere fortemente que a maioria das mortes cometidas por policiais segue um padrão sistemático de execuções extrajudiciais ou, na melhor das hipóteses, de uso excessivo da força.

Um ex-Ouvidor da polícia estadual informou à Anistia Internacional que, quando ele comparava o relatório policial de uma morte com o relatório do legista, era comum encontrar resultados discrepantes. O relatório da polícia poderia declarar que a vítima havia sido morta em troca de tiros por ter resistido à prisão, enquanto o relatório do legista geralmente demonstrava que os tiros fatais haviam sido disparados pelas costas e de perto, em circunstâncias que sugeriam que a pessoa havia sido vítima de execução extrajudicial.

## GRUPO PREFERENCIALMENTE ATINGIDO

Conforme afirmado no relatório oficial, crianças e adolescentes de 10 a 19 anos “contribuem com 3% da mortalidade geral no país, com flagrante predominância de mortes masculinas por causas externas, sobretudo em acidentes ou vitimados pela violência. A mortalidade proporcional por causas externas neste grupo apresentou um progressivo aumento no período de 1980 a 1999, passando de 55% para 68%. Observa-se, igualmente, um crescimento progressivo na série anual do número de óbitos de adolescentes por homicídios no período de 1979 a 1999. Nestes 20 anos, o número de homicídios aumentou de 1.018 para 6.373, entre os meninos, e de 212 para 678, entre as meninas”<sup>116</sup>.

Restam, entretanto, vários outros elementos caracterizadores do perfil da vítima preferencial de homicídios dolosos, como cor, faixa etária de maior incidência, situação familiar, escolarização, envolvimento com atividades ilícitas etc. não registrados no Relatório oficial.

Em boletim publicado pelo CLAVES/Fiocruz sobre o padrão de mortalidade por homicídios no Brasil, encontra-se a seguinte assertiva: “Os homicídios no seu conjunto não formam uma totalidade homogênea, no entanto, os resultados de investigações já realizadas reafirmam os fortes componentes de classe, de gênero, de idade, de ocupação de espaços degradados da cidade e de exclusão social de suas vítimas”<sup>117</sup>. Ainda afirma que “a causa externa específica que mais cresceu nos últimos 20 anos foram os *homicídios* com um percentual de 109% mais elevado no ano de 1998 do que em 1980. Além do viés de gênero, o perfil dos homicídios mostra, também, uma discriminação por classes sociais. Embora as informações do SIM não permitam inferir renda, levantamentos geo-referenciados e por profissões revelam que são os pobres, moradores de favelas e vivendo nas periferias urbanas que compõem o perfil da maioria das vítimas”<sup>118</sup>.

### Faixa etária

Conforme o já citado “Mapa da Violência 3”<sup>119</sup>, “é na faixa ‘jovem’, dos 15 aos 24 anos, que homicídios atingem sua maior incidência.” Neste universo, o “‘momento’ crítico, de maior risco de ser vítima de homicídio, é na idade de 20 anos.” No ano de 2000, foram vitimados por homicídio 17.797 jovens, grupo compreendido pela faixa etária de 15 a 24 anos, sendo que, em 1980, foram 7.524 as vítimas, o que indica a progressão alarmante desse tipo de ocorrência. Vale destacar, como citado anteriormente, que, em termos percentuais que medem a participação dos homicídios no total de óbitos, a “sobrevitimização” de jovens pela prática de homicídios inicia-se aos 14 anos, intensificando-se até os 20 anos, a partir de quando decresce, progressivamente.

O MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos – realizou levantamento, em âmbito nacional<sup>120</sup>, sobre assassinatos praticados contra crianças e adolescentes, para o ano de 2001. Sobre a faixa etária preferencial das vítimas, resta claro que, nacionalmente, o adolescente e, sobretudo, aquele grupo que tem entre 15 e 19 anos, é o mais atingido pela prática de homicídios dolosos.



Estados	Vítimas: idade (IBGE) 01 -19 anos
Acre	8
Alagoas	109
Amapá	1
Espírito Santo	180
Goiás	1
Minas Gerais	59
Mato Grosso do Sul	37
Pernambuco	294
Paraná	41
Rio Grande do Norte	33
Rondônia	8
Roraima	7
Rio Grande do Sul	102

## Raça

Em levantamento realizado pelo CEDECA (Centro de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente) da Bahia<sup>121</sup>, na região metropolitana de Salvador, que inclui esta cidade e outros 13 municípios, a maioria das vítimas de mortes violentas, envolvendo crianças e adolescentes em 1998, tinha entre 12 e 17 anos, sendo 93% negros, 95% moradores da periferia e 98% de baixa escolaridade.

A carência de dados científicos sobre o componente racial do perfil da vítima de homicídios dolosos, na faixa etária abordada, é preenchida, indiretamente, por alguns pesquisadores, como Ignácio Cano. Em levantamento sobre vítimas fatais de conflitos armados envolvendo a polícia, o autor<sup>122</sup> conclui que há racismo na ação da polícia, visto que, dentre os mortos, no Rio, entre 1993 e 1996, os negros (e pardos) somam 70,2%, e os brancos representam 29,8% do total. Todas as mortes foram descritas nos registros policiais como “autos de resistência”. Como demonstrado, os jovens são o grupo social mais atingido por esta forma de violência. Vale, ainda, ressaltar que, nas periferias de vários centros urbanos brasileiros, que são áreas de grande incidência de violência contra a vida de jovens, como a seguir se demonstra, há marcado contingente populacional pertencente à raça negra.

## Antecedentes Criminais

A relação de causalidade entre o envolvimento dos adolescentes com atividades criminosas e as taxas de homicídio que atingem este grupo tem sido analisada em diversos estudos, como em “*Vidas em Risco*”<sup>123</sup>. Neste trabalho, comprova-se o não-envolvimento das vítimas do chamado ‘extermínio de crianças e adolescentes’ ou da rotina de homicídios dolosos contra estes, com o tráfico de drogas e a criminalidade, no início dos anos 90.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, que analisou os homicídios dolosos de crianças e adolescentes, faz uma estimativa que, entre 1988 e 1990, foram mortas 4661 pessoas com até 17 anos, o que significa cerca de quatro assassinatos por dia. 52% foram assassinados por policiais ou vigilantes da segurança privada. 82% dos adolescentes eram negros, 67% eram do sexo masculino e a faixa de maior risco estava entre 15 e 17 anos.

O MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos –, a partir de um cruzamento feito entre a quantidade de crianças e adolescentes vítimas e acusados de homicídios entre 1997 e 1998, em São Paulo, concluiu haver, neste Estado, uma relação de 4,6 crianças e adolescentes mortos por vítima de homicídios cometidos por crianças e adolescentes, atingindo, em Pernambuco, a mesma relação, alcança a cifra de 7,37 vítimas crianças ou adolescentes<sup>124</sup>. Isso significa que este público se concentra no pólo passivo e não ativo da autoria de homicídios.

Na mesma linha, Sérgio Adorno afirma que “várias pesquisas comprovam que muitas dessas crianças, acusadas de criminosas, a maioria das vezes não passa de crianças pobres que vivem nas ruas”<sup>125</sup>.

Dados mais recentes, divulgados pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, mediram o envolvimento de menores de 18 anos na autoria de homicídios dolosos. A

pesquisa indica que, de janeiro a outubro de 2003, em todo o Estado de São Paulo, 1% de crianças e adolescentes esteve envolvido na prática de homicídios dolosos, sendo que esta faixa etária corresponde a 36% da população, segundo dados do IBGE. O levantamento considerou adolescentes presos em flagrantes e constantes de registros de ocorrência<sup>126</sup>.

## INCIDÊNCIA: DISTRIBUIÇÃO POR ESTADOS

Segundo dados do DATASUS/Ministério da Saúde<sup>127</sup>, em boletim publicado pelo CLAVES/Fiocruz, pode-se demonstrar a evolução dos assassinatos de crianças e de jovens no País, por estados, de 1995 a 1998, registrados por faixa etária.

	1995			1996			1997			1998		
	Idade		Total	Idade		Total	Idade		Total	Idade		Total
	10-14	15-19		10-14	15-19		10-14	15-19		10-14	15-19	
Rondônia	7	34	41	2	32	34	2	33	35	6	58	64
Acre	2	19	21	4	15	19	1	18	19	3	22	25
Amazonas	8	86	94	10	93	103	6	103	109	10	115	125
Roraima	0	9	9	1	17	18	0	11	11	2	21	23
Pará	13	74	87	9	79	88	12	105	117	14	123	137
Amapá	6	36	42	7	33	40	3	28	31	3	39	42
Tocantins	1	14	15	2	18	20	1	12	13	3	16	19
Maranhão	3	48	51	9	36	45	7	24	31	4	33	37
Piauí	1	15	16	4	17	21	2	30	32	1	26	27
Ceará	9	109	118	19	106	125	13	125	138	3	123	126
Rio Grande do Norte	7	25	32	5	27	32	4	36	40	3	41	44
Paraíba	4	71	75	19	87	106	12	67	79	5	62	67
Pernambuco	41	354	395	28	410	438	55	562	617	47	755	802
Alagoas	11	63	74	8	77	85	13	76	89	8	63	71
Sergipe	6	27	33	1	38	39	2	38	40	2	19	21
Bahia	33	208	241	33	293	326	26	330	356	17	176	193
Minas Gerais	11	147	158	17	136	153	22	150	172	17	169	186
Espírito Santo	10	156	166	13	164	177	10	208	218	17	268	285
Rio de Janeiro	83	1.233	1.316	106	1.177	1.283	80	1.249	1.329	74	1.220	1.294
São Paulo	124	1.696	1.820	136	1.761	1.897	141	1.838	1.979	141	2.206	2.347
Paraná	24	175	199	19	163	182	22	170	192	22	194	216
Santa Catarina	8	36	44	5	47	52	5	47	52	3	40	43
Rio Grande do Sul	25	199	224	17	183	200	26	224	250	17	192	209
Mato Grosso do Sul	6	74	80	9	81	90	9	80	89	6	88	94
Mato Grosso	10	47	57	8	55	63	15	71	86	14	105	119
Goiás	13	80	93	7	70	77	11	76	87	8	61	69
Distrito Federal	13	124	137	15	123	138	6	145	151	11	180	191
<b>BRASIL</b>	<b>479</b>	<b>5.159</b>	<b>5.638</b>	<b>513</b>	<b>5.338</b>	<b>5.851</b>	<b>506</b>	<b>5.856</b>	<b>6.362</b>	<b>461</b>	<b>6.415</b>	<b>6.876</b>

Fonte: DATASUS /Ministério da Saúde.

Destacam-se, da tabela, dois estados do Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo, com índices flagrantemente superiores aos demais. Percebe-se também a nítida concentração destes crimes sobre o grupo de jovens de 15 a 19 anos.

No mesmo boletim divulgado pelo CLAVES/Fiocruz, nas cidades, as zonas centrais e periféricas apresentam os maiores índices, enquanto os menores coeficientes são correspondentes aos bairros que apresentam condições de vida mais favoráveis. A exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, verifica-se a tendência de concentração de índices de mortalidade por homicídio contra o público adolescente de 10 a 19 anos, nas áreas do centro da Cidade e do subúrbio da Leopoldina, regiões com os piores indicadores socioeconômicos do Município. Essas duas áreas caracterizam-se por possuírem maior concentração de população vivendo em favelas e intensa atuação do narcotráfico<sup>128</sup>.

O Mapa da Violência 3 situa, no mapa do Brasil, a distribuição de índices de violência, por capital e região, por toda a década de 90, conforme reproduz a seguir, para a idade de 15 a 24 anos, para cada 100 mil habitantes, a seguinte tabela:

REGIÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Norte</b>	60,2	51,4	45,8	60,4	56,4	57,3	58,4	74,5	59,6	65,9
<b>Nordeste</b>	39,3	40,4	60,6	63,2	68,9	78,6	78,6	78,8	73,9	83,6
<b>Sudeste</b>	92,1	75,4	78,0	88,0	110,3	109,7	109,8	114,5	119,8	128,8
<b>Sul</b>	40,8	40,4	31,9	36,7	47,6	40,9	56,6	48,3	54,7	62,9
<b>Centro-Oeste</b>	49,5	40,0	49,7	49,3	57,2	58,9	59,1	70,8	70,1	76,1
<b>Brasil</b>	66,5	57,2	63,6	70,4	81,5	82,5	86,3	90,7	90,4	98,8

Fonte: Mapa da Violência – UNESCO.

A gravidade dos dados aponta para a necessidade de serem reforçadas medidas de prevenção e controle da violência das diferentes esferas governamentais – tanto no plano federal, quanto estadual e municipal – para que se possa definir um claro diagnóstico das principais causas da violência contra a vida da criança e do adolescente, e traçar políticas específicas para combatê-la, mobilizando as ações e os recursos necessários para esse fim.

## RECOMENDAÇÕES

- 1.** Expansão, por todo o Território nacional, de delegacias especializadas na apuração de crimes contra criança e adolescente;
- 2.** Expansão, em todo Território nacional, de varas especializadas no processamento e julgamento de crimes contra crianças e adolescentes;
- 3.** Garantia de celeridade e prioridade processual no julgamento das ações penais em casos de crimes contra a criança e o adolescente;
- 4.** Formação de banco de dados oficial sobre homicídios dolosos, especificamente, cometidos contra crianças e adolescentes;
- 5.** Campanhas educativas de âmbito nacional para controle e comercialização de armas;
- 6.** Criação de ouvidorias independentes na polícia nos estados onde estas não existem, para acolher denúncias e realizar os encaminhamentos devidos com monitoramento;
- 7.** Aprimoramento da polícia técnica e autonomia da estrutura da polícia;
- 8.** Melhoria das condições de trabalho de policiais civis e militares, através do acesso a equipamentos, a uma remuneração digna, dentre outros itens; e
- 9.** Ampliação dos programas oficiais de proteção às testemunhas e vítimas de crimes cometidos contra a vida da criança e do adolescente.

# NOTAS

<sup>1</sup> LIMA JR, Jayme Benvenuto. *Extrema pobreza no Brasil: A situação do direito à alimentação e moradia adequada*. São Paulo: Loyola, 2002. p.8.

<sup>2</sup> Vede também documento sobre a visita do Relator Especial para o direito à alimentação da Comissão de Direitos Humanos da ONU em [http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/\\$FILE/G0310067.pdf](http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/$FILE/G0310067.pdf)

<sup>3</sup> A população brasileira é altamente miscigenada, sendo a categoria pardo utilizada para indicar os descendentes de índios e brancos, índios e negros ou brancos e índios.

<sup>4</sup> Programas de saúde comunitária, que prestam atendimento no nível primário.

<sup>5</sup> Ver BATTAGLIA, Luigi. *Vidas interrompidas: mortes violentas de crianças e adolescentes no Brasil*. Série Documentos. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1994; DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

<sup>6</sup> FIOCRUZ. Boletim do CLAVES (Centro Latino-Americano sobre Violência e Saúde): *Padrão de Mortalidade por Homicídios no Brasil 1980 a 2000*. (Ano II - nº 07 - dezembro de 2002).

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Esse tratado internacional é classificado pela ONU como uma “normativa de Direitos Humanos”, sujeita ao monitoramento da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão Especial dos Direitos da Criança subordinadas ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

<sup>9</sup> (...) “a partir da legislação ordinária, no conceito constitucional genérico de “infância”, passou a distinguir “infância” propriamente dita ( até os 12 anos incompletos) e “adolescente” (dos 12 aos 18 anos incompletos); ficando a expressão “juventude” para os maiores de 18 anos, até um limite que a lei ordinária posteriormente poderá definir” ( Wanderlino NETO).

<sup>10</sup> GIUSTINA, Joacir Della. *Crianças, adolescentes e a violência*. Publicação Abong. Nº 29. nov. 2001. p 31.

<sup>11</sup> LIMA JR, Jayme Benvenuto. *Extrema pobreza no Brasil: A situação do direito à alimentação e moradia adequada*. São Paulo: Loyola, 2002. p.8.

<sup>12</sup> Dados do Instituto Brasileiro de Estatística Geográfica - IBGE.

<sup>13</sup> Esse tratado internacional é classificado pela ONU como uma “normativa de Direitos Humanos”, sujeita ao monitoramento da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão Especial dos Direitos da Criança subordinadas ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

<sup>14</sup> “a partir da legislação ordinária, no conceito constitucional genérico de “infância”, passou a distinguir “infância” propriamente dita ( até os 12 anos incompletos) e “adolescente” (dos 12 aos 18 anos incompletos); ficando a expressão “juventude” para os maiores de 18 anos, até um limite que a lei ordinária posteriormente poderá definir” ( Wanderlino NETO).

<sup>15</sup> GIUSTINA, Joacir Della. *Crianças, adolescentes e a violência*. Publicação Abong. Nº 29. nov. 2001. p 31.

<sup>16</sup> CDC art. 4º “Os Estados-parte devem tomar todas as medidas legais, administrativas e demais necessárias para a implementação dos direitos reconhecidos na presente Convenção. No que diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais, os Estados-parte deverão tomar estas medidas até a máxima possibilidade de seus recursos e, quando necessário, no âmbito da cooperação internacional.”

<sup>17</sup> CF/88 art. 227, caput: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

<sup>18</sup> [http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/898586b1dc7b4043c1256a450044f331/04fd3a430ce8f7eac1256ee60048a773/\\$FILE/G0345798.pdf](http://www.unhchr.ch/tbs/doc.nsf/898586b1dc7b4043c1256a450044f331/04fd3a430ce8f7eac1256ee60048a773/$FILE/G0345798.pdf)

<sup>19</sup> Sobre a idade mínima para o trabalho. EC n.20

<sup>20</sup> Matéria de adoção internacional.

<sup>21</sup> Em relação ao direito à saúde, por exemplo: as taxas de mortalidade infantil e desnutrição são significativamente maiores entre as crianças negras, entre as indígenas e entre as pardas.

<sup>22</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL – arts. 226, 227 e 228.

<sup>23</sup> Por força do disposto no artigo 24, XV e § 2º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, que determina que compete à União e aos estados e ao Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre “proteção à infância e à juventude”.

<sup>24</sup> ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA - artigos 1º a 6º.

<sup>25</sup> ECA cit. – idem.

<sup>26</sup> Tradicionalmente conhecido, no país, como “Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”, a partir de construções, doutrinária da ANCED e normativa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Algumas vezes, a expressão é utilizada, em certos textos oficiais ou doutrinários, em sentido reducionista e equivocado, apenas para designar os órgãos integrantes do chamado “Sistema Justiça & Segurança” (juizes, representantes do Ministério Público, defensores públicos, agentes policiais e outros).

<sup>27</sup> ECA cit. - art. 88

<sup>28</sup> ECA - art. 86.

<sup>29</sup> Políticas públicas de educação, saúde, assistência social, trabalho, cultura, segurança pública, relações exteriores, turismo etc.

<sup>30</sup> ECA – art. 90.

<sup>31</sup> Vítimas de abusos sexuais, maus-tratos, drogadição, exploração no trabalho, fora da escola, não atendidos em unidades de saúde pública, abandonados pela família, desaparecidos etc.

<sup>32</sup> ECA - arts. 87, III a V; 90, I a IV e 101.

<sup>33</sup> Sob responsabilidade do poder local, isto é, do município.

<sup>34</sup> “Crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados” – ECA cit. - art.98.

<sup>35</sup> Políticas públicas de educação, saúde, assistência social, trabalho, cultura, segurança pública, relações exteriores, turismo etc.

<sup>36</sup> À época da extinção o CBIA, esse papel coube à Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Departamento da Criança e do Adolescente) do Ministério da Justiça.

<sup>37</sup> Cfr. Antonio Carlos Gomes da Costa, Edson Seda, Irene Rizzini, Vicente e Eva Faleiros, Wilson Donizeti, Wanderlino Nogueira *et alteri*.

<sup>38</sup> Cfr. ANCED, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Pastoral do Menor, Instituto de Estudos Especiais – IEE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

<sup>39</sup> Cfr. UNICEF, UNESCO, OIT, OMS, USAID.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> Defesa de direitos.

<sup>42</sup> ECA art. 141.

<sup>43</sup> Sentido ampliado de “justiça“, a não se confundir com o “Judiciário“. Não confundir pois com “Administração da Justiça“.

<sup>44</sup> Não penal, porém, pois sanção e pena não são sinônimos e não se confundem, no caso, segundo as normas legais vigentes, a jurisprudência dominante e a boa doutrina jurídica brasileira.

<sup>45</sup> Sem prejuízo da ação geral, controladora, de outros órgãos próprios de controle como os parlamentos, os tribunais de contas, o Ministério Público, as ouvidorias, as controladorias, as corregedorias – por exemplo.

<sup>46</sup> ECA art. 90.

<sup>47</sup> No que pese ao seu indiscutível papel mobilizador.

<sup>48</sup> ECA - arts. 90, §, e 91.

<sup>49</sup> Cfr. INESC. 2004 – Estudo sobre o Orçamento-Criança. Brasília. DF.

<sup>50</sup> Por exemplo, observa-se, de último, baixa participação dos representantes do Governo federal nas atividades do Conselho Nacional (cfr. Atas do CONANDA).

<sup>51</sup> ECA – arts. 90 e 87, III a V

<sup>52</sup> ECA – art. 90, III

<sup>53</sup> Relator especial da ONU para a alimentação, após visita de 18 dias ao país, ao jornal Folha de São Paulo em 18 de março de 2002.

<sup>54</sup> ECA art. 11 – “é assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde: (...) § 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.”

<sup>55</sup> LOAS art. 20 - "O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família."

<sup>56</sup> O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca Ceará), por exemplo, ajuizou algumas ações relativas à proteção do direito à saúde de crianças e adolescentes: ações para garantir medicamento e tratamento para crianças e adolescentes portadores de doenças raras, complementação alimentar para crianças e adolescentes com resistência a leite de gado e tratamento para adolescentes em situação de rua drogadictos.

Obteve vitória judicial em todas elas, sendo todas as crianças e adolescentes atendidos, com a exceção dos adolescentes drogadictos em situação de rua, que não tiveram ainda seu direito à saúde garantido, por questões alheias ao Judiciário.

<sup>57</sup> Vide também documento sobre a visita do Relator Especial para o Direito à Alimentação da Comissão de Direitos Humanos da ONU capturado na internet: [/www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/\\$FILE/G0310067.pdf](http://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/$FILE/G0310067.pdf).

<sup>58</sup> Outros resultados possíveis da má nutrição são a anemia e a obesidade.

<sup>59</sup> A classificação mais corrente traz os seguintes tipos: primária: baixo nível socioeconômico – pobreza, privação nutricional, más condições ambientais levando a infecções e hospitalizações freqüentes, baixo nível educacional e cultural, negligência, falta de mamentação, privação afetiva. Neste caso, a correção da dieta bastará para que se obtenha a cura; secundária: apesar de haver oferta, existem outros fatores que impedem a ingestão e absorção dos alimentos - má-absorção, estenose do piloro, ou aumentam a sua necessidade - hipertireoidismo. Sua evolução estará na dependência da doença que a ocasionou; mista: situação em que os dois mecanismos estão envolvidos.

<sup>60</sup> <http://www.hospvirt.org.br/enfermagem/port/desnutri.htm> em 18.01.2004.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> DATASUS, Sistema de Informações sobre Atenção Básica (SIAB). Ver Jornal Folha de São Paulo de 19 de dezembro de 2002.

<sup>63</sup> A população brasileira é altamente miscigenada, sendo a categoria pardo utilizada para indicar os descendentes de índios e brancos, índios e negros ou brancos e índios.

<sup>64</sup> Capturado na internet : [://www.sbp.org.br](http://www.sbp.org.br).

<sup>65</sup> Vide anexo IV.

<sup>66</sup> Defasagem idade/peso.

<sup>67</sup> Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), há evidências de que o peso do recém-nascido, do qual dependem sua saúde, crescimento e desenvolvimento posteriores, é intimamente dependente do estado nutricional materno in FRANCESCHINI et alii.

<sup>68</sup> TORRES, Rosa Maria. *Educación para todos: la tarea pendiente*. Madrid: Editorial Popular, s/d. 156p.

<sup>69</sup> Para muitos educadores, a redução na oferta das denominadas classes de alfabetização tem significado verdadeiro avanço, uma vez que o processo educativo é contínuo na escolarização.

<sup>70</sup> O INEP, no documento Geografia da Educação Brasileira (2003), anota que 96,4% das crianças e adolescentes com idade entre 7 e 14 anos foram matriculados na escola em 2000. A aparente divergência entre este dado e o apontado pelo IBGE no Censo Populacional 2000 é fruto de diferença no objeto da pesquisa e da metodologia aplicada; enquanto o INEP cruza os dados do Censo Populacional com o número de matrículas em determinada faixa etária, o IBGE apreende a população que freqüentava, não freqüentava ou nunca havia freqüentado creche ou escola no período de realização do Censo.

<sup>71</sup> O INEP, no documento Geografia da Educação Brasileira (2003), indica que 83% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos foram matriculados na escola em 2000. A aparente divergência entre este dado e o apontado pelo IBGE no Censo Populacional 2000 é fruto de diferença no objeto da pesquisa e da metodologia aplicada, enquanto o INEP cruza os dados do Censo Populacional com o número de matrículas em determinada faixa etária, o IBGE apreende a população que freqüentava, não freqüentava ou nunca havia freqüentado creche ou

escola no período de realização do Censo.

<sup>72</sup> Exclui-se as pessoas cuja condição na família era: pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a).

<sup>73</sup> Compreendem-se com necessidades educativas especiais todos os educandos, deficientes ou não, que demandam uma modalidade especial de ensino; em estabelecimentos especiais, em salas especiais de escolas regulares ou integrados em salas regulares.

<sup>74</sup> Os dados do IBGE apreendem todas as crianças e adolescentes com frequência escolar no período de sua aplicação, independentemente de estar ou não vinculado à modalidade especial.

<sup>75</sup> MEC/INEP, Geografia da Educação Brasileira, 2002. Todos os dados comparativos sobre o gasto por aluno nos países foram extraídos desse documento.

<sup>76</sup> Algumas dessas recomendações constituem pauta de movimentos sociais que atuam na defesa da educação, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que há anos defende a ampliação dos recursos públicos para este setor.

<sup>77</sup> A remissão é uma espécie de perdão que não significa o reconhecimento da autoria do ato infracional.

<sup>79</sup> O salário mínimo vigente no Brasil em setembro de 2002 era de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), aproximadamente \$ 75,00 dólares.

<sup>80</sup> Entrevista concedida ao Estado de São Paulo, em 15 de agosto deste ano.

<sup>81</sup> Informação retirada da tabela 06 do relatório IPEA.

<sup>82</sup> Segundo definição do Código Penal Brasileiro, roubo é a subtração de coisa alheia móvel mediante violência ou grave ameaça à pessoa, enquanto que o furto é a subtração simples.

<sup>83</sup> A resolução nº 46 de 1996 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) estabelece que as unidades de internação devem ter capacidade máxima para 40 adolescentes. Esse número, é evidente, não foi estabelecido aleatoriamente, mas para que as unidades tenham condições de cumprir com as propostas pedagógicas as que se destinam.

<sup>84</sup> Jornal do Brasil de 21 de setembro de 2003.

<sup>85</sup> Chama-se aqui de execução da medida as providências sociais, políticas e pedagógicas de seu cumprimento, matéria que diz respeito à execução de políticas públicas, atípica do Poder Judiciário, que deve, além de presidir o procedimento de apuração de ato infracional, fiscalizar a sua correta execução, como dispõe o próprio Estatuto em seus arts. 90 e 95.

<sup>86</sup> In Jornal do Advogado da OAB de São Paulo, edição de agosto de 2003.

<sup>87</sup> O Estado de São Paulo - 19.09.2003: *Febem veta visita de relatora da ONU ao Brás*. Paquistanesa pretendia visitar unidade, que sofreu ação judicial por causa de superlotação / A Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem) vetou a visita da relatora da Organização das Nações Unidas (ONU) Asma Jahangir à Unidade de Atendimento Inicial (UAI) do Brás. Por determinação da instituição, ela terá de escolher outra unidade para conhecer a realidade dos internos infratores no Estado de São Paulo. O veto causou mal-estar entre os organizadores da agenda de Asma e o governo paulista. / O Itamaraty tentou interceder no episódio, mas prevaleceu a posição do Estado. A relatora realiza uma visita de 23 dias, a convite do governo brasileiro. Ao final, ela produzirá um relatório sobre execuções sumárias no Brasil. / Segundo a Assessoria de Imprensa da Febem, a instituição enviou no dia 12 uma carta, informando que a UAI do Brás está em processo de enxugamento e, por esse motivo, uma visita “com um número grande de pessoas atrapalharia a rotina” do local. Fazem parte da



comitiva da ONU quatro pessoas, além de dois tradutores e um representante da Presidência da República. Na unidade, há 658 internos, mas por decisão judicial esse número deve ser reduzido para 62 até 21 de novembro. Com o veto oficial, a relatora visitará a Febem de Franco da Rocha, outro local.

<sup>88</sup> *Amargas lembranças aos 11 anos*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 09 de dezembro de 1.994.

<sup>89</sup> “Ao comparar com os índices internacionais, é possível observar que o Brasil ocupa a 2ª posição entre os 60 países do mundo analisados neste trabalho. Embora as taxas do Brasil sejam bem menores que as da Colômbia, ainda assim são índices extremamente elevados no contexto internacional. Já com referência à sua população jovem o Brasil, com sua taxa de 48,5 homicídios em 100 mil jovens, ocupa o terceiro lugar, bem distante do grupo de 14 países cujos índices são menores do que um homicídio em cada 100 mil jovens”. UNESCO Brasil - Mapa da Violência 3. Waisenfisz 2002. <http://www.sociologiadajuventude.hpg.ig.com.br/mapadaviolenciaiii.htm>)

<sup>90</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo populacional 2000.

<sup>91</sup> UNESCO Brasil - Mapa da Violência 3 (Síntese). Jacobo Waisenfisz – Fevereiro, 2002. <http://www.sociologiadajuventude.hpg.ig.com.br/mapadaviolenciaiii.htm>).

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> FIOCRUZ. Boletim do Centro Latino-Americano sobre Violência e Saúde - CLAVES. ‘Morbimortalidade de jovens por causas violentas no Brasil: uma análise dos anos 90’. Ano II – Setembro, 2001.

<sup>95</sup> De acordo com o relatório citado, “Esses passaram, na população em geral e em números absolutos, de um total de 13.910 em 1980, para 40.231 em 1998, havendo hoje uma sobre-mortalidade de 12 homens para cada mulher. No mesmo ano, 70% do total dos homicídios foram de jovens, sendo esses, em sua maioria, homens, pobres e habitantes das periferias urbanas”.

<sup>96</sup> Folha de São Paulo, Cotidiano. P. 05, 11/06/2000. *Assassinato de jovens no Brasil cresce 22%*. Folha de São Paulo. São Paulo, 11 de junho de 2.000.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Entidade profissional representativa.

<sup>99</sup> “Faleiros (1993) calcula que 70% das mortes violentas em todo o Brasil atinjam adolescentes entre 15 e 17 anos, 50% das quais seriam atribuídas a ação de grupos de extermínio, 40% a grupos de traficantes e 8,5% à polícia (Zaluar 1994:25/26)” citado por CEDECA-CE: “A Espera de Justiça - Assassinatos de Crianças e Adolescentes”.

<sup>100</sup> Em 2001, um deputado da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro manifestou-se da seguinte forma: «Hoje em dia, com a questão da proteção dos direitos humanos, alguns crêem que podem fazer o que quiserem. [...] o eleitorado deve compreender a minha posição e votar em mim, sabendo que, como no caso do menino de 17 anos que morreu na Candelaria, como já disse antes e repito agora, se morre algum outro mais, eu pagarei o enterro e recompensarei aquele que o matou.» (<http://web.amnesty.org>)

<sup>101</sup> Amnesty International AI Index: AMR 19/015/2.003 (<http://web.amnesty.org>): Brasil: Candelária e Vigárioop Geral – 10 anos depois.

<sup>102</sup> Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMNR, Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, Centro de Justiça Global, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Centros de Defesa da Criança e Adolescente – CEDECAS etc.

<sup>103</sup> Hélio Bicudo, Sérgio Adorno, Ignácio Cano, Paulo Sérgio Pinheiro, Carlos Nicodemos de Oliveira Silva et al.

<sup>104</sup> Sobre o assunto conferir Helio Bicudo (Esquadrão da morte no Brasil) e Carlos Nicodemos Oliveira Silva. Este em dissertação sobre “O Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil”, elaborada sobre o período do final dos anos 80 a início dos anos 90, que afirma que havia à época três categorias de exterminadores de crianças: 1) os mandantes, geralmente comerciantes, 2) os executores, policiais, ex-policiais militares em sua maioria, seguranças privados, traficantes e civis, moradores de comunidades carentes e 3) os promotores do extermínio, pessoas que ocupam postos de destaque e status na sociedade.

<sup>105</sup> Execuções Sumárias no Brasil – 1997-2003. Rio de Janeiro. Centro de Justiça Global, 2003.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> “hoje, o perfil do exterminador está muito confuso e indefinido. Os autores desses crimes profissionalizaram-se” em *Assassinato de jovens no Brasil cresce 22%*. Folha de São Paulo, Cotidiano. P. 05, 11/06/2000.

<sup>108</sup> *Relatório aponta ligação entre as mortes*. O Globo. Rio de Janeiro. 17 de maio de 2000.

<sup>109</sup> Amnesty International AI Index: AMR 19/015/2003 (<http://web.amnesty.org>): Brasil: Candelária e Vi-gário Geral – 10 anos depois.

<sup>110</sup> CANO, Ignácio. *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*. ISER, Outubro, 1997.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem.

<sup>113</sup> “Auto de Resistência” é a nomenclatura oficial que a polícia usa para definir as mortes e os ferimentos ocorridos em confronto com a polícia, decorrentes da resistência à autoridade policial.

<sup>114</sup> CANO, Ignácio. Op. cit. p. 13.

<sup>115</sup> Amnesty International AI Index: AMR 19/015/2003 (<http://web.amnesty.org>): Brasil: Candelária e Vi-gário Geral – 10 anos depois.

<sup>116</sup> Relatório oficial enviado pelo Ministério das Relações Exteriores, para a ONU, Comitê de Direitos da Criança.

<sup>117</sup> FIOCRUZ. Boletim do CLAVES (Centro Latino-Americano sobre Violência e Saúde). ‘Padrão de Mortalidade por Homicídios no Brasil - 1980 a 2000. (Ano II - nº 07 - dezembro de 2002)

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> UNESCO, Mapa da Violência 3.

<sup>120</sup> MNDH (<http://www.mndh.org.br>).

<sup>121</sup> *Salvador tem redução de 45%*. O Globo. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2000.

<sup>122</sup> *Polícia do Rio mata mais negros e pardos*. Folha de São Paulo. São Paulo. 15/05/2000.

<sup>123</sup> BATTAGLIA, Luigi. *Vidas interrompidas: mortes violentas de crianças e adolescentes no Brasil*. Série documentos. Rio de Janeiro. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1994.

<sup>124</sup> O Globo. Rio de Janeiro. 17 de maio de 2000.

<sup>125</sup> *Idem.*

<sup>126</sup> *Menor participa de 1% dos homicídios em SP.* Folha de São Paulo. São Paulo. 1º de janeiro de 2004.

<sup>127</sup> *Salvador tem redução de 45%.* O Globo. Rio de Janeiro, 17/05/2000.

<sup>128</sup> *Idem.*

<sup>129</sup> A Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) do Estado do Rio de Janeiro é uma entidade governamental, vinculada a Secretaria de Estado de Ação Social e Cidadania.

<sup>130</sup> O Instituto Padre Severino é ligado ao Departamento Geral de Ações Sócio Educativas – DEGASE, órgão vinculado a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão, responsável pela execução das medidas sócio-educativas no Estado do Rio de Janeiro, destina-se ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, concebido para ser um centro de detenção pré-julgamento.

<sup>131</sup> Delegacia Especial de Proteção à Criança e Adolescente.

<sup>132</sup> Asfalto – termo usado pelas crianças e adolescentes para identificar as pessoas que não moram no morro, nas favelas. É usado para pavimentação e impermeabilização das ruas e estradas brasileiras.

<sup>133</sup> A Baixada Fluminense é composta por 13 municípios.

<sup>134</sup> Centro de Triagem e Reabilitação.

<sup>135</sup> “Quebrando no pau” – espancar, surrar, usar atitudes violentas contra criança/adolescente.

<sup>136</sup> O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR – fundado em 1985, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem por objetivo a defesa dos direitos da infância e da adolescência.

<sup>137</sup> Usado para definir desleal, desonesto.

<sup>138</sup> Duzentão – termo usado para caracterizar o estupro: ato de violentar sexualmente. Ato de obrigar meninas a praticar sexo sem permissão, vontade.

# BIBLIOGRAFIA

BATTAGLIA, Luigi. *Vidas interrompidas*. Rio de Janeiro. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1994.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER. Outubro, 1997.

DOWDNEY, Luke. *Crianças do tráfico: um estudo de crianças em violência armada*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

GIUSTINA, Joacir Della. *Crianças, adolescentes e a violência*. Publicação Abong. Nº 29. nov. 2001.

LIMA JR. Jayme Benvenuto. *Extrema pobreza no Brasil: A situação do direito à alimentação e moradia adequada*. São Paulo: Loyola, 2002.

TORRES, Rosa Maria. *Educación para todos: la tarea pendiente*. Madrid: Editorial Popular, s/d.

## Sites

[www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/\\$FILE/G0310067.pdf](http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/0/b7a109d9387bc99dc1256cc6004d0c57/$FILE/G0310067.pdf)

<http://www.hospvirt.org.br/enfermagem/port/desnutri.htm>

[www.sbp.org.br](http://www.sbp.org.br)

<http://web.amnesty.org>

<http://www.mndh.org.br>

<http://ibge.gov.br>

<http://unesco.org.br>

<http://www.sociologiadajuventude.hpg.ig.com.br/mapadaviolenciaiii.htm>

<http://www.ipea.gov.br>

## Jornais

Folha de São Paulo. São Paulo. 15 de maio de 2000

Folha de São Paulo. São Paulo. 11 de junho de 2000.

Folha de São Paulo. São Paulo. 01 de janeiro de 2004.

O Estado de São Paulo. São Paulo. 19 de outubro de 2003.

Jornal do advogado da OAB de São Paulo. Agosto de 2003.

O Globo. Rio de Janeiro. 17 de maio de 2000.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 09 de dezembro de 1994.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 21 de setembro de 2003.

# ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO RELATÓRIO

## ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente

A ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente surgiu em 1994, da articulação dos centros de defesa de direitos de crianças e adolescentes, ocorrida, inicialmente, dentro do Fórum Nacional de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente. Eram instituições que, por todo o País, realizavam trabalhos similares e que resolveram se articular para melhor agir na defesa desses direitos. Constituíam-se como organizações da sociedade civil, lutando pela defesa dos direitos humanos infanto-juvenis, que têm na proteção jurídico-social sua estratégia específica.

Essa articulação nacional em rede priorizava a ação direta em movimentos sociais na área da infância, lutando pela transformação social articulada com a característica principal de defesa de direitos, ou seja, a proteção jurídico-social, conforme prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Fazendo parte da história de mobilização social no Brasil, nas décadas de 80 e 90, estas instituições articuladas participavam da nova conjuntura de luta política, concebendo novas estratégias de intervenção e assumindo sua parte de responsabilidade na transformação rumo a uma sociedade democrática, evidenciando situações de injustiça, discriminação, exploração e tortura.

Estes centros, sendo referência nesta luta pelos direitos humanos infanto-juvenis, foram construindo sua história por vários estados do País, tornando-se capazes de desenvolver e disseminar suas práticas e competências técnico-políticas em diversos espaços, principalmente aqueles ligados às violações de direitos de crianças e adolescentes.

Dentre as discussões surgidas entre os centros, no sentido de objetivar o que os unia e o que poderia ser sua identidade, emergiu a questão tratada nos artigos 86 e 87 do ECA, ao prever que os direitos da infância e da juventude devem ser garantidos através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, garantindo também o envolvimento de entidades de proteção jurídico-social.

Promoveu-se, então, em 1994, a institucionalização oficial da Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes - ANCED, substituindo a anterior Rede Nacional dos Centros de Defesa. Com essa institucionalização, passou-se a contar com uma nova instância de abrangência nacional de intervenção que, sem substituir a atuação de cada um dos centros em seus respectivos locais, os fortalece e potencializa. A existência da ANCED viabiliza, também, do ponto de vista estratégico, as representações desses centros junto aos demais atores nacionais de proteção e defesa de direitos.

A ANCED conta hoje com 30 centros de defesa da criança e do adolescente (CEDECA's) filiados, localizados nas cinco regiões do País, em quatorze estados da Federação: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo.

ANCED - Associação Nacional de Centros de Defesa da Criança e do Adolescente  
Rua Barão de Itapetininga, 255/Conj. 1104 - Centro  
Cep 11.042-001 - São Paulo - SP  
Fone: (11) 3159.4118 - FoneFax: (11) 3257.0365  
Coordenação: [coordenacao@anced.org.br](mailto:coordenacao@anced.org.br)  
Sec. Executiva: [executiva@anced.org.br](mailto:executiva@anced.org.br)  
[www.anced.org.br](http://www.anced.org.br)

## FORUM DCA - Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Fórum DCA - Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - é uma articulação nacional de entidades não governamentais de luta pelos direitos da criança e do adolescente, acima das distinções religiosas, raciais, ideológicas ou partidárias, aberta à cooperação com entidades governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, para a consecução de seus objetivos.

Desde 1988, o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente vem conquistando, gradativamente, o reconhecimento e legitimidade diante dos vários segmentos sociais que têm atuado direta e indiretamente com as crianças e adolescentes, e hoje congrega e/ou articula cerca de 41 entidades.

Essa articulação surgiu a partir de duas motivações básicas: alteração no panorama legal, no que tange à questão da criança e do adolescente; e necessidade de uma articulação, no plano nacional, de entidades atuantes na área de defesa e promoção dos direitos da infância e da juventude.

A motivação concreta e imediata para essa articulação de entidades decorreu do fato de que se vivia no Brasil um momento histórico, em todos os níveis (federal, estadual e municipal). Essas entidades, percebendo a legislação brasileira como uma das expressões mais fortes das violações dos direitos, pois se mostrava omissa, repressora e discriminatória em relação à criança, não poderiam furtar-se ao compromisso histórico de buscar alterações substanciais no sentido de garantir os direitos da criança e do adolescente.

Explicitando mais esse processo, em julho de 1987, houve uma reunião onde se elaborou a emenda “Criança Prioridade Nacional”, que seria remetida aos constituintes brasileiros. Nesta reunião, percebeu-se a importância das entidades se articularem e se fortalecerem conjuntamente.

Em março de 1988, realizou-se um encontro de várias entidades não governamentais, que participaram da campanha “*Criança - Prioridade Nacional*”, (articulada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), de cuja pauta principal constava a criação de um fórum permanente e a criação da Seccional Brasileira de DCI (Defesa Internacional da Criança). Esse encontro, que contou também com a participação de Daniel O’Donell, do Secretariado Internacional do DCI (Genebra), constituiu a verdadeira assembléia de criação do Fórum DCA. As discussões levaram à conclusão de que não se pretendia criar uma entidade e, portanto, o Fórum não teria estatuto nem regimento interno.

SECRETARIADO DO FORUM DCA NACIONAL

Setor de Autarquias Sul – Quadra 05 – Bloco N – Lote 01 – Sala 218

70.070-913 – Brasília – DF – Brasil

Fone: (61)323.6992 - Fax: (61)316.9036

forumdca@forumdca.org.br

# SOBRE OS AUTORES DO RELATÓRIO

## 1. Direito à Participação

**Wanderlino Nogueira Neto**, Procurador de Justiça (aposentado) do Ministério Público do Estado da Bahia. Consultor *ad hoc* para organismos internacionais e órgãos governamentais e não governamentais na área da legislação e das políticas de proteção dos direitos humanos (gênero e geração). Exerceu as seguintes funções: professor de Direito Internacional Público (Universidade Federal da Bahia), Procurador Geral de Justiça da Bahia, Secretário Nacional do Fórum DCA, Consultor Especial do UNICEF no Brasil, Angola e Cabo Verde e Secretário-Executivo da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – ANCED

## 2. Direito à Sobrevivência

**Lia Freitas Cavalcante**, assessora jurídica do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora das disciplinas Lógica Jurídica e Teoria da Argumentação e de Direitos Humanos.

## 3. Direito ao Desenvolvimento

**Salomão Barros Ximenes**, advogado, mestrando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), membro do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

## 4. Direito à Proteção - Situação do Adolescente Infrator

**Francisco Antônio Monteiro Lemos**, advogado do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini, professor do Centro Universitário do Maranhão - Uniceuma das disciplinas Direito da Criança e do Adolescente, Direito Civil e Ética Geral e Profissional, coordenador adjunto do núcleo de estudos em Direito da Criança e do Adolescente do Uniceuma, militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Maranhão, especializando em Direito Processual Civil.

## 5. Assassinatos de Jovens no Brasil

**Michelle Gueraldi**, advogada da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, professora de Direito Internacional Público, mestra em Direito Internacional pela Universidade de Harvard com a monografia “The Invisible Children on the Streets of Rio”.

## Coordenação do Grupo de Trabalho sobre Relatório

**Valdênia Brito Monteiro**, advogada do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, especialista em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Católica de Pernambuco e mestra em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Autora de vários artigos sobre direitos humanos, entre os quais “Tolerância e Direitos Humanos”, “Vítimas da Violência: Por que entram no Programa de Proteção” e “Efetivação dos Direitos Humanos: Desafios à Democracia”.

**Renato Roseno**, advogado e coordenador do CEDECA – Ceará - Centro de Defesa da Criança e Adolescente do Ceará – Fortaleza – Ceará e da ANCED – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente.

## CONSULTOR JURÍDICO

**Wanderlino Nogueira Neto** (autor do texto sobre Direito à Participação)

## APOIO

A **Save the Children Suécia** (antes *Rädda Barnen*), fundada em 1919, é uma organização sem fins lucrativos e sem nenhum vínculo religioso ou político. É constituída por aproximadamente 90.000 membros e, desde sua fundação, desenvolve trabalhos na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, principalmente aqueles em situação de risco. Pretende, ainda, influenciar a opinião pública a respeito do tema.

**Fondation Terre des Hommes** - Desde seu surgimento em 1960, o movimento *Terre des Hommes* se esforça para ser o embaixador da infância e seu instrumento de vida. Presente tanto nas grandes catástrofes mediatizadas, ocorridas nas últimas décadas (guerra da Argélia, fome em Biafra, Bangladesh ou na Etiópia, guerras civis e conflitos no Afeganistão, em Sri Lanka, na Bósnia ou no Kosovo), quanto no terreno, palco de atrocidades esquecidas ou desconhecidas (tráfico de crianças, redes de pedofilia, etc.), *Terre des Hommes* se concentra em ações de emergência e de longo prazo. O movimento se preocupa em tornar perene os efeitos dos projetos apoiados, se esforçando para reforçar as redes de organizações em prol da infância e levar contribuição metodológica ao desenvolvimento institucional de seus parceiros operacionais. Além disso, investe em ações no eixo *advocacy*, desenvolvendo campanhas de sensibilização da sociedade em geral pela garantia dos direitos das crianças de acordo como que foi estabelecido em 1989 pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança e, no Brasil, pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



# RELATÓRIO DOS ENCONTROS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

SUBSÍDIO PARA RELATÓRIO PARALELO DAS  
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA  
SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE  
OS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

## PROJETOS:

- ASSOCIAÇÃO CURUMINS (FORTALEZA – CEARÁ)
- PROJETO CIRCO BAIXADA (QUEIMADOS, BAIXADA FLUMINENSE - RIO DE JANEIRO)
- REDE AMIGA DA CRIANÇA (SÃO LUÍS – MARANHÃO)
- REDE RIO CRIANÇA (RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO)

“Toda criança tem o direito de ir à praia, de ter uma boa família, de ser feliz, de ter uma boa alimentação, carinho, de uma escola para ser algo na vida. A saúde é importante, pois sem ela não sobrevivemos. A criança tem direito a ter carinho da família. Se isso não acontecer, as crianças vão para as ruas, usar drogas (...) Existe também muito preconceito entre homens e mulheres. É preciso que tenha respeito entre as pessoas. Os idosos também precisam ser respeitados e precisam também saber respeitar as crianças”

(Grupo de Crianças de 08 a 12 anos - Rede Amiga da Criança /São Luís)

## Apresentação

O presente relatório é resultado de dez encontros realizados com crianças e adolescentes atendidos por projetos apoiados financeiro e tecnicamente pela *Fondation Terre des Hommes* no Brasil: Rede Amiga da Criança, articulação de vinte e três entidades de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua em São Luís, capital do Maranhão; Rede Rio Criança, articulação de treze entidades de atendimento a crianças e adolescente em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro; Associação Curumins, instituição de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua e de exploração do trabalho infantil na cidade de Fortaleza, capital do Ceará; e o Projeto Circo Baixada, projeto de integração familiar e/ou comunitária de crianças e adolescentes em situação de rua/risco social, situado no município de Queimados, Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

O objetivo do relatório é apresentar, através das falas coletadas, a visão das crianças e adolescentes apoiados por esses projetos, sobre a garantia e a violação dos direitos que regem a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989 e assinada e ratificada pelo governo brasileiro. Os direitos estabelecidos pela Convenção são fortalecidos e assegurados, no Brasil, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal nº 8069/90, em vigor a partir de 13 de julho de 1990.

O relatório parte diretamente das falas das crianças e adolescentes, coletadas em encontros realizados nos projetos no período compreendido entre 06 e 20 de novembro de 2003. No Maranhão, a Rede Amiga da Criança realizou três encontros: um com um grupo de crianças de 08 a 12 anos, um com adolescentes de 13 a 16 anos e outro com adolescentes e jovens de 17 a 21 anos, porém só as falas de crianças e adolescentes foram consideradas. Essas falas foram sistematizadas por seis educadoras de entidades integrantes da Rede Amiga. Também foram realizadas nove entrevistas individuais.

Em Fortaleza, a Associação Curumins realizou dois encontros: um com as crianças e adolescentes moradores de rua e outro com grupo formado por ex-moradores de rua que estão atualmente em atendimento na Casa Abrigo Sítio Vida Nova. Esse grupo é composto exclusivamente de meninos na faixa etária de 08 a 14 anos. Também foram realizadas oito entrevistas individuais. O trabalho com os grupos foi feito por dois profissionais: sendo um educador/aplicador e outro o educador/observador, a quem coube o registro das falas.

O Projeto Circo Baixada realizou dois encontros: um com crianças e adolescentes que estão em situação de rua e participam das atividades circenses e de arte-educação nas lonas de circo, outro com crianças e adolescentes que estão nas ruas, participam de atividades nestes espaços e não freqüentam as lonas do projeto. Também foram realizadas sete entrevistas individuais. Os encontros foram acompanhados por seis educadores que coletaram as falas.

A Rede Rio Criança realizou cinco encontros com entidades de atendimento, todos acompanhados por uma colaboradora da *Fondation Terre des Hommes* e um educador ou técnico de cada entidade, são elas: Casa Lar Dom Bosco, Centro Sócio São Martinho, Centro Municipal de Atendimento Social Integrado Nelson Carneiro, Abrigo Ademar Ferreira de Oliveira, Pastoral do Menor – Casa do Catete. Ao todo, a pesquisa contou com a participação de 109 crianças e adolescentes.

Para a coleta de informações, foi utilizado um único roteiro de entrevistas para todos os estados, onde buscou-se unificar as informações sobre serviços de proteção, segurança, oportunidades, protagonismo, relação família, escola, comunidade, saúde, questão de gênero, de raça e motivações (roteiro em anexo).

A metodologia aplicada para a coleta das falas se deu de forma participativa. Todo esse processo aconteceu a partir de conversa aberta com as crianças e adolescentes onde foi esclarecido o propósito dos encontros. É importante esclarecer que todas as falas são fidedignas. A identidade de todas as crianças e adolescentes foi resguardada de acordo com o que rege o código da infância e juventude no Brasil a partir da utilização de nomes fictícios.

Os dados apresentados a seguir nos apontam a visão clara e precisa do olhar das crianças e adolescentes em situação de rua: um olhar sobre a sua história, seus direitos e deveres. É a voz das crianças.

## Os direitos assegurados pela Convenção são discutidos pelas crianças e adolescentes

### Os abrigos e as delegacias especiais para as crianças e adolescentes – sistema de proteção

- **Wendell, 16 anos:** “Já passei pela FIA<sup>129</sup>, juizado, conselho, esse bagulho de vara é muito ruim, já passei por liberdade assistida, foi muito ruim, eles batem muito lá no Padre Severino<sup>130</sup>. Lá não pode chamar nem de tio e tia, tem que chamar de senhor, senhora, se não chamar, a porrada estanca. Já passei pela polícia, quando saí fui para a rua e ficava no terminal do metrô Saens Penã e na Central, já cheguei ir para delegacia, estou respondendo liberdade assistida, estou indo ao juiz, porque fui pego com uma faca. Estava vindo para casa, estava lá na Saens Penã, estava todo largadão com a faca na cintura, achei ela no chão”.
- **Claudia, 9 anos:** “Já passei por abrigo, lá eles batiam na gente, nos tratavam muito mal, e todos ficavam trancados.”
- **Felipe, 15 anos:** “A DPCA<sup>131</sup> de Niterói é massacre, cheia de rato, não tem colchão é cimento. A salinha de interrogamento mas é sala de massacre, os caras te pegam e metem a porrada mesmo, que nem bandido mesmo, não tem esse negócio de ser criança, adolescente, para eles é bandido mesmo e eles não querem nem saber. A polícia vive da mesada do tráfico. A polícia vende droga dentro da favela, fica cheirando pó do lado dos moradores, isso tá errado, tá tudo errado, só prende quem eles querem, se te pegam com droga e você tem dinheiro, pegam o dinheiro e te soltam, se você não tem nada, aí é pior porque pode até perder a vida, eu escapei de muitas...”
- **André, 15 anos:** “Já tive contato com a polícia. Eu estava dormindo na rua e eles chegaram me agredindo. Na DPCA o delegado me algemou, perguntou se eu queria ir para o Padre Severino ou voltar para a rua, me bateu e depois me soltou. Eu acho que a segurança não pode ser só para as pessoas do asfalto<sup>132</sup>, tem que ser para todo mundo. Para mim, nunca vai acabar o tráfico porque os políticos estão tudo envolvido, lá na minha comunidade eu via carro da prefeitura descarregando droga (Engenho Pedreira), quer dizer, a polícia pega a gente que é menor e os grandes ficam soltos, protegidos no asfalto”.
- **Thiago, 17 anos:** “Já passei pela DPCA, pelo Centro de Triagem e Reabilitação, fiquei lá quatro dias, lá não tem condições de higiene, o ambiente é sujo, pobre. Passei também 23 dias no Padre Severino, lá eu fui oprimido e discriminado por ser homossexual, não por todos os educadores, mas pelos outros adolescentes de lá. Eu acho que as instituições da Baixada<sup>133</sup> não preparam os educadores e tudo por indicação e isso prejudica o adolescente que chega lá. As instituições não trabalham o adolescente, não entendem que o adolescente só pensa no dia de hoje, não se preocupa ainda com o futuro e por isso chega a cometer algumas coisas erradas, isso precisa ser melhor trabalhado nas instituições, mas ainda não acontece por isso o adolescente sai mais revoltado. Também acho que a instituição precisa respeitar mais o adolescente para o adolescente poder respeitar mais a instituição”.
- **Wesley, 17 anos:** “Já passei por liberdade assistida no CTR<sup>134</sup>, lá onde ficam os adolescentes infratores. Lá tem regras, na hora da visita não pode se coçar. Na hora de dormir, se ficar zoando, morre mesmo, os mais antigos não perdoam. Alguns educadores no plantão batem mesmo, fazem maldade, abrem a cela e te mandam para as celas dos caras maus e aí, te segura. Aquilo lá é o inferno”.
- **Ricardo, 12 anos:** “Já fui para outros abrigos antes de chegar aqui. Tem uns abrigos aí que eles batem muito na gente, tem uns tios malvados, te batem, deixam com fome, é pior que estar na rua”.

### Direito à convivência familiar e comunitária

- **Junior, 14 anos:** “Eu gostaria de poder voltar a morar com minha mãe, na minha casa. Eu não posso mais voltar a morar lá senão vão me matar, porque eu roubava por lá, no morro, lá perto, para poder comprar pó e agora não posso voltar. Eu acho uma besteira esse negócio de ser bandido, o que adianta ser bandido, ter dinheiro e estar preso, eu prefiro ser pobre e ter minha vida, o que me deixou mal foi droga, agora estou longe da minha família, da minha casa”.
- **Marcelo, 16 anos:** “Eu não sei o que é proteção de família, nunca tive, meus pais me maltratam, em vez de conversar com a gente, já vem “quebrando no pau”<sup>135</sup>, batendo. Minha madrasta me botava de castigo. Na rua é pior ainda, a gente conhece muito bandido que querem botar a gente para roubar, então acho que se

precisa de proteção de todo jeito, de todo lado.”

- **Ricardo, 12 anos:** “Preciso de uma família que goste de mim, cuide de mim, porque nunca tive. Eu fugi de casa por causa de tanto apanhar de minha avó e minha tia que me espancavam, quebraram minha cabeça e minha avó ainda me mandava pedir na rua, isso é muito ruim para uma criança. Na rua você tem que ficar pedindo esmolas, pedindo comida e escuta um monte de não, ouvir não toda hora é muito ruim.”
- **André, 15 anos:** “Gostaria que minha mãe reformasse a casa dela, meu padrasto sumisse do mapa para eu poder voltar para casa. Eu sempre ajudei minha mãe em casa, lavava louça. Meu padrasto usa droga, bebe, agride minha mãe, queria me agredir com força, fui ameaçado de morte por ele por isso fui para a rua, mas meu desejo é poder morar de novo com minha mãe”.

## **Direito à liberdade de opinião: crianças e adolescentes desejam ser ouvidos**

- **Wellington, 15 anos:** “Nem sempre se ouve o que a criança fala, os adultos impõe a autoridade, os adultos acham que sabem tudo e que a criança é só para ouvir, ficar calado sem falar muito”.
- **Frederico, 16 anos:** “Não, aqui no abrigo eles até escutam a gente, mas nem sempre em tudo, eu acho que ainda falta mudar muita coisa, eu acho que nós, adolescentes, ainda não temos vez, nem todo mundo escuta o que a gente diz, os adultos ainda dão as ordens, falam mais, mas eu penso que nós temos muita sabedoria para ensinar”.
- **Benedito, 15 anos:** “Eu acho que ainda se escuta pouco o que os adolescentes têm para dizer. Na verdade a lei é dos adultos, os adolescentes só obedecem e se não obedecer tá perdido”.
- **Ubiratan, 11 anos:** “Acho que dá opinião é importante. Quando as pessoas pedem nossa opinião é porque vai servir para algumas coisas. No colégio, às vezes a gente dá opinião, mas eles não levam em conta, na família, às vezes opinião de criança não vale porque eles pensam que não se mete em conversa de adultos”.
- **Luís Alfredo, 15 anos:** “Só vale no Movimento Nacional (MNMMR<sup>136</sup>), porque em casa não vale nada. Em casa minha opinião não é respeitada”.
- **Carolina, 16 anos:** “Na minha família, minha opinião é levada em consideração, mas muitas vezes quero falar e nunca deixam. Na escola, nunca sou ouvida, mas quando tem evento a gente participa. Quando tem problema, não chamam”.

## **Direito à Educação: crianças e adolescentes percebem a escola como um espaço de oportunidade**

- **Antonyo, 17 anos:** “Eu agora não estou estudando, mas a escola é o que garante o futuro. Como você vai ser alguém na vida sem estudar? Analfabeto não consegue nada”.
- **André, 15 anos:** “A escola é muito importante para o futuro, sem o estudo ninguém é nada não. Eu gosto de estudar sim, eu acho que é sorte subir na vida sem estudar, o Ronaldinho, Romário não têm nem o segundo grau, mais foi sorte deles”.
- **Wesley, 17 anos:** “A escola é importante, eu acho que devia ter mais escola, todo mundo deveria estar na escola até para se conseguir serviços melhores”.
- **Carolina, 16 anos:** “Acho que quando a gente começa a estudar dá vontade de ser alguma coisa porque é influenciado pelos estudos. Eu gosto de ir para a escola, agora eu gostaria que mudasse a forma que eles tratam as crianças lá, porque as crianças não têm os seus direitos garantidos, não pode nem falar, explicar o que acontece, reclamar sobre os professores, estão sempre erradas. A gente sabe ler, mas não tem direito e quando tira nota baixa ainda acham que a gente não quer estudar”.

## **Direito a não sofrer discriminação: o preconceito racial**

- **Danilo, 16 anos:** “É diferente sim, tia, tem muita discriminação na rua também, eles (a polícia) prensavam só os negros. Uma vez eu tava com meus amigos aí parou um carro da polícia e colocou todo mundo na parede e mandou eu ir embora, falou ‘te manda, sobe para o teu prédio’. Eu fiquei com medo e falei que queria ficar com os meus amigos e aí ele perguntou: ‘Você não mora nesse prédio aí?’, pensando que eu era de Copacabana mesmo, só porque eu sou branco e os meus amigos de rua são negros, até porque tem mais gente negra na rua, e a polícia só pega os negros, isso é errado.”

- **Mariana, 11 anos:** “Gostaria de ser respeitada como negra. Eu não queria mudar de cor, gostaria de ser respeitada pelos colegas de cor mais clara. Não é justo as pessoas de cor mais clara estarem apelidando de ‘macaca’ e outras coisas. A coisa muda quando a gente é negra, se alguma pessoa negra for procurar emprego, ele não entra, só entra o branco.”
- **Marcio, 17 anos:** “A sociedade ver os negros como ladrão, safado<sup>137</sup>, isso precisa mudar porque tem muito negro honesto, trabalhador mesmo, não é só ladrão não”.
- **Evelyn, 17 anos:** “Infelizmente existe o preconceito racial. O negro é muito discriminado. O branco teve mais prioridade em tudo do que o negro”.

## Direito a ser protegido contra todo tipo de exploração: exploração sexual

- **Regina, 16 anos:** “A vida nas ruas para as meninas é mais difícil. Porque as meninas sofrem abuso dos homens nas ruas, os homens oferecem dinheiro para elas. As meninas são mais responsáveis e se preocupam mais em ajudar a mãe”.
- **Herlon, 12 anos:** “A rua é mais difícil para as meninas, porque os homens querem pegar elas, os homens querem fazer duzentão<sup>138</sup> com elas”.

## Direito à cultura, ao esporte e ao lazer:

- **Thaís, 13 anos:** “Eu queria que as crianças das favelas, que moram no morro, pobres, tivessem mais lugar para brincar, porque na minha comunidade não tem praça, não tem nada, só lixo, rato, droga, briga, é por isso que as crianças vão para as ruas. Se onde eu moro tivesse um lugar legal como na Zona Sul, era melhor. Acho errado só ter coisa boa em bairro de bacana”.

## Motivação: os sonhos para o futuro

Se a criança e/ou adolescente têm voz, eles sabem expressar o que querem para suas vidas. E apesar de todas as dificuldades vividas, a grande maioria deseja sempre um futuro melhor para si, para sua família e seus amigos.

- **Regina, 16 anos:** “Eu quero no futuro estar na escola, arrumar um emprego, quero fazer Direito, quero ser advogada, Quero ver minha mãe trabalhando”.
- **Juanita, 11 anos:** “Eu me vejo uma pessoa feliz, com um grande caminho pela frente. Quero ser uma grande professora de artes”.
- **José, 15 anos:** “No futuro eu quero é ter minha casa, um trabalho, uma família, poder fazer uma faculdade, ter um filho para educar diferente do que meu pai me tratou”.
- **Marcio, 17 anos:** “Quero sair do abrigo e voltar para minha família. Quero poder trabalhar, ter uma profissão e dar uma vida boa para minha família. Quero esquecer que vive na rua, usei droga. Quero ser advogado ou jogador de futebol”.

## Protagonismo

- **Bruno, 14 anos:** “Para minha vida mudar, só depende mesmo de mim, a gente tem que querer senão ninguém muda, ninguém muda por você. Hoje sou conhecido porque sou de rua, mais depois vou ser conhecido como um grande jogador de futebol”.
- **Frederico, 16 anos:** “Minha vida só vai mudar se eu quiser, para ser feliz só depende de mim, eu estudo, trabalho, agora se eu fico faltando a escola nada vai ser diferente. A vida da gente só muda quando a gente mesmo se esforça para isso, e eu estou me esforçando.”

## Mudança: O olhar das crianças e adolescentes para o futuro do Brasil

- **Carolina, 16 anos:** “Queria acabar com a violência, as drogas, botando os meninos para fazerem atividades, oficinas, porque muitas crianças se envolvem com drogas porque não têm oportunidades, vivem na rua, não têm nada para fazer, nenhuma ocupação”.
- **Michelle, 13 anos:** “Eu queria mudar a situação das crianças e dos adolescentes, porque têm muitos que não tem escolas, estão sem assistência. Colocaria cursos para eles se prepararem para o mercado de trabalho. Melhoraria a saúde, fazia um controle de natalidade, porque há um descontrole nesta taxa, muita crianças, aqui no Nordeste, morrem de fome. Criaria vários espaços de lazer, como teatro, quadras de esportes, cinemas, e as taxas para esses espaços seriam mais baratas, para crianças e adolescentes terem acesso. Acesso a informação, à comunicação, para estarem mais informados”.
- **Vandelson, 15 anos:** “Se eu fosse presidente do Brasil eu fazia mais abrigo e conjunto de casa para as famílias que estão nas ruas. Ia tirar as crianças da rua porque viver na rua não é bom. Colocaria cada criança na sua família e daria um emprego”.
- **Leandro, 13 anos:** “Queria melhorar, mudar a segurança, porque a que tá aí não protege. Acho que o governo não tá protegendo ninguém porque se protegesse não existiria criança/adolescente na rua, para criança/adolescente não precisar usar droga, roubar, matar”.

## Considerações Finais: similitudes e diferenças entre os projetos

Os relatos das crianças e adolescentes apoiados pelas instituições integrantes das redes Amiga da Criança e Rio Criança, Projeto Circo Baixada e Associação Curumins nos levam a perceber que, apesar de situadas em regiões diferentes do Brasil, as condições oferecidas para que os mesmos tenham um desenvolvimento pleno ainda se apresentam como um grande desafio para o Brasil.

No cotidiano, crianças e adolescentes se confrontam com a falta de proteção familiar, uma vez que estas famílias não recebem apoio do entorno comunitário e do Estado para garantir aos seus filhos boa moradia, saúde e educação. Isso acaba levando as crianças e adolescentes muito cedo para o mundo das ruas, onde se deparam com todo o tipo de violência (física, sexual, psicológica, etc). A mentalidade de que o trabalho educa, tira da marginalidade, coloca crianças e adolescentes pobres do país muito precocemente no universo do trabalho infantil, o que ocasiona o abandono escolar e, conseqüentemente, o abandono dos sonhos e esperanças de dias melhores, já que crianças e adolescentes têm a escola como um espaço de crescimento e de oportunidade.

Nos encontros realizados, apesar da distância geográfica entre os projetos, detectamos nos beneficiados vários pontos em comum: o desejo de um futuro melhor fora das ruas, a necessidade de uma família acolhedora, a visão da escola como grande oportunidade de mudanças e, infelizmente, a leitura sobre o preconceito racial, enfrentado nos espaços por onde transitam, uma vez que a grande maioria das crianças e adolescentes nas ruas do país são negros.

Uma forte diferença entre os projetos é que, no Rio de Janeiro, a cultura de “morador de rua” é preponderante, há famílias que estão há várias gerações vivenciando o mundo da rua, enquanto nos outros estados, a maioria das crianças e adolescentes se encontram em situação de trabalho infantil ou perambulando, voltando para casa no período noturno.

Há, no entanto, uma diferença marcante entre as realidades vividas pelos projetos: a dificuldade enfrentada pelos projetos no Rio de Janeiro (Rede Rio Criança e Circo Baixada) em promover a reintegração familiar, uma vez que muitas crianças e adolescentes são impossibilitados de voltar ao convívio familiar e comunitário por imposição do tráfico de drogas. Em muitos casos, a volta para a família resulta na perda da vida. Diferentemente, os beneficiados pelos projetos da Rede Amiga da Criança e a Associação Curumins, na região Nordeste do Brasil, objetivam a volta à família como missão dos projetos e conseguem obter grandes êxitos.

Outra questão fortemente acentuada pelas crianças e adolescentes foi o olhar destes sobre as instituições de atendimento, principalmente os abrigos e as delegacias especiais. Em muitos casos estes espaços, que deveriam ser percebidos como alternativa às violências vivenciadas no mundo da rua, se apresentam como mais um lugar de violação de direitos, pois muitos relataram que sofreram violência física e psicológica nesses espaços, principalmente as crianças e adolescentes do Rio de Janeiro. Em muitos casos a Delegacia Especial de Proteção a Criança e ao Adolescente (DPCA) foi percebida como um “lugar de tortura” ou um “depósito de lixo”. Ressaltando a importância dos abrigos, as crianças e adolescentes relataram casos de espancamento e castigo por parte de “educadores”, para muitos deles os abrigos foram colocados como verdadeiras “prisões”. Ao invés de se tornar um lugar de passagem, os abrigos acabam institucionalizando as crianças e adolescentes, se transfor-

mando em espaços de violação institucionalizada, o que, em muitos casos, fecha o leque de oportunidades das crianças e adolescentes.

Um grande desafio para os projetos é trabalhar o protagonismo das crianças e adolescentes dentro das instituições, uma vez que estes ainda se enquadram nos projetos. Os projetos são pensados para eles e não com eles. Não existe ainda organização institucional a partir das crianças e adolescentes. A instituição tem a sua rotina e as suas regras que não são pensadas a partir das crianças e adolescentes, ou para as crianças e adolescentes, e sim para o bom funcionamento institucional. Os beneficiados ainda estão mudos, precisam ser ouvidos, suas motivações, seus projetos de vida nem sempre são compatíveis com o que é oferecido pelos projetos, o que ocasiona muitas vezes o abandono ao atendimento e a reincidência para o mundo da rua.

Pelas falas das crianças e adolescentes percebe-se que ainda se tem um longo caminho para trilhar na perspectiva de assegurar-lhes, proteção integral e um crescimento seguro e feliz.



## Anexo

Roteiro utilizado nos encontros e nas entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes atendidos nos projetos.

Este roteiro serviu como apoio para direcionar os encontros com as crianças e adolescentes dos quatro projetos. Não foram perguntas prontas, já formuladas para serem feitas às crianças e adolescentes mas sim um subsídio para os educadores dos projetos. O objetivo foi ver o que mudou a partir do Estatuto da Criança e Adolescente: o acesso aos serviços, a qualidade desses serviços, a violência direta ou indireta, na visão das crianças e adolescentes sobre a família, a escola, suas motivações, sua forma de ver o mundo que a cerca, entre outras questões.

**1** Você já passou por:

- instituição de atendimento,
- liberdade assistida,
- privação de liberdade.

Conte como foi...

**2** Você teve contato com:

- polícia,
- delegacia,
- juiz,
- advogado de defesa.

Conte como foi...

**3** Quando você precisa de proteção, a quem você apela?

**4** Qual o tipo de proteção você mais precisa?

**5** Se pudesse mudar alguma coisa na sua vida agora, no seu dia a dia, que você mudaria?

**6** Você acha que as situações que você nos contou agora são mais fácil de serem vividas por meninas ou por meninos? Por quê?

**7** Ser branco ou ser negro, muda alguma coisa? O quê?

**8** Você acha que tua opinião é levada em consideração nos espaços que você frequenta, inclusive nas instituições?

**9** Como você vê o seu futuro?

**10** A escola é importante para o seu futuro? Você gosta (gostou) de ir à escola?

**11** Se você fosse Presidente do Brasil, o que você mudaria?

# Recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas ao Brasil

Considerações de relatórios submetidos pelos Estados Partes (artigo 44 da Convenção)

CRC/C/15/Add.241  
1º de outubro de 2004

**1.** O Comitê considerou o relatório inicial do BRASIL (CRC/C/3/Add.65), em suas 973ª e 974ª reuniões (ver CRC/C/SR.73 e CRC/C/SR.74), realizadas em 14 de setembro de 2004 e adotou na 999ª reunião, realizada em 1º de outubro de 2004, as seguintes observações finais.

## Introdução

**2.** O Comitê acolhe o relatório inicial submetido pelo Estado-parte, o qual foi preparado de acordo com suas diretrizes. Entretanto, lamenta profundamente que o relatório tenha sido entregue mais de dez anos após a data em que deveria ter sido submetido. O comitê acolhe as respostas, por escrito, à sua lista de questões (CRC/C/Q/BRA/1), que fornece informações atualizadas sobre a situação das crianças no Estado-parte.

**3.** O Comitê toma nota com apreço da delegação de alto nível enviada pelo Estado-parte e expressa sua satisfação pelo enfoque autocrítico do Estado-parte, ao identificar algumas áreas de preocupação. Toma nota ainda, o diálogo franco e a reação positiva às sugestões e recomendações feitas ao longo do diálogo.

## Aspectos positivos

**4.** O Comitê acolhe a adoção da Constituição de 1988, que inclui princípios de direitos humanos e concede prioridade absoluta aos direitos da criança no artigo 227. Essa inclusão representa um avanço significativo no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos.

**5.** O Comitê registra a adoção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº. 8.069, de 1990, que inclui os direitos estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Crianças e, portanto, considera o princípio de indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

**6.** O Comitê toma nota com satisfação da adoção da Lei nº. 9.299, de agosto de 1996, que transfere, da justiça militar para a justiça civil, a competência para processar casos de homicídio doloso cometidos por membros da polícia militar.

**7.** O Comitê toma nota da adoção da Lei nº. 9455, de 7 abril de 1997, que define e pune o crime de tortura como crime inafiançável, do qual ao perpetrador não é concedido perdão ou anistia, e cujos mandantes e auxiliares, bem como aqueles que, estando numa posição capaz de prevenir o crime se abstenham de fazê-lo, devem ser considerados como responsáveis de acordo com o artigo 5º, XLIII da Constituição de 1988.

**8.** O Comitê acolhe o estabelecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e de um sistema de Conselhos de Direitos a nível federal, estadual e municipal e de Conselhos Tutelares com o objetivo de promover e proteger os direitos da criança e do adolescente.

**9.** O Comitê acolhe com apreço a ratificação em 2004 dos dois Protocolos Facultativos à Convenção sobre Direitos da Criança, Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados e Referente à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil.

**10.** O Comitê acolhe a ratificação da Convenção da Haia nº.33 relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.

**11.** O Comitê acolhe a ratificação da Convenção n.º 138 da OIT, sobre a Idade Mínima de Admissão no Emprego, e da Convenção n.º 182 da OIT, sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação.

## Fatores e dificuldades que impedem a implementação da Convenção

**12.** O comitê toma nota, com extrema preocupação, das dramáticas desigualdades baseadas em raça, classe social, gênero e localidade geográfica que dificultam significativamente o progresso para a realização plena dos direitos consagrados na Convenção.

## Principais áreas de preocupação e recomendações

### D1. Medidas Gerais de Implementação

(artigos 4, 42 e 44, § 6º da Convenção)

#### Legislação

**13.** O Comitê acolhe as medidas legislativas adotadas pelo Estado-parte com vistas a fortalecer a promoção e proteção dos direitos da criança. O Comitê também toma nota que a aplicação de parte considerável da Convenção recai sob a competência dos estados e municípios, e se preocupa com que isso possa levar, em algumas instâncias, a situações em que os padrões mínimos da Convenção não se aplicam a todas as crianças, devido a diferenças legais, financeiras ou de políticas nos níveis estadual e municipal.

**14.** O comitê recomenda que o Estado-parte assegure a plena implementação da legislação relevante, particularmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Comitê também pede que o Governo federal assegure que os Estados e Municípios estejam conscientes de suas obrigações sob a Convenção e de que os direitos da Convenção têm que ser implementados em todos os Estados e Municípios por meio de legislações e políticas, e demais medidas apropriadas.

#### Coordenação

**15.** O Comitê toma nota da multiplicidade de atores envolvidos na implementação da Convenção, mas se preocupa com a falta de coordenação entre eles a nível municipal, estadual e nacional a despeito da existência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

**16.** O Comitê recomenda que o Estado-parte desenvolva um sistema adequado de coordenação, em todos os níveis, como forma de assegurar a plena implementação da legislação interna e da Convenção de acordo com as recomendações feitas pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (E/C.12/1/Add.87, parágrafo 27) e por alguns dos Relatores Especiais da ONU. O Comitê recomenda que o Estado-parte recorra a seu Comentário Geral n.º 5.

#### Plano de Ação Nacional

**17.** O Comitê toma nota de que um Plano de Ação Nacional “Presidente Amigo da Criança e do Adolescente” foi preparado para os anos 2004-2007, incorporando os objetivos e metas do documento final intitulado “Um mundo para as Crianças”, de acordo com a Sessão Especial sobre Crianças da Assembleia-Geral das Nações Unidas de 2002. Também é encorajado pelo estabelecimento de uma Comissão Interministerial, coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, para a implementação de tal plano.

**18.** O Comitê encoraja o Estado-parte a assegurar que o novo plano de ação cubra todas as áreas dos direitos

da criança e assegurar que recursos humanos e financeiros suficientes sejam providos em tempo hábil para sua implantação eficaz em todos os níveis. O Comitê também recomenda que o Estado-parte assegure ampla participação para a implementação desse plano.

## Monitoramento Independente

**19.** O Comitê demonstra preocupação com a ausência de um mecanismo independente de acordo com os Princípios de Paris com mandato regular para monitorar e avaliar o progresso na implementação da Convenção e autorizado a receber e atuar sobre reclamações individuais, inclusive de crianças.

**20.** À luz do seu Comentário Geral n.º 2 sobre Instituições Nacionais de Direitos Humanos, o Comitê encoraja o Estado-parte a estabelecer um mecanismo independente e eficaz de acordo com os Princípios de Paris (Resolução 48/134 da Assembleia-Geral). Esta instituição deve ser provida de recursos humanos e financeiros adequados e deve ser de fácil acesso às crianças, lidando com as reclamações das crianças de forma sensível e expedita e fornecendo remédios para violações de seus direitos sob a Convenção. O Comitê recomenda que o Estado-parte procure assessoria técnica do Escritório do Alto-Comissariado dos Direitos Humanos e o UNICEF.

## Alocação de Recursos

**21.** O Comitê, ao acolher o aumento do Gasto Federal Social, durante o período coberto pelo relatório, incluindo a criação de fundos relacionados à criança, permanece preocupado com a falta de informação sobre alocação orçamentária em nível municipal e estadual. Além disso, o Comitê preocupa-se que alocações orçamentárias tenham sido distribuídas sem levar em devida consideração as disparidades regionais e as necessidades dos grupos mais vulneráveis.

**22.** O Comitê recomenda que o Estado parte dê especial atenção à plena implementação do artigo 4º da Convenção, tendo em consideração os recentes desenvolvimentos econômicos positivos, priorizando e aumentando a alocação orçamentária para assegurar, em todos os níveis, a implementação dos direitos das crianças, particularmente aquelas pertencentes a grupos marginalizados e economicamente em desvantagem, incluindo crianças afro-descendentes e crianças indígenas, “ao máximo dos recursos disponíveis e, quando necessário, dentro de um quadro de cooperação internacional”.

## Coleta de Dados

**23.** O Comitê toma nota dos extensos dados estatísticos fornecidos no relatório e nas respostas, escritas à lista de questões. Entretanto, lamenta a falta de levantamento de dados desagregados nacionais, em todas as áreas compreendidas na Convenção, o que limita a capacidade do Estado-parte em adotar políticas e programas adequados, particularmente no que concerne à prevenção e ao combate à violência contra a criança.

**24.** O Comitê recomenda que o Estado-parte fortaleça e centralize seu mecanismo para integrar e analisar sistematicamente dados desagregados sobre todas as crianças com menos de 18 anos de idade, para todas as áreas cobertas pela Convenção, com ênfase nos grupos mais vulneráveis (crianças indígenas, crianças afro-descendentes, crianças com deficiências, crianças negligenciadas ou abusadas sexualmente, crianças que vivem em pobreza extrema e crianças em conflito com a lei). O Comitê pede que o Estado-parte utilize esses dados e indicadores de forma eficaz na formulação de legislação, políticas e programas para implementação eficiente da Convenção. A esse respeito, o Comitê recomenda que o Estado parte procure assistência técnica, entre outros, do UNICEF, e outros mecanismos regionais adequados, incluindo o “Instituto Interamericano da Criança”.

## Treinamento/Difusão da Convenção

**25.** Ao valorizar o esforço feito pelo Estado-parte para aumentar o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Comitê é da opinião de que essas medidas precisam ser fortalecidas, especialmente em termos da difusão da Convenção. O Comitê também se preocupa com a falta de um plano sistemático para continuar

treinando e conscientizando grupos profissionais que trabalham com e para crianças.

**26.** À luz do artigo 42 da Convenção, o Comitê encoraja o Estado-parte a:

- a) Continuar fortalecendo seu programa para a difusão de informação sobre a Convenção e sua implementação entre crianças e pais, sociedade civil e todos os setores e níveis do governo;
- b) Fornecer treinamento sistemático e adequado e/ou sensibilização sobre os direitos da criança para todas as pessoas que trabalham com, ou para crianças, tais como parlamentares, juízes, advogados, pessoal de aplicação da lei e de saúde, professores, administradores de escolas, assistentes sociais, e especialmente as próprias crianças;
- c) Implementar as recomendações feitas pelo Relator Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, pelo Relator Especial sobre Tortura, pelo Relator Especial sobre Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil relacionadas a fornecimento de treinamento.

## Cooperação com ONGs

**27.** O comitê toma nota, com satisfação, da cooperação entre o Estado parte e ONGs na implementação de projetos relacionados aos direitos das crianças. Entretanto, o Comitê tem a opinião de que tal cooperação precisa ser mais aperfeiçoada.

**28.** O Comitê encoraja o Estado parte a fortalecer sua cooperação com ONGs e outros setores da sociedade civil que trabalhem com, ou para crianças, e especialmente que considere envolvê-los mais sistematicamente por todos os estágios de implementação da Convenção.

## D2. Princípios Gerais

(arts. 2, 3, 6 e 12 da Convenção)

### Não-Discriminação

**29.** O Comitê acolhe que a Constituição de 1988 criminalize atos de racismo, ao não lhes dar o direito de fiança ou prescrição e submetê-los à prisão. O Comitê toma nota das medidas recentes adotadas pelo Governo Federal, incluindo o programa de diversidade cultural, e a Lei nº. 10.406/02, o Código Civil, que regula a cidadania dos indígenas brasileiros, uma vez que abole seu prévio “status” de ser um cidadão relativamente “incapaz”. Entretanto, o Comitê está preocupado com que a discriminação ainda está presente contra alguns grupos étnicos tais como os brasileiros afro-descendentes em algumas práticas culturais e sociais, e com o nível persistente de desenvolvimento social desigual nas regiões, especificamente nas regiões Norte e Nordeste, que em muitas instâncias resulta em discriminação.

**30.** O Comitê insta que o Estado-parte tome medidas adequadas para assegurar a implementação das leis e políticas existentes que garantem o princípio da não-discriminação e a plena aplicação do artigo 2º da Convenção, e que adote uma estratégia abrangente para eliminar a discriminação por qualquer motivo e contra todos os grupos vulneráveis, incluindo todas as medidas especiais necessárias para lidar com as desigualdades um tanto persistentes que existem contra alguns grupos étnicos tais como os brasileiros afro-descendentes no Estado-parte. O Comitê recomenda ainda que o Estado-parte continue a desenvolver campanhas públicas educativas abrangentes e tome todas as medidas pró-ativas necessárias para prevenir e combater atitudes e práticas sociais negativas.

**31.** O Comitê solicita que seja incluída informação específica, no próximo relatório periódico, sobre as medidas e programas relevantes para a Convenção dos Direitos da Criança adotadas pelo Estado-parte para implementar a Declaração e Programa de Ação adotada na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata de 2001, levando em consideração o Comentário-Geral nº. 1 sobre o

artigo 29(1) da Convenção (Objetivos da Educação).

## O interesse maior da criança

**32.** O Comitê acolhe que o princípio do interesse maior da criança está integrado à Constituição de 1988 e ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). No entanto, o Comitê permanece preocupado com que esse princípio ainda não esteja sistematicamente integrado à implementação de políticas e programas que afetam crianças. Além disso, o Comitê preocupa-se por ser insuficiente a pesquisa e treinamento para profissionais a esse respeito.

**33.** O Comitê recomenda que o princípio do “interesse maior da criança” estabelecido no artigo 3 da Convenção, esteja devidamente refletido em todo os atos legislativos, políticas e programas bem como nas decisões judiciais e administrativas que afetem crianças. O Comitê também recomenda que o treinamento para profissionais, bem como a conscientização do público em geral sobre a implementação desse princípio, sejam reforçados.

## O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento.

**34.** Enquanto o Comitê toma nota de que o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento está integrado à legislação interna, permanece extremamente preocupado com o número de crianças assassinadas no Brasil, conforme relatado pela Relatora Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias em seu relatório (2004), declarando que os perpetradores desses crimes são principalmente policiais militares ou ex-policiais (E/CN.4/2004/7/Add.3).

**35.** O Comitê insta o Estado-parte a considerar matéria de prioridade máxima todas as medidas necessárias para impedir o assassinato de crianças, investigar plenamente cada caso dessas sérias violações dos direitos da criança, trazer os perpetradores para justiça e prover a família das vítimas com apoio e compensação adequados.

## Respeito pelas opiniões da criança

**36.** O Comitê acolhe os esforços feitos pelo Estado Parte para promover o respeito pelas opiniões da criança. No entanto, o Comitê permanece preocupado com que atitudes tradicionais perante as crianças na sociedade limitam o efetivo respeito por suas opiniões, na família, nas escolas, em outras instituições e na sociedade em geral.

**37.** O Comitê recomenda que o Estado-parte assegure que as opiniões das crianças sejam levadas em devida consideração, de acordo com o artigo 12 da Convenção, em família, nas escolas, nos tribunais, e em todos os processos administrativos e outros informais que lhes digam respeito. Isso deve ser empreendido por meio, entre outros, da adoção de legislação e políticas apropriadas, do treinamento de profissionais, da conscientização do público em geral e do estabelecimento de atividades criativas e informais específicas dentro e fora das escolas. O Comitê recomenda que o Estado-parte procure cooperação técnica do UNICEF.

## D3. Direitos Civis e Liberdades

(art. 7, 8, 13-17, 19 e 37 (a))

### Registro de nascimento

**38.** O Comitê acolhe a informação provida pelo Estado parte, particularmente de que a Constituição Federal assegura a certidão de registro civil de nascimento e o atestado de óbito gratuitos para os pobres. O Comitê também toma nota da lei nº. 9.534, de dezembro de 1997, que determina o registro civil de nascimento gratuito. No entanto, o Comitê está preocupado que, como informado pelo Estado-parte, embora reconhecido como um direito universal, muitas crianças continuam não-registradas, particularmente na periferia das grandes cidades, nas áreas rurais e remotas e em terras de população indígena, o que impede o pleno exercício de seus direitos.

**39.** O Comitê recomenda que o Estado-parte melhore seu sistema de registro de nascimento, a fim de abranger todo o território, levando em consideração as disparidades regionais, e adote medidas que facilitem o registro de nascimento, voltadas particularmente para as crianças mais pobres e marginalizadas.

### Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.

**40.** O Comitê toma nota de que a Lei de 1997 sobre Tortura, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbem fortemente tortura e maus-tratos. Não obstante, o Comitê está profundamente preocupado com a brecha existente entre a lei e sua implementação, já que um número significativo de casos de tortura, tratamento desumano e degradante tem sido relatado ao longo dos últimos anos, inclusive pelo Relator Especial sobre Tortura.

**41.** O Comitê insta o Estado parte a implementar sua legislação e levar em consideração as recomendações da Relatora Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias e do Relator Especial sobre Tortura, em particular a respeito das medidas efetivas para combater a impunidade. O Comitê insta o Estado-parte a incluir no próximo relatório periódico informações sobre o número de casos de tortura ou tratamento desumano ou degradante de crianças relatados às autoridades ou agências relevantes, o número de perpetradores de tais atos que foram sentenciados pelos tribunais e a natureza dessas sentenças.

### Punição corporal

**42.** O Comitê expressa sua preocupação com que a punição corporal é largamente praticada no Estado-parte e que nenhuma legislação explícita existe no Estado para proibi-la. Punição corporal é usada como uma medida disciplinar em instituições penais, punição “razoável” é realizada em escolas e “punição moderada” é lícita na família.

**43.** O Comitê recomenda que o Estado-parte proíba explicitamente a punição corporal na família, na escola e nas instituições penais, e empreenda campanhas educativas para educar os pais sobre alternativas de disciplina.

## D4. Ambiente familiar e cuidado alternativo

(arts. 5, 18 § 1º e 2º, 9-11, 19-21, 25, 27 § 4º e 39)

### Crianças privadas de seu ambiente familiar

**44.** O Comitê está preocupado com o grande número de crianças vivendo em instituições e suas precárias condições de vida. O Comitê também está preocupado com que muito freqüentemente os programas de cuidado residencial não são regulados por nenhuma legislação específica, o que pode prejudicar a proteção dos direitos dessas crianças, e não são muito bem monitorados.

**45.** O Comitê recomenda que o Estado-parte:

- a) Empreenda um estudo compreensivo para avaliar a situação das crianças postas em instituições, inclusive suas condições de vida e os serviços prestados;
- b) Desenvolva programas e políticas para impedir que crianças sejam colocadas em instituições, entre outros, pelo fornecimento apoio e orientação às famílias mais vulneráveis, levando em consideração os programas sociais existentes, pela realização de campanhas de conscientização, e quando necessário, pelo desenvolvimento de medidas de cuidado alternativo, tal como cuidados substitutos;
- c) Continue buscando todas as medidas necessárias para permitir que as crianças postas em instituições retornem a suas famílias sempre que possível, e considere a permanência destas em instituições como uma medida de último recurso;
- d) Defina padrões claros para as instituições existentes e assegure a revisão periódica da situação das crianças, à luz do artigo 25 da Convenção.

## Adoção

**46.** O Comitê acolhe a ratificação pelo Estado-parte da Convenção da Haia relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional de 1993. No entanto, lamenta a falta de dados estatísticos sobre adoção doméstica e internacional e se preocupa com que o Estado-parte não forneça salvaguardas suficientes contra o tráfico e venda de crianças para fins, entre outros, de adoção.

**47.** O Comitê recomenda que o Estado-parte:

- a) Fortaleça efetivamente o monitoramento e supervisão do sistema de adoção de crianças, à luz do artigo 21 e de outras cláusulas relevantes da Convenção, e que assegure que a adoção internacional é uma medida de último recurso;
- b) Tome medidas necessárias para uma implementação efetiva da Convenção de Haia, inclusive dotar a autoridade central de recursos humanos e financeiros adequados;
- c) Colete de uma maneira sistemática e contínua dados estatísticos e informações relevantes sobre adoção doméstica e internacional;
- d) Implemente as recomendações do Relator Especial sobre Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil.

## Abuso e negligência

**48.** O Comitê preocupa-se profundamente com o alto número de crianças vítimas de violência, abuso e negligência, inclusive abuso sexual em escolas, instituições, locais públicos e em família.

**49.** O Comitê recomenda que o Estado-parte:

- a) Realize campanhas preventivas de educação pública sobre as conseqüências negativas de maus-tratos a crianças;
- b) Tome as medidas necessárias para prevenir o abuso a crianças e a negligência;
- c) Além dos procedimentos existentes, estabeleça mecanismos preventivos efetivos e sensíveis à criança para receber, monitorar e investigar queixas, inclusive por meio da intervenção de autoridades sociais e judiciais quando necessário, e para encontrar as soluções apropriadas, levando em devida consideração o interesse maior da criança;
- d) Dar atenção ao enfrentamento e superação das barreiras sócio-culturais que inibem as vítimas de buscarem assistência;
- e) Buscar assistência, entre outros, do UNICEF e da OMS.



## D5. Saúde básica e Bem-estar

(arts. 6, 18 § 3º, 23, 24, 26, 27 § 1º- 3º)

### Crianças com deficiência

**50.** O Comitê toma nota de que a Constituição Federal de 1988 estabelece proteção aos direitos de pessoas com necessidades especiais, e acolhe o estabelecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Entretanto, o Comitê permanece preocupado com as condições de vida precárias de crianças com deficiências, sua falta de integração em escolas e na sociedade e com atitudes sociais prevalentemente discriminatórias contra elas.

**51.** O Comitê recomenda ao Estado-parte que:

- a) Estabeleça uma definição apropriada para deficiência, e com base nessa definição faça uma reavaliação do número de pessoas com deficiência, com o objetivo de formular uma política abrangente para as crianças com deficiências;
- b) Tome medidas para eliminar barreiras físicas e arquitetônicas para o acesso e uso de pessoas com deficiência a edifícios e transportes públicos, etc.;
- c) Tome medidas efetivas para coletar dados estatísticos adequados e desagregados sobre crianças com deficiências e use esses dados para o desenvolvimento de políticas e programas para prevenir deficiências e assistir crianças com deficiências;
- d) Reforce seus esforços para desenvolver programas de detecção precoce para prevenir e remediar deficiências;
- e) Estabeleça programas de educação especial para crianças deficientes e as inclua no sistema de ensino regular até onde possível;
- f) Empreenda campanhas de conscientização para sensibilizar o público, e pais em particular, sobre os direitos e as necessidades especiais das crianças com deficiências, incluindo aquelas com preocupações de saúde mental;
- g) Aumente os recursos, financeiros e humanos, para a educação especial, inclusive treinamento vocacional, e para o apoio dado às famílias ou crianças com deficiências;
- h) Leve em consideração as Regras-Padrão sobre a Igualização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (Resolução 48/96 da Assembleia-Geral) e a recomendação do Comitê adotada em seu dia de discussão geral sobre os direitos das crianças com deficiências (CRC/C/69, paras. 310-330);
- i) Busque cooperação técnica para o treinamento de pessoal profissional, incluindo professores, que trabalhe com crianças com deficiência, entre outros, do UNICEF e da OMS.

### Saúde e Serviços de Saúde

**52.** O Comitê acolhe os esforços do Estado-parte para melhorar o nível do estado de saúde, em particular pelo estabelecimento do Piso de Atenção Básica (PAB) em 1988. O Comitê também toma nota da redução da incidência de mortalidade infantil bem como das mudanças positivas observadas no perfil da criança e na incidência de HIV/AIDS. Não obstante está preocupado com o baixo percentual da população que é coberto por pelo menos um plano de saúde e com a desigualdade no acesso aos serviços de saúde. O Comitê também está preocupado com as condições de saúde particularmente das crianças que residem em áreas rurais, resultando em marcadas disparidades na qualidade dos serviços de saúde prestados, e que provêm dos segmentos sócio-econômicos mais baixos da população das regiões Norte e Nordeste.

**53.** O Comitê insta que o Estado-parte continue a desenvolver o sistema de saúde assegurando a provisão do mais alto padrão de saúde para todas as crianças e conferindo atenção especial a crianças em áreas rurais e áreas geograficamente remotas, bem como àquelas que pertencem a famílias de baixa renda.

## Saúde do Adolescente

**54.** O Comitê toma nota dos esforços do Estado-parte para implementar o direito à saúde dos adolescentes, em particular o Programa de Saúde do Adolescente. Entretanto, está preocupado com as altas taxas de gravidez precoce que afetam principalmente os segmentos socialmente menos privilegiados da sociedade. O Comitê também está preocupado com a ênfase inadequada na atenção à saúde mental.

**55.** O Comitê recomenda que o Estado-parte aperfeiçoe mais o programa de saúde do adolescente, lidando, especificamente, com temas de saúde reprodutiva, educação sexual e saúde mental. O Comitê também recomenda que o Estado-parte leve em conta o Comentário-Geral nº.4 do Comitê sobre Saúde e Desenvolvimento do Adolescente (CRC/GC/2003/4).

## Padrão de Vida

**56.** Ao tomar nota da alta prioridade dada pelo Estado-parte para implementar políticas e programas com vistas a combater a fome e a pobreza, o Comitê toma nota de que o Brasil é um país com um nível relativamente alto de desenvolvimento, e compartilha as preocupações do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais relativos às desigualdades e desequilíbrios persistentes e extremos na distribuição de riqueza e recursos (E/C.12/1/Add.87, para. 17). O Comitê está preocupado com que as vidas de um grande número de crianças são marcadas por pobreza, difícil acesso a e qualidade deficiente de serviços públicos.

**57.** O Comitê recomenda altamente que o Estado-parte:

- a) Continue e fortaleça suas políticas e programas para combater os fatores responsáveis pelo crescimento do número de crianças que vivem em extrema pobreza;
- b) Tome medidas com o objetivo de atingir o segmento mais pobre da população, pela oferta de acesso igual à saúde, educação, moradia e outros serviços sociais;
- c) Desenvolva programas e políticas com o objetivo de assegurar que todas as famílias tenham recursos e instalações adequados.

## D6. Educação, Lazer e Atividades Culturais

(arts. 28, 29, 31)

**58.** O Comitê acolhe os esforços feitos pelo Estado-parte para melhorar a freqüência escolar e os resultados positivos considerando o acesso de meninas na escola. O Comitê também toma nota dos passos feitos para incluir assuntos relacionados com o desenvolvimento da personalidade, os direitos humanos e a cidadania no currículo escolar. No entanto, permanece preocupado com as notáveis disparidades de acesso, freqüência regular, repetência e permanência de crianças nas escolas pelo país, que afetam particularmente as crianças pobres, as mestiças, as afro-descendentes e as crianças que vivem em áreas remotas. O Comitê está ainda preocupado com a baixa qualidade da educação em várias escolas a ponto de que haja muitas crianças que, depois de vários anos de freqüência escolar, não conseguem ler nem escrever ou fazer cálculos básicos.

**59.** O Comitê recomenda que Estado-parte:

- a) Aumente suas despesas em educação e assegure a alocação de orçamento em todos os níveis e, ao formular políticas, leve em consideração o Comentário-Geral nº.1 do Comitê, sobre os objetivos da educação;
- b) Fortaleça seus esforços para melhorar a qualidade da educação, entre outros, pela revisão do currículo escolar, introduzindo métodos de ensino e aprendizagem ativos e centrados na criança e integrando a educação de direitos humanos;
- c) Aumente a taxa de conclusão da educação primária e garanta que a educação primária seja sempre gratuita;
- d) Busque cooperação técnica, entre outros, da UNESCO e do UNICEF.

## D7. Medidas Especiais de Proteção

(arts. 22, 32-36, 37 b-d, 38, 39,40)

### Exploração Econômica

**60.** O Comitê acolhe o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), contudo está profundamente preocupado com as altas taxas de emprego informal de crianças, em particular no trabalho doméstico.

**61.** O Comitê recomenda que o Estado-parte:

- a) Fortaleça o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil por meio do apoio a iniciativas de geração de renda para as famílias das crianças atendidas pelo programa;
- b) Aperfeiçoe o sistema de inspeção do trabalho e em particular os habilite a monitorar e relatar as práticas de trabalho infantil doméstico;
- c) Forneça aos antigos trabalhadores infantis recuperação apropriada e oportunidades educacionais.

### Exploração Sexual, tráfico.

**62.** O Comitê acolhe a decisão do Presidente do Estado-parte de fazer da luta contra a exploração sexual infantil uma prioridade de seu governo. No entanto, o Comitê está profundamente preocupado com a grande ocorrência de exploração sexual e temas correlatos, como também notado no relatório do Relator Especial sobre Venda de Crianças, Prostituição Infantil, e Pornografia Infantil após sua missão ao Brasil em 2003 (E/CN.4/2004/9/Add.2).

**63.** O Comitê recomenda que o Estado-parte:

- a) Encoraje e facilite a notificação de incidência de exploração sexual, investigue, processe e aplique as sanções apropriadas a qualquer perpetrador das violações alegadas;
- b) Forneça proteção às vítimas de exploração sexual e tráfico, especialmente prevenção, reintegração social, acesso a atenção de saúde e assistência psicológica de uma maneira coordenada e culturalmente apropriada, incluindo a cooperação com organismos não-governamentais e com países vizinhos; e
- c) Implemente a recomendação feita pelo Relator Especial de que sejam estabelecidas varas criminais especializadas para crianças vítimas de crime, bem como promotorias especializadas e delegacias especializadas para a proteção de crianças e adolescentes.

### Crianças de rua

**64.** O Comitê expressa sua grave preocupação com o significativo número de crianças de rua e a vulnerabilidade dessas crianças a assassinatos extrajudiciais, várias formas de violência, incluindo tortura, abuso sexual e exploração, e com a falta de uma estratégia sistemática e abrangente para enfrentar a situação e proteger essas crianças, e com o registro muito fraco de crianças desaparecidas pela polícia.

**65.** O Comitê recomenda que o Estado-parte:

- a) Desenvolva uma estratégia abrangente para enfrentar o alto número de crianças de rua, com o objetivo de redução e prevenção deste fenômeno;
- b) Assegure que as crianças de rua serão providas com nutrição e abrigo adequados, bem como atenção à saúde e oportunidades de educação com a finalidade de apoiar seu desenvolvimento integral, e lhes forneça proteção e assistência adequadas.

### Abuso de substâncias

**66.** Ao tomar nota do estabelecimento da Secretaria Nacional Antidrogas e dos estudos realizados pelo Estado-parte, o Comitê está profundamente preocupado com o significativo aumento do uso de drogas psicotrópicas pelos estudantes nas escolas.

**67.** O Comitê recomenda que o Estado-parte realize um estudo com a finalidade de melhor definir as raízes e a extensão desse fenômeno, para assim tomar medidas eficientes para preveni-lo e combatê-lo.

## Justiça Juvenil

**68.** O Comitê toma nota do estabelecimento de varas juvenis. Entretanto, está preocupado com a falta de garantias claras para um julgamento justo e rápido e de aplicação das regras para detenção antes do julgamento. O Comitê também está preocupado com que as medidas socio-educativas não são frequentemente aplicadas e por isso, como resultado, um grande número de pessoas menores de dezoito anos estão em internação, e com as condições muito pobres de internação. O Comitê está também preocupado com os numerosos relatos de maus-tratos de jovens internos, e com a possibilidade limitada de reabilitação e reintegração à sociedade dos jovens após os procedimentos judiciais; e com o esporádico treinamento de juizes, promotores e agentes de internação em direitos da criança.

**69.** O Comitê recomenda ao Estado-parte que continue seus esforços para melhorar o sistema de justiça juvenil em todos os Estados da Federação em linha com a Convenção, em particular os artigos 37, 40 e 39, e outros padrões das Nações Unidas a respeito de justiça juvenil, incluindo as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Pequim), os Princípios Orientadores das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade), as Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de sua Liberdade e as Diretrizes de Viena para Ação sobre Crianças no Sistema de Justiça Criminal.

**70.** Como parte deste processo, o Comitê recomenda particularmente que o Estado-parte:

- a) Implemente plenamente as regras relevantes do Estado relativas à Justiça Juvenil, incluindo as medidas sócio-educativas em todo o território do Estado-parte;
- b) Forneça os meios e encoraje que as pessoas menores de dezoito anos em conflito com a lei sejam tratadas, tanto quanto possível, sem recorrer a procedimentos judiciais;
- c) Considere a privação da liberdade somente como medida de último recurso e pelo mais curto período de tempo possível, limite por lei a duração da detenção antes do julgamento e garanta que a legalidade dessa detenção seja revisada por um juiz sem atraso e regularmente;
- d) Forneça às pessoas menores de dezoito anos assistência jurídica ou outra assistência em um estágio antecipado dos procedimentos judiciais;
- e) Proteja os direitos das pessoas menores de dezoito anos privadas de sua liberdade e melhore suas condições de detenção e internação, particularmente pelo estabelecimento de instituições especiais para pessoas menores de dezoito anos com condições adequadas à sua idade e necessidades e garantindo a acessibilidade aos serviços sociais em particular atenção à saúde e educação, em todos os centros de detenção do Estado-parte; e, nesse ínterim, pela garantia de separação de adultos em todas as prisões e locais de detenção antes do julgamento em todo o país;
- f) Investigue, processe e puna qualquer caso de maus tratos cometidos pelos agentes de aplicação da lei, incluindo guardas de internação, e estabeleça um sistema acessível e sensível à criança para receber e processar reclamações;
- g) Garanta que as crianças permaneçam em contato regular com suas famílias enquanto no sistema de justiça juvenil particularmente por meio da informação aos parentes quando a criança estiver detida;
- h) Introduza exames médicos regulares para pessoas menores de dezoito anos privadas de sua liberdade por uma equipe médica independente;
- i) Introduza programas de treinamento de acordo com os padrões internacionais relevantes de todos os profissionais envolvidos no sistema de justiça juvenil;
- j) Faça todo o esforço para estabelecer um programa de recuperação e reabilitação social dos jovens após os procedimentos judiciais;
- k) Leve em consideração as recomendações feitas pelo Comitê no Dia de Discussão Geral sobre Justiça Juvenil (CRC/C/46, paras. 203-238);
- l) Solicite assistência técnica na área de justiça juvenil e treinamento policial, entre outros, do Escritório do Alto-Comissariado para os Direitos Humanos, do UNICEF e do Instituto Interamericano da Criança.

## Crianças pertencentes a uma minoria ou grupos indígenas

**71.** O Comitê acolhe que a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições das comunidades indígenas sejam reconhecidas pela Constituição de 1988. Entretanto, como notado pelo Estado-parte, o Estatuto do Índio promove uma integração que não está de acordo com o princípio do respeito à diversidade de culturas. O Comitê também acolhe que de acordo com a Lei nº. 10.406/02 as pessoas indígenas não são mais consideradas “cidadãos relativamente incapazes”, bem como os esforços realizados pelo Estado-parte para estimular a educação bilíngüe. Entretanto, o Comitê está profundamente preocupado pelo baixo padrão de vida das crianças indígenas, pelas baixas oportunidades educacionais e baixa qualidade dos serviços de saúde, e pela desnutrição.

**72.** O Comitê insta ao Estado-parte a buscar medidas para lidar efetivamente com a brecha nas oportunidades de vida das crianças indígenas. Atividades de treinamento e conscientização devem ser fornecidas para romper o preconceito social, com vistas a reverter a lógica histórica da colonização, que ameaça qualquer oportunidade de atingir tratamento genuinamente igual.

**73.** O Comitê também recomenda ao Estado-parte que tome as medidas adequadas com o objetivo de fornecer proteção aos direitos das crianças indígenas, em particular seus direitos a preservar sua identidade cultural e histórica, costumes, tradições e línguas de acordo com a Constituição e levando em consideração as recomendações adotadas pelo Comitê em seu Dia de Discussão Geral sobre os Direitos das Crianças Indígenas em setembro de 2003.

## D8. Seguimento e Difusão

### Seguimento

**74.** O Comitê recomenda que o Estado-parte tome todas as medidas apropriadas para assegurar a plena implementação das presentes recomendações, entre outros, pela transmissão de seu conteúdo aos membros do Conselho de Ministros ou ao Gabinete ou a órgão similar, ao Parlamento, e aos Governos e Parlamentos estaduais ou provinciais, quando aplicável, para a consideração apropriada e ação posterior.

### Difusão

**75.** O Comitê recomenda ainda que o relatório inicial e as respostas escritas submetidos pelo Estado-parte e as recomendações relacionadas que adotou (observações finais) sejam largamente disponibilizados, inclusive pela Internet (mas não exclusivamente), para o público em geral, organizações da sociedade civil, grupos de juventude, grupos profissionais, e crianças com vistas a gerar debate e conscientização sobre a Convenção, sua implementação e seu monitoramento.

## D9. Próximo relatório

**76.** O Comitê sublinha a importância de uma prática de envio de relatórios que esteja em plena consonância com as disposições do artigo 44 da Convenção. Um aspecto importante das responsabilidades dos Estados para as crianças sob a Convenção inclui assegurar que o Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas tenha oportunidades regulares de examinar o progresso feito na implementação da Convenção. A esse respeito, o envio pontual e regular de relatórios pelos Estados é crucial. Como medida excepcional, com o objetivo de auxiliar o Estado-parte a atualizar suas obrigações de envio de relatórios em plena consonância com a Convenção, o Comitê convida o Estado-parte a submeter seus 2º, 3º e 4º relatórios periódicos até 23 de outubro de 2007, data devida do 4º relatório periódico. O relatório consolidado não deverá exceder 120 páginas (vide CR/C/118). O Comitê espera que a partir de então o Estado-parte envie relatórios a cada cinco anos, como previsto pela Convenção.